


Contabilidade social e cidadania

Organizadores
Osmar Antonio Bonzanini
Alzenir José de Vargas
Jussara Jacomelli



Série:
Cenários
e leituras
sociológicas

v. 2

**CONTABILIDADE SOCIAL E
CIDADANIA**

Série: Cenários e Leituras Sociológicas, v.2



UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO
ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES

REITOR

Arnaldo Nogaro

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Edite Maria Sudbrack

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Neusa Maria John Scheid

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Nestor Henrique de Cesaro

CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN

Diretora Geral

Silvia Regina Canan

Diretora Acadêmica

Elisabete Cerutti

Diretor Administrativo

Clóvis Quadros Hempel

CÂMPUS DE ERECHIM

Diretor Geral

Paulo José Sponchiado

Diretor Acadêmico

Adilson Luis Stankiewicz

Diretor Administrativo

Paulo José Sponchiado

CÂMPUS DE SANTO ÂNGELO

Diretor Geral

Gilberto Pacheco

Diretor Acadêmico

Marcelo Paulo Stracke

Diretora Administrativa

Berenice Beatriz Rossner Wbatuba

CÂMPUS DE SANTIAGO

Diretor Geral

Michele Noal Beltrão

Diretor Acadêmico

Claiton Ruviaro

Diretora Administrativa

Rita de Cássia Finamor Nicola

CÂMPUS DE SÃO LUIZ GONZAGA

Diretora Geral

Dinara Bortoli Tomasi

Diretora Acadêmica

Renata Barth Machado

CÂMPUS DE CERRO LARGO

Diretor Geral

Luiz Valentim Zorzo



CONSELHO EDITORIAL DA URI

Presidente

Denise Almeida Silva (URI)

Comitê Editorial

Conselho Editorial

Acir Dias da Silva (UNIOESTE)

Adriana Rotoli (URI/FW)

Alessandro Augusto de Azevedo (UFRN)

Alexandre Marino da Costa (UFSC)

Attico Inacio Chassot (Centro Universitário Metodista)

Carmen Lucia Barreto Matzenauer (UCPel)

Cláudia Ribeiro Bellochio (UFSM)

Daniel Pulcherio Fensterseifer (URI/FW)

Dieter Rugard Siedenberg (UNIJUI)

Edite Maria Sudbrack (URI/FW)

Elisete Tomazetti (UFSM)

Elton Luiz Nardi (UNOESC)

Gelson Pelegrini (URI/FW)

João Ricardo Hauck Valle Machado (AGES)

José Alberto Correa (Universidade do Porto, Portugal)

Júlio Cesar Godoy Bertolin (UPF)

Lenir Basso Zanon (UNIJUI)

Leonel Piovezana (Unochapeco)

Leonor Scliar-Cabral Professor Emeritus (UFSC)

Liliana Locatelli (URI/FW)

Lisiane Ilha Librelotto (UFSC)

Lizandro Carlos Calegari (UFSM)

Lourdes Kaminski Alves (UNIOESTE)

Luis Pedro Hillesheim (URI/FW)

Luiz Fernando Framil Fernandes (FEEVALE)

Maria Simone Vione Schwengber (UNIJUI)

Marília dos Santos Lima (PUC/RS)

Mauro José Gaglietti (URI/Santo Ângelo)

Noemi Boer (URI/Santo Ângelo)

Patrícia Rodrigues Fortes (CESNORS/FW)

Paulo Vanderlei Vargas Groff (UERGS/FW)

Rosa Maria Locatelli Kalil (UPF)

Rosângela Angelin (URI/Santo Ângelo)

Sibila Luft (URI/Santo Ângelo)

Tania Maria Esperon Porto (UFPEL)

Vicente de Paula Almeida Junior (UFFS)

Walter Frantz (UNIJUI)

Ximena Antonia Diaz Merino (UNIOESTE)

ORGANIZADORES

Osmar Antonio Bonzanini

Alzenir José de Vargas

Jussara Jacomelli

CONTABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA

Série: Cenários e Leituras Sociológicas, v.2



Frederico Westphalen - RS

2018



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>.

Organização: Osmar Antonio Bonzanini; Alzenir José de Vargas; Jussara Jacomelli

Revisão Linguística: Adriane Ester Hoffmann; Marinês Ulbriki Costa

Revisão metodológica: Elisângela Bertolotti

Capa/Arte: Philipe Gustavo Portela Pires

Projeto gráfico: Editora URI – Frederico Westph

O conteúdo dos textos é de responsabilidade exclusiva dos(as) autores(as).

Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Catálogo na Fonte elaborada pela
Biblioteca Central URI/FW

C759	Contabilidade social e cidadania / Organizadores Osmar Antonio Bonzanini, Alzenir José de Vargas, Jussara Jacomelli. Frederico Westphalen : URI, 2018. 107 p. - (Cenários e leituras sociológicas ; v. 2). ISBN: 978-85-7796-232-7 Disponível em: < http://www.fw.uri.br/site/pagina/editora > 1. Contabilidade. 2. Cidadania. 3. Educação financeira. I. Bonzanini, Osmar Antonio. II. Vargas, Alzenir José de. III. Jacomelli, Jussara. IV. Título. CDU 657
------	---

Bibliotecária(o): Jetlin da Silva Maglioni CRB-10/2462



URI – Universidade Regional Integrada
do Alto Uruguai e das Missões
Prédio 9
Câmpus de Frederico Westphalen
Rua Assis Brasil, 709 – CEP 98400-000
Tel.: 55 3744 9223 – Fax: 55 3744-9265
E-mail: editorauri@yahoo.com.br, editora@uri.edu.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
-------------------------	----------

PARTE I: METODOLOGIA DA CIÊNCIA E DA PESQUISA E CONTABILIDADE.....	13
---	-----------

METODOLOGIA DO ENSINO E DA PESQUISA, CONTABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA: REFLEXÕES POSSÍVEIS	14
---	-----------

Jussara Jacomelli; Osmar Antonio Bonzanini

PARTE II: GESTÃO PÚBLICA E CONTABILIDADE.....	28
--	-----------

AUDITORIA NA GESTÃO PÚBLICA: UM OLHAR A PARTIR DO CUSTO DO COMBUSTÍVEL.....	29
--	-----------

*Jean Machado Drexler; Guilherme Giotti; Natan de Vargas Laureano; Rafael
Kristoschik Noronha; Jussara Jacomelli*

A CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA E SUA UTILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA	45
---	-----------

*Celso Antonio Szpanick Junior; Eduardo Trevizol Bonatti; Mylena Chaves Birk; Jussara
Jacomelli*

CUSTO DO TRANSPORTE: DA LOGÍSTICA AO PAPEL DA CONSULTORIA CONTÁBIL E A TOMADA DE DECISÕES NA GESTÃO PÚBLICA	53
--	-----------

*Caroline Trento; Daiana S. Mazzonetto; Diogo Strack; Karen Fischer; Jussara
Jacomelli*

PARTE III: GESTÃO PARTICULAR E CONTABILIDADE.....	64
--	-----------

CONTABILIDADE DE CUSTOS: UMA FERRAMENTA AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO DE UMA ATIVIDADE DE TRANSPORTE	65
---	-----------

*Gustavo Froner; Jeferson de Melo; Gustavo de Oliveira; Douglas Lapazin Antonello;
Jussara Jacomelli*

CONTABILIDADE E ENCARGOS SOCIAIS.....	72
<i>Alice Aparecida de Souza; Izadora Grassi; Noel Kerber; Samara da Costa Widmar; Jussara Jacomelli</i>	
A CONTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	76
<i>Carini Petter Ardenghi; Luana Vargas Figueiró; Tainá De Cezaro Gandin; Taine Graciane Frozza; Jussara Jacomelli</i>	
 PARTE IV: EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	 81
EDUCAR PARA A CONTABILIDADE DE CUSTO E ORÇAMENTÁRIO FAMILIAR	
	82
<i>Acacio Alves Neto; Adrieli Buznello; Ediane Dalmedico; Sibeli Rodrigues; Jussara Jacomelli</i>	
EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA AGRICULTURA FAMILIAR	88
<i>Marta Luana Marques Machado Zanin; Sara Andreolla; Thaise Moraes de Souza; Jussara Jacomelli</i>	
 PARTE V: O PROFISSIONAL CONTABIL	
 ÉTICA: UM COMPROMISSO PROFISSIONAL E SOCIAL	 97
<i>Ana Paula Wodzik; Caroline Queiroz Mazzon; Luciani Kossman; Milena Catarina Barbieri; Jussara Jacomelli</i>	
 CONCLUSÃO	 104

INTRODUÇÃO

“CONTABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA” tem como objetivo socializar uma prática de ensino levada a efeito na disciplina de Metodologia da Ciência e da Pesquisa. Essa metodologia foi realizada no ano de 2015, com o primeiro semestre do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Câmpus de Frederico Westphalen. Teve como referência a Greve dos Caminhoneiros, que ganhou repercussão na mídia e estimulou os imaginários, além de levar a uma série de situações de prejuízos materiais, principalmente para os caminhoneiros autônomos, para os setores vinculados à agricultura familiar e para as pequenas empresas. Esse cenário estimulou, a realização de ações metodológicas cunhadas pelo princípio da CONTABILIDADE SOCIAL e da CIDADANIA.

A greve dos caminhoneiros teve, como um dos elementos desencadeadores, o contexto de gestão política do Governo, que, na busca de subsídios imediatos para suportar a crise econômica, política e social que se agravava, entre outros, aumentou o preço dos impostos sobre combustíveis e desencadeou mudanças nos direitos previdenciários e na legislação trabalhista. Nesse cenário, surgiu, no diálogo com os acadêmicos, a possibilidade de trabalhar a disciplina centralizada em um tema gerador: a greve dos caminhoneiros, e, partindo desse tema, buscar elementos, subsídios catalizadores da importância e do significado da Contabilidade Social na vida das pessoas físicas e jurídicas e de entidades públicas e privadas. Igualmente, é importante refletir sobre gestão pública e sobre Contabilidade como ferramenta de controle de finanças e como ferramenta de conhecimento, inclusive para o exercício da cidadania.

Dinamizar a disciplina de Metodologia da Ciência e da Pesquisa, para torná-la atrativa e, ao mesmo tempo, útil foi o objetivo fundamental que norteou esse trabalho. Também, desencadeou investigações elencadas neste segundo volume de Cenários e Leituras Sociológicas, referendado na Contabilidade Social e na Cidadania. Nesse sentido, nas produções teóricas buscou-se o potencial interdisciplinar da Contabilidade Social catalisada pela possibilidade do envolvimento dos diferentes saberes e olhares no conjunto das áreas das Ciências Sociais e das Ciências Humanas.

As atividades foram desenvolvidas com um grupo de cinquenta e sete acadêmicos. Após apresentação da disciplina e dos objetivos, passou-se para a discussão do método e de possibilidades de temas a serem utilizados para as produções. A ideia de unir a teoria e as

normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas - com o desenvolvimento de pesquisas vinculadas à Contabilidade e, fazendo uso do cenário de “greve dos caminhoneiros”, ganhou a adesão do grupo. Deliberada essa preposição inicial, os acadêmicos foram orientados a organizarem-se em equipes de trabalho para fomentar a discussão e a escolha de subtemas agregados ao tema norteador do conjunto das atividades de pesquisa. As palavras-chaves foram surgindo nos grupos, direcionando os olhares e as buscas: contabilidade, auditoria, gestão pública, logística, tributação, formação do profissional, empreendimentos particulares, planejamento orçamentário, educação financeira, agricultura familiar, greve dos caminhoneiros. A partir dessas palavras-chaves foram agregadas outras, conforme o objetivo proposto pelas equipes de acadêmicos para suas produções teóricas.

Observa-se que não houve pesquisa de campo, mas pesquisas de base bibliográfica e documental. Para isso, foram exploradas pesquisas e publicações relativas aos temas: greve dos caminhoneiros, contabilidade e cidadania. O período de tempo utilizado para a construção das discussões teóricas foi de quatro meses, o que inviabiliza uma pesquisa de estudos “*in loco*”, mas suficiente para a iniciação acadêmica na metodologia da ciência e da pesquisa, ou seja, suficiente para o acadêmico(a) compreender alguns conceitos sobre o que é “ser pesquisador” e de trabalhar com indicativos sobre produções acadêmicas e extensão profissional e social.

Nem todos os grupos conseguiram concluir a produção, visto que primeiro cada grupo teve que construir um projeto de pesquisa e, somente após, um discurso teórico focado na proposta. Observa-se que essas não são tarefas fáceis para iniciantes na vida acadêmica, mas subjaz importante a valorização dos que abraçam a causa e se dedicam a assumir desafios dessa natureza já nas primeiras experiências vividas na academia.

A publicação está organizada em partes, considerando a especificidade de cada pesquisa, a saber:

Parte I: Metodologia da Ciência e da Pesquisa e Contabilidade Social

Parte II: Gestão Pública e Contabilidade

Parte III: Gestão Particular e Contabilidade

Parte IV: Educação Financeira

Parte V: O Profissional Contábil

Na parte I, os autores traçam reflexões acerca da relação entre a disciplina de Metodologia da Ciência e da Pesquisa com a Contabilidade e essas com a Cidadania. Isso tendo presente que, quanto mais instrumentalizado for o cidadão para a leitura da

contabilidade, seja ela pública ou privada, mais possibilidade de se posicionar, de resolver problemas orçamentários e, inclusive, agir com coerência e competência diante de situações como as greves, as propostas de reformas, as eficientes e eficazes propostas de consumo, com possibilidade de entender questões induzidas pela mídia ou propagandas direcionadas.

A parte I é composta pelo texto “Metodologia da Ciência e da Pesquisa, Contabilidade Social e Cidadania: reflexões possíveis”. Nele, os autores procuram trazer para o debate acadêmico algumas reflexões acerca da Metodologia da Ciência e da Pesquisa relacionada com a Contabilidade Social e com a Cidadania, enfatizando o valor da interdisciplinaridade na dinamização do tripé ensino, pesquisa e extensão. Também, problematizam a possibilidade do imbricamento dos diversos conhecimentos e saberes das áreas das Ciências Sociais e das Ciências Humanas, uma vez que a Contabilidade faz parte do mundo empresarial e das gestões públicas, e, principalmente, do cotidiano da vida das pessoas; contudo, as pessoas precisam compreender a importância e conhecer as possibilidades de utilizar esse conhecimento e formas de aplicá-lo no seu dia-a-dia.

A parte II é composta por três textos: “Auditoria na gestão pública: um olhar a partir do custo do combustível”; “Contabilidade tributária e sua utilidade na gestão pública”; e, “Custo do transporte: da logística ao papel da consultoria contábil na tomada de decisões na gestão pública.” Nesses textos, os autores abordam questões vinculadas à gestão pública e que envolvem diretamente a Contabilidade. Constituem reflexões sobre os reflexos das políticas públicas na vida das pessoas. Permite ao leitor compreender a importância do conhecimento contábil para a análise do desempenho de um Governo, suas políticas e os reflexos na realidade de todos os brasileiros.

Na parte III encontramos os textos: “Contabilidade de Custo: uma ferramenta auxiliar no desenvolvimento de uma atividade de transportes”; Contabilidade e encargos sociais; e, “Contabilidade na agricultura familiar”. São textos que potencializam a utilização das técnicas contábeis em diferentes atividades, como as agrícolas e as de transporte, enfatizando a importância do conhecimento contabilístico produzido pela humanidade para organização de atividades diárias.

A parte IV é composta por três textos: “Educar para a Contabilidade de Custo e orçamentaria familiar”, e “Educação financeira na agricultura familiar: a contribuição da contabilidade”. Nesses textos encontram-se reflexões sobre a educação como um condicionante para a capacitação das pessoas para o uso e a aplicação das técnicas contábeis na vida cotidiana, com enfoque para a ideia de orçamento familiar e de investimentos,

principalmente na agricultura familiar, onde pequenas anotações sobre débitos e créditos inerentes a cada atividade desenvolvida podem fazer o diferencial e contribuir para tornar uma atividade viável.

A parte V é composta pelo texto “Ética: um compromisso profissional e social”. Nele os autores problematizam a importância e o significado da formação do profissional da contabilidade, principalmente tendo em vista as mudanças frequentes na legislação que incidem diretamente nas práticas contábeis e o significado da ética e da moral no desempenho de atividades contabilísticas, seja para pessoas físicas, jurídicas, públicas e/ou privadas.

Como dito inicialmente, este segundo volume de Cenários e Leituras Sociológicas é composto por produções acadêmicas desenvolvidas no primeiro semestre do Curso. Nesse sentido, seu mérito se encontra no quesito que, além do trabalho de produzir aplicando normas e orientações sobre produção científica, compila um resultado interdisciplinar que problematiza um fato social: potencializa a diversidade de possibilidades de construção teórica, em um campo aberto do pulular de ideias, com base em um tema norteador e, percebendo a Contabilidade como Social e a implicação desse conhecimento no campo da cidadania. Cidadania, comumente entendida pelas pessoas como ato de votar. No entanto, a Cidadania só acontece com cidadãos participativos, ativos, o que exige conhecimento para analisar a realidade social, política e econômica, a gestão pública, as necessidades existenciais, entre outros. Cidadania requer conhecimento. Conhecimento, no mundo do capital, tem aquele que lê, problematiza, circula com ideias, mas que tem sustentação real, para isso, o uso da ciência dos números permite conhecer, interpretar e tomar posicionamento diante dos interesses que constituem o território. Dominar esses números é difícil, mas buscar um conhecimento mínimo é possível. Para isso é preciso enxergar a Contabilidade como Social, um conhecimento que deve ser construído vinculando noções de equilíbrio orçamentário como um processo educativo que acompanha a pessoa, da mais tenra a mais avançada idade.

A utilização do tema “greve dos caminhoneiros” permitiu aos acadêmicos pesquisar a realidade do brasileiro, refletir sobre a gestão pública e sobre o poder opcional e decisório da ação centralizadora do governo brasileiro, bem como sobre os limites da representação política e de nossa democracia cidadã. Igualmente, permitiu rememorar a importância do protagonismo social e da necessidade de seu alargamento, envolvendo todas as categorias de trabalhadores na luta pelos direitos sociais e pelo usufruto dos benefícios do capital de forma mais equitativa. Outrossim, pensar o processo e o desfecho da greve, entre outras

possibilidades, permitiu potencializar o valor da ética e da moral como componentes essenciais nas práticas administrativas no setor público e na vida cotidiana de cada cidadão, inclusive como incentivo à cidadania proativa e, igualmente, problematizar o conhecimento como elemento estruturante da ação social, tanto para questionar, como para intervir no cenário com pró-ativismo.

Dentre os assuntos apresentados neste livro pode-se reafirmar o papel social da Contabilidade, muito além de apurar informações econômicas e financeiras, necessárias à gestão nas organizações, o uso de seu instrumental permite aos seus usuários tomar decisões racionais e coerentes com a real situação de qualquer negócio, evitando inconvenientes para a sociedade. Também, facilita a resolução de conflitos entre entidades de classe, governo e a sociedade, uma vez que a informação é confiável, isenta de interesses particulares, permitindo maior assertividade nas decisões. O “start” da greve foi associado a aumentos consecutivos nos custos operacionais do segmento o que inviabilizaria a atividade, justificando as paralizações. O Governo, por sua vez, deliberou medidas de punição, como multas para os grevistas que inviabilizassem o trânsito. Se houvesse uma mediação feita, embasada em dados contabilísticos, provavelmente o cunho social da greve seria potencializado.

Jussara Jacomelli

Professora de Metodologia da Ciência e da Pesquisa

Alzenir José Vargas

Coordenador do Curso de Ciências Contábeis

Osmar Antonio Bonzanini

Chefe do Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas

**PARTE I: METODOLOGIA DA CIÊNCIA E DA
PESQUISA E CONTABILIDADE**

METODOLOGIA DO ENSINO E DA PESQUISA, CONTABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA: REFLEXÕES POSSÍVEIS

Jussara Jacomelli¹

Osmar Antonio Bonzanini²

INTRODUÇÃO

Dinamizar a disciplina de Metodologia da Ciência e da Pesquisa, tornando-a atrativa e ao mesmo tempo útil foi o objetivo fundamental que norteou a construção do segundo volume de Cenários e Leituras Sociológicas. Em vista disso, este texto tem como objetivo traçar algumas reflexões sobre a disciplina de Metodologia da Ciência e da Pesquisa na Universidade, relacionada com a Contabilidade Social e a Cidadania, enfatizando o valor da interdisciplinaridade na dinamização do tripé ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, buscou-se refletir sobre o potencial interdisciplinar da Contabilidade Social catalisada pela possibilidade do imbricamento dos diversos conhecimentos e saberes das áreas das ciências sociais e das ciências humanas.

DESENVOLVIMENTO

Para nós brasileiros, um dos grandes desafios na atualidade, diz respeito à educação. O Brasil vem ocupando o 83º lugar entre 130 países no ranking do desenvolvimento. É classificado como oitava maior economia do mundo, mas na educação vem pontuando menos que países como Uruguai (60º), Costa Rica (62º), Bolívia (77º) e Paraguai (82º) (GUIMARÃES, 2016). Além disso, parcela representativa de brasileiros gasta além do seu orçamento, passando à situação de inadimplente – inclusive pessoas com ensino universitário - o que demonstra falta de planejamento orçamentário e de conhecimento sobre educação financeira. Observa-se assim, que não basta ter conhecimento, mas é preciso tornar o conhecimento válido para a vida, não só profissional, mas também familiar e pessoal.

¹ Doutora em Desenvolvimento Regional, Mestre em História e Graduada em Estudos Sociais e História. Professora e pesquisadora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen. E-mail: jacomelli@uri.edu.br

² Doutor em Gestão - UTAD/Portugal. Contador e Conselheiro do CRCRS. Membro da Academia de Ciências Contábeis do RGS. Docente do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen. E-mail: bonzanini@uri.edu.br

Correspondendo a essa prerrogativa, objetiva-se que disciplinas como “Metodologia da Ciência e da Pesquisa” precisam ser compreendidas como “*locus*” para a instrumentalização das pessoas para atuarem em diferentes realidades da existência humana com competência técnica e cidadania, o que exige pensar no método de abordagem e no fazer pedagógico na academia.

Nesse sentido, essa disciplina precisa ser catalisada por metodologias que atendam a prerrogativa da instrumentalização do acadêmico para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, para o que se torna significativo cooptar cenários da atualidade e transformá-los em objeto de estudo, pesquisa e ação, como incentivo para que o acadêmico construa leituras da realidade. Todavia, esse processo precisa ser interdisciplinar, ir além das disciplinas técnicas e enfatizar o sentido da relação entre teoria e prática na efetivação dos objetivos do ensino superior sintetizados, conforme Severino (2007), em três grandes focos: a formação de profissionais das diferentes áreas aplicadas, mediante o ensino/aprendizagem de habilidades, e competências técnicas; a formação do cientista mediante a disponibilização dos métodos e conteúdos de conhecimento das diversas especialidades do conhecimento e, à formação do cidadão, pelo estímulo de uma tomada de consciência, por parte do estudante, do sentido de sua existência histórica, pessoal e social (SEVERINO, 2007).

Trabalhar esses três objetivos de forma articulada na disciplina de Metodologia da Ciência e da Pesquisa, já no primeiro semestre de um curso da área das Ciências Sociais Aplicadas é desafiador, mas necessário. A contabilidade é uma ciência social, que permite melhor compreender acontecimentos ou fatos sociais, a exemplo da greve dos caminhoneiros de 2015 e seu contexto. A exploração de seu instrumental na disciplina de Metodologia da Ciência e da Pesquisa, a partir da problematização de conceitos, visando a associar saberes é caminho para integrar o acadêmico aos objetivos do Ensino Superior, que consiste, conforme já posto, na formação profissional, formação para a pesquisa e formação para a cidadania.

A disciplina de Metodologia da Ciência e da Pesquisa, no Curso de Ciências Contábeis, na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, tem como objetivos, “Fornecer ao acadêmico conhecimento sobre as concepções epistemológicas do conhecimento, o conhecimento científico e sua relação com o método científico” E, também, “Fornecer normas referentes à construção do conhecimento científico bibliográfico, método de pesquisa, apresentação das normas do trabalho ou pesquisa científica e referências bibliográficas.” Essas assertivas são consoantes ao PPC do Curso, onde consta “A missão do Curso é formar pessoal ético e competente, inserido na comunidade regional, capaz de

construir o conhecimento contábil, promover a cultura, o intercâmbio, a fim de desenvolver a consciência coletiva na busca contínua da valorização e solidariedade humana” (PPC).

Assim sendo, observa-se que essa disciplina está vinculada diretamente a missão do Curso. Uma de suas prerrogativas é problematizar os objetivos do ensino universitário inserindo o acadêmico na reflexão e na produção e tendo como referência suas experiências de ordem pessoal, social, profissional, universitária e, na condição de acadêmico-pesquisador. As pesquisas geram teorias e as teorias geram pesquisas porque permitem enxergar mais além.

Ao finalizar o livro “Ensaio sobre cegueira”, José Saramago faz uma analogia sobre ver e enxergar utilizando-se da palavra cegueira. No final da obra, um dos personagens, o médico, faz a seguinte colocação: “Por que foi que cegámos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Dis, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem.” (SARAMAGO, 1995, p. 310).

O ser humano foi feito para ver e enxergar, haja vista que se constitui como ser de infinitude (RABUSKE, 2008). Tomando como referência a analogia de Saramago, é possível pensar a ciência como produto da capacidade humana para criar formas para fugir da cegueira e de conquistar a capacidade de enxergar (ver e buscar compreender os porquês do que vê). Rabuske (2008, p. 38), em seus estudos filosóficos, situa que “O mundo é a totalidade do nosso concreto espaço de vida e o horizonte de nossa compreensão.” Isso sugere que quanto mais o homem fizer ciência e pesquisa, maior será o espaço de sua compreensão ou a sua capacidade de representar o quer-que-seja. Malpique (1936, 38), citando Fouillée, explica que “O homem é incapaz de se representar o quer-que-seja fora das suas próprias formas.” Nessas formas próprias de ser, o homem criou a ciência e a pesquisa. A ciência, conforme Alves (1985) é criadora de teorias e as teorias são extensões do espaço e do tempo do homem. Assim, pode-se dizer que a disciplina de Metodologia da Ciência e da Pesquisa se insere nessa dinâmica reflexiva e questionadora que se desdobra em problematizações e saberes.

REFLEXÕES SOBRE A DISCIPLINA DE METODOLOGIA DA CIÊNCIA E DA PESQUISA NA UNIVERSIDADE

A busca do sentido do Ensino Universitário, em todas as disciplinas, passa pela reflexão sobre o método. Para Severino (1994, p. 62), “é através da prática que se educa”, ou

seja, o acadêmico precisa ser o protagonista. Siveres (2006, p. 139) coloca que a função da universidade é ser “[...] geradora e socializadora de um conhecimento criativo e crítico, contribuindo dessa forma, com o desenvolvimento da sociedade.” Mas, como fazer isso na academia, mais precisamente na disciplina de Metodologia da Ciência e da Pesquisa em um Curso de Ciências Contábeis?

Na escolha do método, observa-se que é preciso considerar a trilogia ensino, pesquisa e extensão como conjunto articulado, visto que essa é, sintetizando, o porquê da existência da universidade. Contudo, a pesquisa deve ser considerada como ponto básico de apoio e de sustentação das outras tarefas - o ensino e a extensão -, o que significa dizer que “Na universidade, o conhecimento deve ser construído pela experiência ativa do estudante e não mais ser assimilado passivamente” (SEVERINO, 2007, p. 25). Essa assertiva é um dos grandes desafios diários postos ao professor universitário e, em especial ao professor de metodologia, a quem cabe criar situações que viabilizem a vivência da pesquisa, do ser pesquisador.

A experiência ativa do estudante ocorre mediante o estabelecimento de situações problemas de interesse individual ou coletivo, algo difícil hoje, haja vista que as pessoas são carregadas pela especulação midiática que atende a determinados grupos econômicos, ou são relegadas à condição de espectadores à espera de políticas de salvação ou de situações-soluções imediatas. Desinstalar, inquietar, problematizar, valorizar potenciais e incentivar possibilidades, incorre em aderir a novos conceitos como o da incerteza e do arriscar; do errar e do acertar. Planejar, em vista disso, é fundamental, contudo, os planejamentos não são permanentes, precisam ser repensados constantemente tendo como suporte o cenário da realidade econômica, sociológica, antropológica e social dos sujeitos implicados na pesquisa.

AS CIÊNCIAS E A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA

Segundo Aranha e Martins (2005, p. 20), a espécie humana é constituída de cultura, entendida como capacidade de pensar sobre a realidade, de construir significados para a natureza, para o tempo e para o espaço, bem como para outros seres humanos e todas as suas obras. A cultura é também a linguagem simbólica utilizada pelo homem para desenvolver conhecimento, técnicas e trabalho. O homem ao se relacionar com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo, registra seu modo de agir e de viver a partir de suas práticas, ações e intervenções (SEVERINO, 1994).

Toda ação humana é fruto de sua capacidade de reflexão, construção de significação e, conseqüentemente, ações determinantes dos desenhos que os territórios ganham. A criação do Estado, das políticas públicas e da contabilidade, em vista disso, podem ser considerados recursos simbólicos e práticos que resultam de relações sociais e igualmente as determinam. As manifestações sociais oriundas da organização da sociedade civil geralmente apresentam, como um dos elementos centrais, o custo econômico da existência humana em uma sociedade organizada em torno do capital que pode ser compreendido, por exemplo, no peso das representações dos grupos econômicos na arena das decisões políticas.

O processo de mudanças na organização dos povos e a intensificação das relações comerciais, fez com que o espaço fosse transformado em lócus da ação do capital, em mercadoria universal. Esse espaço une e separa, uma vez que, como global é um capital comum a todos, mas, na sua efetiva utilização, é reservado aos detentores de capital (SANTOS, 1997). Assim sendo, precisa-se enxergar o espaço “ao lado das estruturas econômica, jurídico-política e ideológica, uma das suas estruturas (fator e instância social)”, haja vista que “há uma relação tríplice envolvendo a sociedade e o seu espaço: a produção, a rugosidade e a reprodutividade.” (MOREIRA, 1996, p. 284).

Enxergar exige um olhar interdisciplinar, exige sair da caixa de saber técnico e específico de uma área. A interdisciplinaridade é o ingrediente basilar de toda pesquisa que se quer de rigor científico. Nesse sentido, o fato social pode ser compreendido vinculando o tema em estudo, e, no caso em discussão, a greve dos caminhoneiros com a contabilidade e com as redes, fatos e acontecimentos que caracterizam o espaço. Rede, na definição de Santos (1999), abarca desde a forma material - a infraestrutura de transporte, comunicação e outros, às formas imateriais, formadas pelo social, pela política, pelas pessoas, mensagens e valores. Todas as formas são valorizadas pelas ações humanas, as quais as materializam de algum jeito. Igualmente, o estudo espacial do cotidiano e do lugar, se constitui como referência, notadamente porque há uma relação entre espaço e movimentos sociais, cujos registros encontram-se materializados no território. Espaço entendido como condição para a ação; como uma estrutura de controle; um limite à ação e como um convite à ação. Tudo o que o homem faz, o faz a partir dos objetos que o cercam. Nesse sentido, a localidade é particularidade e também complementariedade porque objetivada na dimensão com o todo onde se encontra, por exemplo, a superposição das escalas como, as territoriais, de poder, de transformação, para citar algumas (SANTOS, 1999).

As ciências humanas, caracterizadas pelo estudo do comportamento humano e de seus fenômenos culturais e as ciências sociais, caracterizadas pelo estudo sistemático do comportamento social humano, se entrelaçam. A contabilidade é classificada como pertencente à Área das Ciências Sociais Aplicadas, a qual tem como objeto de estudo os grupos humanos. Esse objeto de estudo a aproxima de outras áreas do conhecimento e viabiliza o uso de novos conceitos, proporcionando, conseqüentemente, uma maior visão da realidade (SIQUEIRA; CABRAL; BATISTA, 2008). Observa-se que as ciências empíricas são sistemas de teorias. Como sistemas, são enunciados universais. São redes lançadas para capturar o mundo, racionalizá-lo, explicá-lo e dominá-lo (POPPER, 2013). Nesse sentido, quando se busca uma explicação científica para as relações que acontecem entre os fatos, quer natural ou social, a discussão do método é fundamental. Observa-se que a produção do conhecimento é processual e, esse processo é histórico, individual e concomitantemente coletivo (PÁDUA, 2012).

A CONTABILIDADE, UMA CIÊNCIA PARA O CONHECIMENTO E A CIDADANIA

Conforme Santos e outros (2006) a partir da sedentarização, o homem passou a realizar seus primeiros registros contábeis, como medição para controlar seus bens e realizar trocas. Em 1494 foi publicado o *Summa de arithmetica, geométrica, proportioni et proportionalitá* de Luca Pacioli. Consistia em um tratado sobre matemática e, apresentava uma sessão sobre o método das partidas dobradas. Esse método de escrituração havia sido utilizado antes, contudo, no referido livro, o método foi codificado, descrito e publicado.

Tendo evoluído ao longo da civilização, o desenvolvimento da contabilidade está ligado aos registros do comércio, cujas evidências demonstram que por volta dos anos de 1200 já era utilizada, através do método de partidas simples (IUDÍCIBUS, 2015; LOPES DE SÁ, 2010). Muito antes disso, conforme Buesa (2010), os escribas já a utilizavam nos templos, controlando riquezas e, com o passar do tempo, essa forma de organização social levou a divisão da sociedade em diferentes classes.

Pertencente ao conjunto das profissões liberais, a contabilidade foi reconhecida como tal, a partir de concessão do Estado, que teve significativa contribuição no seu desenvolvimento (WILLMOTT, 1986; SANGSTER, 2014). A profissão de contador, por sua vez, tem suas raízes na Europa onde o crescimento econômico trouxe uma nova exigência na

organização da sociedade: visando a controlar as riquezas oriundas da atividade econômica, o uso de contadores entendidos na forma de pessoas com saberes especializados (LEE, 2017; BONZANINI; SILVA; LEITE, 2016).

A evolução da contabilidade determinou seu uso em todos os setores da vida humana. É uma ferramenta utilizada por proprietários de empresas, executivos e gestores, governos, bancos, fornecedores de capital a juros e famílias. Por exemplo, os Governos utilizam seus registros e demonstrativos para direcionar seus esforços de arrecadação de tributos; as famílias, para montar e programar orçamentos familiares (SANTOS et al., 2006). A utilização de suas técnicas permite às pessoas realizarem uma melhor gestão de seus rendimentos, o que viabiliza o planejamento de ações e, também, permite compreender alguns indicativos das atividades públicas. Com a utilização dos recursos da contabilidade, o usuário pode ter uma visão simples da realidade imediata e uma percepção mais apurada da realidade ampliada em termos de escala territorial e temporal. Por exemplo, determinadas medidas contábeis que trazem efeito positivo em um período, podem não resultar na mesma positividade em outros períodos. Isso devido à dinâmica das ações e as correlações das mesmas com arranjos financeiros em diferentes escalas e proporções e, concomitantemente, intercambiadas.

Em uma empresa, a Contabilidade Social incorpora distintos aspectos sociais, como o aspecto de recursos humanos, do meio ambiente e o de caráter ético. O objetivo é fazer com que a Contabilidade Social chegue a sua efetivação e êxito. Para que isso aconteça é importante que a organização adote uma gestão participativa, envolvente e comprometida com todas as camadas que formam o sistema social e organizacional (KRAEMER, 2017). Esse cunho empresarial de responsabilidade social encontra seus primeiros registros no século XX. No Brasil, essa postura se tornar visível a partir dos anos setenta (NOSSA; TEIXEIRA; FIORO, 2017). Essa ideia participativa que agrega a responsabilidade social não se situa somente no âmbito empresarial, mas também no âmbito da gestão pública.

A Constituição da República Federativa do Brasil sugere a existência de uma efetiva democracia cidadã: prevê a participação popular a partir do processo eleitoral, plebiscitários, chamadas públicas e outros, como prerrogativa democrática e como componente legislativo e decisório na gestão pública (BRASIL, 2011). Essa deferência à participação como componente da gestão pública, que tem como prerrogativa a prática da Contabilidade Social, não depende somente da participação. Depende do conhecimento que o cidadão tem para realizar suas intervenções. Por exemplo, não é suficiente a existência do Portal da

Transparência, é preciso que o cidadão saiba lê-lo. A educação, nesse sentido, fundamenta-se como ingrediente máximo.

A contabilidade é uma ciência que resulta do conhecimento humano e sua prática está vinculada aos negócios. Os negócios são fruto das relações humanas e, “Representa uma realidade econômica e sua comunicação aos interessados por essa informação” (SILVA; TRISTÃO, 2000, p. 15). O uso do conhecimento contábil permite planejar ações. O planejamento é positivo para a melhoria nas finanças. No caso do Estado, o planejamento é uma metodologia que a sociedade pode fazer uso - por meio de seus representantes e instituições, de forma centralizada ou descentralizada - para conhecer suas potencialidades e limitações e, para coordenar seus recursos visando à realização das ações necessárias aos objetivos nacionais e metas governamentais (PISCITELLI; TIMBÓ, 2010).

Nos dias atuais, mais do que nunca, observa-se, quer no âmbito doméstico, quer no âmbito público ou empresarial, a crescente necessidade de se aplicar conceitos de contabilidade como caminho para melhorar a gestão dos recursos que as pessoas ou instituições possuem. Esse caminho, no entanto, depende da capacitação do sujeito para realizar leituras da realidade vivida com base em elementos estruturadores. Essa leitura precisa ser quantitativa e qualitativa. Para isso, a contabilidade é um instrumental básico que somado ao instrumental sociológico, permite uma maior compreensão do significado do conhecimento, tanto no sentido de melhorar a compreensão de si mesmo no contexto vivido, como no sentido de valorizar a percepção da presença e existência do outro e das dinâmicas construídas pelo homem para a vida em sociedade, e, também, dos questionamentos interdisciplinares sobre conhecimentos e atitudes que circulam na realidade social.

A ação social é criadora de mecanismos organizativos da vida no território, como o caso do Estado. A palavra Estado, vem do latim *statu*, que significa estar de pé, manter-se. No direito romano constam as expressões *status civilis* que representa as posições das pessoas na sociedade e *status reipublicae*, que designa a coisa pública. O Estado consiste em um conjunto de órgãos voltados para o desenvolvimento do bem comum. Maquiavel fez uso da palavra estado no livro “O Príncipe”, e Aristóteles a vinculou à reunião de famílias (ARAÚJO; ARRUDA, 2009).

Por administração pública, compreende-se um conjunto coordenado de funções que visa à boa gestão da coisa pública, a fim de possibilitar o alcance dos interesses da sociedade. O aparelhamento do Estado está para a realização do processo voltado ao cumprimento dos propósitos do Estado. O Estado corresponde à organização político-jurídica instituída por uma

sociedade para realizar o bem público, com bem próprio e território (ARAÚJO; ARRUDA, 2009). Assim sendo, a existência do Estado se justifica como entidade prestadora de serviços e utilidades aos sujeitos que o compõem.

Os serviços públicos, atividades e bens postos a serviço e uso da coletividade, visando à satisfação das necessidades da comunidade, decorrem dessa assertiva, ou seja, da prestação de serviços e utilidades aos sujeitos que compõem o Estado. Assim sendo, os serviços públicos abarcam atividades de competência exclusiva do Estado, por ele diretamente exercidas ou exercidas por delegações do poder público, com o objetivo do bem-estar geral. Os serviços públicos competem exclusivamente ao Estado e visam a satisfazer as necessidades da coletividade. Já os serviços de utilidade pública, que visam facilitar a existência do indivíduo na sociedade, são prestados por delegação e colocam a disposição utilidades que proporcionam mais conforto e comodidade ao indivíduo (KOHAMA, 2009).

Angélico (1994, p. 19) define orçamento público como sendo “um planejamento de aplicações dos recursos esperados, em programas de custeios, investimentos, inversões, transferências e receitas, proposto pelo Poder Executivo para um período financeiro, e aprovado pelo Poder Legislativo”. Também, qualifica-o, como “o espelho da vida do Estado e, pelas cifras, se conhecem os detalhes de seu processo, de sua cultura e de sua civilização.” (ANGÉLICO, 1994, p. 19). A estimativa de receita ocorre por aproximação, o que se agrava em países de moeda instável. Na instabilidade da moeda, não há como ter certeza, assim sendo o técnico orçamentário precisa ter conhecimento e sensibilidade para pesar cada fator que interfere na receita.

Para Medeiros e Quinteiro (2008, p. 95) “O Brasil é um país em desenvolvimento que necessita de investimentos para estimular seu desenvolvimento econômico.” Contudo, as regras precisam ser claras e há necessidade de que o investidor seja bem informado para diminuir os riscos de retorno de uma decisão de investimento. Conforme Cinnanti:

A população espera de seus legisladores ética e comprometimento com a Nação. Não basta viver em um país democrático, laureado com a conquista da liberdade de expressão, enquanto, lamentavelmente, a impunidade e o individualismo continuarem a dirigir as ações de muitos mandatários do poder, constituindo-se em uma ameaça ao exercício da cidadania e à credibilidade do povo nas instituições públicas.[...].

Se os gestores do Legislativo – em primeiro lugar, as autoridades políticas que dirigem a instituição e, subsidiariamente, os servidores responsáveis por gerir as diversas unidades administrativas – nortearem suas ações e decisões pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, em muito contribuirão para aumentar a confiança de todo o país no Parlamento. Um Poder Legislativo que atue em favor do bem comum, que seja ético e transparente promoverá o fortalecimento da democracia, ao ser considerado pelo real titular do

poder – o povo – legítimo em sua representação. Da mesma forma, incentivará a participação popular nas suas diversas formas, o que representará um incremento no exercício da cidadania. Assim, podemos considerar que, da confiança da população no poder constituído e da qualidade do serviço público oferecido, decorre o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia (CINNANTI, 2011, p. 87).

Historicamente a classe trabalhadora no Brasil tem lutado pela participação política e por direitos sociais e econômicos. Para Saes (2001), a classe trabalhadora conquistou direito à participação política com a aprovação da Constituição Federal de 1988 e o consequente exercício do direito de voto e do direito de experiências partidárias de caráter massivo e independente. Concomitante, essa conquista foi limitada pela crescente hegemonia do capital financeiro internacional. A partir de seus representantes políticos internos, esse grupo tem tratado de fazer funcionar, em seu proveito, a cidadania política. Para alcançar seus objetivos, instituiu o clientelismo eleitoral em novas versões caracterizadas pela fonte do recurso a ser utilizado para o cooptação política e de votos – clientelismo privado (capital privado); clientelismo público (capital público) e clientelismo público-privado (capital misto). Assim sendo, instaurou-se:

[...] um momento histórico em que pelo menos duas forças políticas distintas disputam a possibilidade de aproveitamento dos direitos políticos instaurados em 1988. De um lado, as classes trabalhadoras procurando transformá-los em plataforma para o desenvolvimento e a expansão de uma política independente de massa. De outro, o capital financeiro internacional procurando reverter a seu favor os direitos políticos restaurados por obra da resistência das classes populares ao regime militar, enquadrando o seu exercício em práticas clientelísticas de caráter cada vez mais complexo e sofisticado, como é de se esperar de qualquer sociedade capitalista (SAES, 2001, p. 1).

A legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência são princípios constitucionais da Administração Pública, normas gerais que fundamentam, orientam e auxiliam a interpretação da fonte subsidiária. Constituem o núcleo do sistema jurídico devendo fundamentar a ação do legislador ou do administrador público (CINNANTI, 2011, p. 87). No entanto, situações como: a organização de grupos hegemônicos que se impõem nas políticas públicas, a falta de confiança da população brasileira nos seus representantes, somados a falta de conhecimento, limitam a cidadania e a democracia representativa no Brasil. Na falta de representação “confiável”, os grupos sociais fazem uso dos locais públicos para suas manifestações.

A greve dos caminhoneiros de 2015, tema gerador dos textos que compõem este livro, é um registro do protagonismo de parte dos brasileiros, os quais buscaram questionar as ações do Governo a partir de protestos, paralizações e outras formas de manifestações. A pesquisa desse protagonismo social mostra, além da ação imediata – a paralização, as manifestações, os

protestos – o alargamento da extensão do problema, o contexto que envolve o local e o global, o particular e o público, entre outros aspectos. Com aumento das alíquotas do PIS/Cofins e da Cide, a equipe econômica visou a arrecadar R\$ 20,6 bilhões no ano. Também, contraditoriamente, ao aumento do preço do diesel, o valor do frete diminuiu. Diante dessas e outras questões, alguns estados brasileiros, conforme G1 (2015) vieram a servir de palco para a paralização dos caminhoneiros (quatorze até a publicação da reportagem). Para controlar o movimento, o Governo fez uso do expediente da multa, potencializando sua aplicação a todos os que inviabilizassem o livre trânsito. Essa medida enfraqueceu o movimento, protagonizado nos atos públicos por trabalhadores.

CONCLUSÃO

Ao concluir essa reflexão, podemos dizer que o campo do conhecimento ligado à área contábil vem evoluindo tanto na operacionalização do que lhe é peculiar, como no campo interdisciplinar. Isso demanda novas reflexões no campo do Ensino, da Ciência e da Pesquisa. Além disso, é preciso compreender que as ciências dependem de investigações que visam seu crescimento linear e, de estudos vinculados à reflexão crítica sobre o conhecimento nelas produzido com retornos constantes, em um movimento de conhecimento circular. Disso emana o significado da pesquisa. Essa forma de pensar a ciência permite compreendê-la como processo que pode ser aplicado em todos os setores, lugares e temporalidades. A contabilidade, como ciência, utilizada por gestores públicos, agentes particulares e por cidadãos, com enfoque no seu cunho social, viabiliza melhorias para todos e, concomitante, mais transparência e ética no uso dos benefícios do trabalho e da natureza.

Vale frisar que a Contabilidade tem valor interdisciplinar. Seu instrumental viabiliza ao imbricamento dos diversos conhecimentos das áreas das Ciências Sociais e das Ciências Humanas. Permite fugir a cegueira imposta pela mídia e por propagandas enganosas e, igualmente, buscar subsídios para compreender a dinâmica das ações e coordenadas pelo Estado e por agentes econômicos e que incidem diretamente na vida do cidadão. Quanto mais instrumentalizado o cidadão para a leitura da contabilidade pública, mais possibilidade de posicionar-se e de, inclusive, agir com coerência e competência diante de situações como as que geram as greves, os protestos e outros.

A história da civilização é a história da cooperação da mão com a inteligência. Da pedra lascada aos zepelins, da caverna aos arranha-céus, da fruta pastoril à radiotelefonía, verifica-se que todas as invenções são produtos duma inteligência que as concebe e da mão que as executa. Dir-se-ia, empregando o calão político, que a inteligência é o legislativo, e a mão o executivo (MALPIQUE, 1936, p. 41).

Ao aplicar a assertiva de Malpique, podemos dizer que a inteligência é a cidadania e a contabilidade é a mão e, retomando Saramago, somos cegos quando deixamos de ver ou não queremos enxergar as situações existentes, mas, também, quando não temos o conhecimento necessário para enxergar. A cegueira para as causas sociais desumaniza. É preciso enxergar, fazer uso do conhecimento aplicando-o em favor da vida, da cidadania. A Disciplina de Metodologia da Ciência e da Pesquisa se insere como processo, ou seja, como caminho para potencializar o valor da relação entre SER PESQUISADOR – CIDADÃO PROATIVO E A CONTABILIDADE como SOCIAL. Esta, vale ressaltar, apresenta um conhecimento singular que circula por todas as áreas, enriquecendo a capacidade técnica de intervenção social, política e econômica de seus usuários.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade pública**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão S.; ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade pública: da teoria à prática**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de filosofia**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

BONZANINI, O.; SILVA A.; LEITE T. **Critical Perspective on the Influence of Professional Organizations in the Construction of Curricula of Undergraduate Courses in Accounting**. 3 rd ISA Forum of Sociology – Professionalism in Education and Work, 2016. Viena, Austria: Julho/2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 34. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.

BUESA, N. A Evolução Histórica da Contabilidade como Ramo do Conhecimento. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.facsao Roque.br/novo/publicacoes>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

CINNANTI, Cristina Jacobson Jácomo. **A (des)confiança do cidadão no poder legislativo e a qualidade da democracia no Brasil**. E-Legis, n.06, p.84 - 95, 1º semestre de 2011. Acesso em: 20 nov. 2015. Disponível em: <bd.camara.leg.br/bd/bitstream/.../bdcamara/6204/cinnanti_desconfianca_cidadao.pdf?>.

GUIMARÃES, Thiago. Educação básica ruim joga Brasil no grupo dos 'lanternas' em ranking de capital humano. **BBC Brasil em Londres**, 30 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36660930>>. Acesso em: 14 maio 2017.

G1. Queda no preço do frete e altas do diesel e pedágio originaram protestos. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/02/entenda-os-principais-pontos-da-greve-dos-caminhoneiros.html>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

KOHAMA, Helio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KRAEMER, M E. P. **A contabilidade social como ferramenta de informação para a responsabilidade social**. Gestipolis. 2005. Disponível em: <<https://www.gestipolis.com/contabilidade-social-ferramenta-informacao-responsabilidade-social>>. Acesso em: 23 de jun. 2017.

LEE, T. (2010). **Consolidating the public accountancy profession: The case of the proposed Institute of Chartered Accountants of Great Britain, 1988/1989**. Accounting History, Vol. 15 (10), pp.07-39. Disponível em: <www.ach.sagepub.com>. Acesso em: 23 ago. 2017.

LOPES DE SÁ, A. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MALPIQUE, Cruz. **O homem, centro do mundo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1936.

MEDEIROS, Otávio R.; QUINTEIRO, Luis G. do L. Evidenciação contábil e volatilidade dos retornos da ações no Brasil. In: LOPES, Jorge; RIBEIRO FILHO, José F.; PEDERNEIRAS, Marcleide (Orgs.). **Educação contábil: tópicos de ensino e pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.p.95-110.

MOREIRA, Ruy. Do espaço produzido ao espaço informacional. In: SOUZA, Maria Adélia A. (Org.). **O mundo do cidadão, um cidadão no mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 283-291.

NOSSA, Silvana N.; TEIXEIRA, José C.; FIORIO, Simone L. Uma abordagem epistemológica da pesquisa contábil sobre balanço social e demonstração do valor adicionado. In: **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. v. 1, n. 2, 89-118p. Abr. e jul. 2007. Disponível em: <www.repec.org.br>. Acesso em: 02 de Mar. 2017.

PÁDUA, Elisabete Matallo M. de. **Metodologia da pesquisa: abordagens teórico-prática**. 17. ed. São Paulo: Papirus, 2012.

PISCITELLI, Roberto B.; TIMBÓ, Maria Z. F. **Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

- POPPER, Karl Raimund. **A Lógica da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.
- RABUSKE, E. A. **Antropologia Filosófica**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008,
- SAES, Décio Azevedo Marques de. **A questão da evolução da cidadania política no Brasil**. Estud. av. vol.15 no.42 São Paulo May/Aug. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000200021>>. Acesso em: 22 nov. 2015.
- SANGSTER, A. Imagens e Projeções do papel do contador. In: **O Profissional da Contabilidade: desenvolvimento de carreira, percepções e seu papel social**. São Paulo: SENAC, 2014.
- SARAMAGO, José. **Ensaio sobre cegueira: romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, Roberto F. dos. et al. **Introdução à contabilidade: noções fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia da educação: construindo a cidadania**. São Paulo: FTD, 1994.
- SILVA, César A. T; TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade básica**. São Paulo: Atlas, 2000.
- SÍVERES, Luiz. **Universidade: torre ou sino?** Brasília: Universa, 2006.
- SIQUEIRA, José R. M. de; CABRAL, Isabel; BATISTA, Rodrigo S. O diálogo entre a contabilidade e as Ciências Humanas e Sociais: nota-se a presença de um hermetismo contábil? In: LOPES, Jorge; RIBEIRO FILHO, José F.; PEDERNEIRAS, Marcleide (Orgs.). **Educação contábil: tópicos de ensino e pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008. p. 37-50.
- WILLMOTT, H. **Organising The Profession: A Theoretical and Historical Examination of The Development of The Major Accountancy Bodies in The U.K.** Accounting, Organizations and Society. Vol. 11, n. 6, pp. 555-580. Pergamon. Great Britain: Elsevier Science Ltd, 1986.

**PARTE II: GESTÃO PÚBLICA E
CONTABILIDADE**

AUDITORIA NA GESTÃO PÚBLICA: UM OLHAR A PARTIR DO CUSTO DO COMBUSTÍVEL

Jean Machado Drexler¹

Guilherme Giotti²

Natan de Vargas Laureano³

Rafael Kristoschik Noronha⁴

Jussara Jacomelli⁵

INTRODUÇÃO

O aumento do preço do óleo diesel, medida adotada pelo Governo brasileiro e anunciada no início do ano de 2015, afetou a situação financeira de pessoas físicas e jurídicas que trabalham no ramo dos transportes terrestres. Os caminhoneiros, descontentes com a situação, desde fevereiro do ano em questão vêm reivindicando a redução do preço do combustível por meio de um movimento social de greve e paralisação de atividades, como as entregas de cargas.

A paralisação que ocorreu no início do ano levou ao desabastecimento de mercadorias como medicamentos, alimentos e, principalmente, combustível, o que gerou um suposto caos na sociedade evidenciado na suspensão das aulas nas escolas públicas e universidades. Houve impossibilidade de transporte e até falta de merenda. O povo brasileiro aderiu ao movimento dos caminhoneiros, apoiando-os e mostrando a sua insatisfação a respeito da decisão governamental em aumentar o custo do combustível. Ao mesmo tempo, houve corrida aos postos de gasolina para abastecimento dos automóveis.

¹ Estudante do Curso de Ciências Contábeis, do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI- Câmpus de Frederico Westphalen- RS. Ganhador de certificado de menção honrosa da Olimpíada Brasileira das Escolas Públicas (OBMEP), nos anos de 2009, 2013 e 2014. Ganhador de certificado de participação na fase regional do Desafio National Geographic, no ano de 2011. Formado no Curso Normal pelo Instituto Estadual de Educação Érico Veríssimo, do município de Três Passos- RS.

² Estudante do Curso de Ciências Contábeis, do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI- Câmpus de Frederico Westphalen- RS.

³ Estudante do Curso de Ciências Contábeis, do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI- Câmpus de Frederico Westphalen- RS.

⁴ Estudante do Curso de Ciências Contábeis, do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI- Câmpus de Frederico Westphalen- RS.

⁵ Doutora em Desenvolvimento Regional; Mestre em História e Professora e Pesquisadora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus de Frederico Westphalen, RS. Participa dos seguintes grupos de pesquisa: AUTECC; Pesquisa em História; Direito e Cidadania na Sociedade Contemporânea. E-mails: jacomelli@uri.edu.br; jjacomelli@brturbo.com.br.

Diante disso, surgiu a possibilidade de estudar “Auditoria na Gestão Pública: um olhar a partir do aumento do custo do combustível”. O tema auditoria é fundamental e está em discussão e em debate na sociedade e no Curso de Ciências Contábeis. Partindo desse pressuposto, buscamos relacionar a importância da auditoria, tendo como objeto, a questão do aumento do custo dos combustíveis. O debate é relevante para que, não somente nesse caso, mas também em outros, a tomada de decisão feita por parlamentares, ministros ou gestores públicos, passe primeiro pela transparência de informações e pela consulta popular, principalmente quando as medidas implicam em aumento do custo de vida.

Por outro lado, relacionando esses acontecimentos da atualidade, ocorridos na Nação brasileira, o aumento do custo do óleo diesel, o movimento dos caminhoneiros e as reivindicações dos mesmos, a constante incidência de casos de corrupção na Gestão Pública, como o que envolve a estatal brasileira Petrobrás, trazemos para a discussão a Contabilidade Social, com um destaque especial para o papel do auditor contábil na Gestão Pública.

Com base na reportagem de Lisboa (2015, p. 18), publicada no Jornal do Comércio, observou-se que o caso dos caminhoneiros motivou debate nos poderes Legislativo e Executivo, evidenciando a possibilidade do custo do combustível ser desonerado a partir da negociação do aumento de impostos em outras áreas. O imposto é uma ferramenta utilizada pelos governantes para a obtenção do aumento do erário público, contudo, implica no aumento do custo de vida de todas as pessoas. Esse contexto de possibilidades de impostar a sociedade, ao mesmo tempo em que a corrupção no Governo se mostra evidente, nos levou a questionar: Qual a relevância do auditor contábil para o controle de fraudes e para manter o equilíbrio das contas do Governo? Também nos levou a buscar conhecimento sobre a definição do termo auditoria, suas origens, objetos de verificação, objetivos e finalidades, a sua relevância Contábil, as semelhanças e diferenças entre o contador e o auditor e, sobre a capacitação profissional inerente ao auditor.

DESENVOLVIMENTO

Segundo o Standard Dictionary, de Funk & Wagnalls (apud FRANCO; MARRA, 2000, p. 29) o termo auditoria tem como significado “Examinar, ajustar e certificar contas; exame de documento contábil e da prova de sua exatidão; ajuste de contas; um balanço.”

Quanto à origem da auditoria, Attie (2009, p. 7) afirma que o vocábulo auditor, “[...] muito embora perfeitamente representado pela origem latina (aquele que ouve, o ouvinte), na

realidade provém da palavra inglesa to audit (examinar, ajustar, corrigir, certificar)”. Afirma que a auditoria possui origem na Inglaterra, devido aos investimentos que possuía em outros territórios, onde, conseqüentemente, também precisava realizar o exame dos mesmos. Ou seja,

O complexo mundo empresarial e o crescimento dos negócios fizeram surgir a figura do auditor. No Estado brasileiro, a atividade de auditoria teve início com a chegada das companhias inglesas no início do século, mas ganhou notável expansão na década de 1970, com o desenvolvimento das companhias abertas e o ingresso de capitais estrangeiros. O Conselho Federal de Contabilidade e a Comissão de Valores Mobiliários foram os órgãos responsáveis pela regulamentação do trabalho de auditoria (TREVISAN AUDITORES E CONSULTORES, 1996, p. 37).

Quanto ao conceito de auditoria, de acordo com o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRC-RS) (2007, p. 11), caput 11.1.1.1, das Normas Brasileiras de Contabilidade, das Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, NBC T11, da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 820(1), de 17 de dezembro do ano de 1997, a auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a sua adequação, o que deve ocorrer, observando os Princípios Fundamentais de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade e Legislação específica.

Para Andrade Filho (2009), a auditoria corresponde a toda forma de verificação de conformidade de ações ou omissões, tendo padrões (regras e princípios) predeterminados, podendo ter-se um processo dinâmico de verificação ou ser vista como o produto obtido ao fim do processo. Franco e Marra (2000, p. 26) dizem que a auditoria pode ser conceituada como a técnica contábil que por meio de procedimentos específicos, aplicados no exame de registros e documentos, inspeções e na obtenção de informações e confirmações, associados ao controle do patrimônio de uma entidade, visa a obter elementos de convicção que permitam julgar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os princípios e as normas de Contabilidade e verificar se as demonstrações contábeis mostram, corretamente, a real situação econômica e financeira do patrimônio.

Quanto à diferença entre contador e auditor, no site Brasil Profissões (2015), observamos que o auditor é caracterizado como o profissional que examina cuidadosamente as atividades desenvolvidas em determinada empresa ou setor, verificando se estão de acordo com as disposições planejadas e estabelecidas previamente, e, se as mesmas foram implementadas com eficácia e adequadas à consecução dos objetivos. Trevisan Auditores e

Consultores (1996) fala que o auditor é o sujeito que acompanha a abertura de capital das empresas, examina a aplicação de recursos de fundos nacionais e internacionais, informando ao detentor do capital as indicações de como caminham as suas aplicações e se os balanços apresentados estão adequadamente demonstrados.

O contador, em *Só Contabilidade* (2015), é caracterizado como o profissional encarregado de trabalhar com a área financeira, econômica e patrimonial de uma ou diversas pessoas jurídicas, empresariais. Assim, fazem parte de suas atribuições profissionais: estar totalmente de acordo com as Leis que dizem respeito ao patrimônio das pessoas jurídicas, datas e prazos dos impostos, os quais as empresas têm de pagar e interpretar corretamente as informações coletadas, para saber quais as atitudes que devem ser tomadas, visando ao crescimento das empresas.

Quanto ao objeto, a auditoria trata de todos os elementos de controle do patrimônio administrado, os quais envolvem registros contábeis, papéis, documentos, fichas, arquivos, anotações, bem como os fatos não registrados em documentos, mas relatados pelos que exercem atividades relacionadas com o patrimônio administrado. Assim, pode se basear em informações obtidas fora da empresa, tais como as relativas à confirmação de contas de terceiros e de saldos bancários; para que, dessa forma, comprovem a veracidade dos registros e a legitimidade dos atos da administração (FRANCO; MARRA, 2000).

Soma Attie (2009) expõe que a auditoria visa à verificação de documentos, livros e registros, com intuítos de controle e obtenção de evidências de informações de caráter interno ou externo que se relacionam com o controle do patrimônio, a exatidão dos registros e as demonstrações deles decorrentes. Dessa forma, há os procedimentos de comprovação dos dados em estudos concomitante a uma “atitude de reflexão”, competência e independência.

A auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado (ATTIE, 2009). Também permite confirmar os registros contábeis e consequentes demonstrações contábeis, avaliando a maneira de registrar-se contabilmente e, permitindo à administração, ao fisco e aos proprietários e financiadores do patrimônio, a convicção de que as demonstrações contábeis refletem a real situação patrimonial. Isso propicia credibilidade as mesmas e às informações nelas contidas. Também mostra que se destina à descoberta de fraudes, erros ou irregularidades praticadas por administradores ou funcionários (FRANCO; MARRA, 2000).

Andrade Filho (2009, p. 1) fala acerca da tarefa do auditor em deliberar um juízo de valor, sendo que, para ele, a finalidade da auditoria, “[...] no campo contábil ou tributário, é a obtenção de um juízo de valor [...]”, o qual se refere a “[...] adequação ou inadequação do procedimento adotado [...]”, sobre as “ações ou omissões” feitas por uma “[...] pessoa em face de normas gerais ou específicas e princípios de índole contábil e jurídico-tributário, tendo como enfoques a correção, prevenção e proposição”.

AUDITOR: CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Sobre a formação do profissional para a auditoria, o Conselho Regional de Contabilidade (CRC-SP, 2015) coloca que a situação do mercado requer um profissional pronto para assumir novas responsabilidades, sendo que, além de registrar os atos e fatos dos gestores das empresas, deverá nortear os empreendimentos e ajudar a administração a manter o negócio na rota prevista. Para isso, em sua formação acadêmica precisa ter noções sólidas de finanças, economia, gestão, Ciências Humanas, ética e responsabilidade social.

Para Andrade Filho (2009) a formação técnica de um auditor fiscal deve ser eclética. Precisa ter conhecimento sobre o direito tributário, dominar os conceitos fundamentais de Contabilidade, do direito civil, societário, trabalhista e previdenciário, entre outros. Precisa, em outras palavras, ter conhecimento sobre a legislação tributária vigente, a qual é complexa e está em constante mutação.

Além da formação, outro ponto importante para o auditor é a ética profissional. Trevisan Auditores e Consultores (1996) situam que se trata de uma atividade em que o profissional detém informações privilegiadas, poder de crítica e juízo de valor. Assim, o caráter ético é o fator decisivo para a sua existência, porque nesse comportamento está a razão da credibilidade e reputação do auditor.

Em relação à competência, Chaves (2009) coloca que, além da competência de realizar a auditoria, o auditor deve ter a competência de renunciar a ela, sempre que haja a necessidade de realizar ações as quais não se sente apto a sua realização. Assim, os auditores não devem desenvolver trabalhos para os quais não possuam a competência profissional necessária. Precisam, sempre, conhecer e cumprir as normas, as políticas, os procedimentos de auditoria, Contabilidade e gestão financeira, tendo que buscar a formação e a atualização continuada e melhorar as habilidades requeridas para o desenvolvimento de suas responsabilidades profissionais.

AUDITORIA NA CONTABILIDADE E NA GESTÃO PÚBLICA

A auditoria completa e valoriza a Contabilidade, pois fiscaliza o controle do objeto comum – o patrimônio. Com isso confirma a confiabilidade dos meios que ela utiliza: o registro dos fatos e as demonstrações contábeis e, ao mesmo tempo, aperfeiçoa os seus fins. Utilizar o recurso da auditoria leva o profissional que executa os registros contábeis de uma entidade, a desempenhar sua atividade com mais atenção e rigor, visto saber que o seu trabalho será verificado pela auditoria e os seus erros serão apontados (FRANCO; MARRA, 2000). Soma Attie (2009, p. 9) afirma que:

A evolução da Contabilidade, no sentido de se tornar um elemento informativo, dinâmico e de apoio aos administradores, [...], acrescida do fato de servir de alerta à obediência e controle de transações e de seguimento às determinações fiscais e legais, impele [...] ao aperfeiçoamento constante tanto da Contabilidade, [...], quanto da Auditoria, como responsável que este conjunto harmônico reflita-se nas demonstrações contábeis e as tornem confiáveis (ATTIE, 2009, p. 9).

Gil (1999, p. 154) traz a auditoria como uma aliada da Administração, afirmando que a auditoria é a função administrativa de teste e emissão de opinião diante do binômio processo/produto que está relacionado às funções administrativas de planejamento, execução e controle, bem como dos resultados dos testes apurados em nível dos processos e resultados integrantes ou inerentes a todas as linhas de negócios e áreas organizacionais, segundo as tecnologias aplicadas para o funcionamento dos ambientes empresariais em questão.

A auditoria na gestão pública, de acordo com Chaves (2009), inclui diversas técnicas, as quais visam a avaliar a gestão pública, e as aplicações de recursos públicos por entidades de direito público e privado. Com isso, se constitui em uma importante técnica de controle do Estado, visando a não somente corrigir os desperdícios, a improbidade, a negligência e a omissão, mas a aplicação correta, antecipando-se às ocorrências inapropriadas e garantindo os resultados pretendidos. O Estudo da Associação dos Tribunais de Contas, do Estado brasileiro, (apud BRAGA, 2011, p. 56), explica que a auditoria governamental trata do:

Exame objetivo, sistemático e independente, pautado em normas técnicas e profissionais, efetuado em entidades estatais e paraestatais, [...] e na guarda e aplicação de recursos, em relação aos aspectos contábeis, orçamentários, financeiros, econômicos, patrimoniais e operacionais, assim como acerca da confiabilidade do sistema de controle interno, [...], através de levantamentos de informações, análises imparciais, avaliações independentes e a apresentação de informações seguras, devidamente baseadas em provas, segundo os critérios de legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, efetividade, equidade, ética e preservação do meio

ambiente, além de observar a probidade administrativa e a responsabilidade social dos gestores da coisa pública.

Sendo assim, a auditoria constitui-se como uma ferramenta utilizável em todos os setores, desde nas atividades privadas às governamentais, apresentando, nesse sentido, algumas finalidades específicas. Segundo Chaves (2009) a finalidade da auditoria é a de comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos. Isso, a partir da avaliação dos resultados alcançados e, envolvendo os aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística das unidades e entidades da administração pública. Inclui todas as esferas de Governo e níveis de poder, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

Cruz (2002) situa que a auditoria de gestão tem como objetivo vigiar a produção, a produtividade e avaliar os resultados alcançados, observando objetivos e metas fixados para um determinado período dentro da tipicidade própria. Assim, a sua principal finalidade é identificar os desvios relevantes, apontando as atividades e os departamentos fora do padrão de desempenho esperado. Braga (2011) colabora ao apresentar explicações que a auditoria é um mecanismo utilizado para a avaliação da gestão pública. Ela emite uma opinião e apresenta sugestões de medidas corretivas e preventivas. Além de ser um instrumento voltado à detecção de erros e fraudes, apresenta-se como instrumento de prevenção e orientação. Um elemento externo de auxílio à gestão, de forma sistemática, documentada e independente.

Na esfera pública são várias as áreas de atuação da auditoria. É utilizada, em todas as unidades e entidades públicas federais, na observação de aspectos relevantes relacionados à avaliação dos programas de Governo e da gestão pública. Nesse sentido, a auditoria pode ser classificada como: auditoria de avaliação da gestão; auditoria de acompanhamento da gestão; auditoria contábil; auditoria operacional; e auditoria especial. Também é utilizada no controle da gestão; gestão orçamentária; gestão financeira; gestão de recursos humanos; gestão patrimonial; gestão de suprimento de bens e serviços; e gestão operacional (CHAVES, 2009).

Para Trevisan Auditores e Contadores (1996), a ação realizada pela auditoria, no setor público, envolve os controles internos necessários e fundamentais para que se possa garantir o controle do patrimônio público. Apresenta enfoque operacional quando visa à mensuração da eficácia e a eficiência das ações da Administração Pública; enfoque financeiro (ou de auditoria de balanço), quando busca a verificação da documentação - suporte das demonstrações contábeis e a dignidade e exatidão das mesmas.

CORRUPÇÃO, GESTÃO PÚBLICA E ECONOMIA

Sobre a origem da palavra corrupção, Freitas (2015), em artigo publicado no site Mundo Educação, explica que se encontra no latim corruptos; termo que remete a quebrado em pedaços, tornar pútrido. Corresponde à utilização do poder ou autoridade para conseguir obter vantagens e fazer uso do dinheiro público para o seu próprio interesse, de um integrante da sua família ou amigo. Para Ribeiro (2004, p. 21), a expressão se origina do latim corruptione, significa ação ou efeito de corromper, que por sua vez lembra decomposição, putrefação, depravação, desmoralização e devassidão.

Sobre o envolvimento de indivíduos, Silva (apud RIBEIRO, 2004, p. 21), coloca que o vocábulo corrupção apresenta como sentido a interação feita entre pelo menos dois indivíduos ou grupo de indivíduos que corrompem ou são corrompidos, sendo que essa relação implica uma transferência de renda que se dá de fora das regras do jogo econômico ou político-legal.

Sobre a corrupção no setor público, Serra (2015), em artigo publicado no site Administradores, registra que tem como fator de proliferação a falta de gestão ética e de legislação que a reprima rigorosamente. Fazzio Júnior (2002) soma, afirmando que os atos de corrupção pública são condutas ilegais e imorais de agentes públicos, as quais consistem em substituir as finalidades da função pública pelo interesse particular na obtenção de vantagens, que podem ser econômicas ou não, mas, em qualquer hipótese, não é identificada com as metas públicas nem consentida pela ordem jurídica, ou seja, é indevida.

Sobre as causas, Ribeiro (2004) explica que a corrupção possui múltiplas causas, que envolvem aspectos socioeconômicos, jurídicos e culturais, além de inúmeras distorções no ordenamento jurídico, lentidão nas investigações, congestionamento da Justiça, ineficácia dos controles formais, impunidade e outros obstáculos à punição dos corruptos, sendo imune aos meios clássicos de controle. Segundo Fazzio Júnior (2002), para alguns, a causa está no intervencionismo estatal que leva a uma espécie de mercado marginal ou black market, o chamado mercado negro; para outros, a origem está no artificialismo e no fracasso do Estado. Para inúmeros analistas, ela se encontra no desgaste do segmento público em face do dinamismo do setor privado. Também cita a existência de defensores da concepção da pulverização da ética nas agências públicas e a concepção determinista de que a corrupção é tão antiga como o homem.

De acordo com Valadares, Costa, Silva et al (2013, p. 133) há um processo histórico de corrupção no Brasil. Desde os primórdios do coronelismo existia um compromisso político

com pagamento de favores, que muitas vezes se configuravam em cargos públicos. Essas raízes patrimoniais, nas quais predominavam a troca de favores, o nepotismo e o clientelismo, foram herdadas da Administração Colonial. Hoje essas raízes estão firmadas no contexto histórico-cultural brasileiro e superar tais traços é um desafio importante para os gestores públicos. Em relação à situação do Brasil em âmbito global,

Mais do que abalos políticos, os escândalos de corrupção na Petrobras podem afetar diretamente a economia nacional. Maior empresa brasileira, a estatal responde por 13% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado brasileiro. Para se ter uma ideia da sua relevância, para cada R\$ 1 que investe são gerados outros R\$ 3 na atividade econômica. Um corte de 10% no plano de negócios da petroleira poderia, por sua vez, tirar de 0,1 a 0,5 ponto percentual do PIB. Se considerar a estimativa do mercado, uma expansão de somente 0,8% em 2015, a redução poderia pôr o Brasil rapidamente na recessão (KAFRUNI, 2014, pg?).

ÉTICA PROFISSIONAL, CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA

Conforme Bilac Pinto (apud FAZZIO JÚNIOR, 2002), o desprezo pela ética pressupõe a conduta imoral. O clima em que se opera a corrupção é produzido pelo desprezo das normas essenciais e fundamentais de honestidade, probidade, decência e de austeridade nas relações recíprocas entre o Estado e os órgãos dele dependentes, de um lado, e os grupos econômicos, as empresas e os indivíduos, isoladamente, do outro. A moralidade é o elemento ético que deve orientar a atuação do agente público. É um dos princípios constitucionais administrativos. A valoração moral é atributo de pessoas físicas, pessoas jurídicas e de suas atividades. Sendo assim, a ética profissional é essencial e fundamental em todos os setores.

Segundo o inciso 1º, do artigo 2º, dos deveres do Contabilista, do capítulo II, dos deveres e das proibições, do Código de Ética Profissional do Contador (CEPC), da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.307, de 10 de janeiro do ano de 2011, o profissional da Contabilidade deve:

Exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e resguardados os interesses de seus clientes e/ ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais (CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 2010).

Ainda conforme o mesmo Conselho Regional de Contabilidade (2010), incisos 1º, 2º e 3ºs, do art. 12, do capítulo V, das penalidades, do Código de Ética Profissional do

Contabilista (CEPC), da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 803(1), de 10 de outubro do ano de 1996, transgressão de qualquer preceito desse Código constitui infração ética e é sancionada, segundo a gravidade, com penalidades que da advertência reservada à censura reservada e à censura pública.

Se na administração de entidades privadas, a ética é essencial e fundamental, o que se pode dizer da relevância desse princípio moral na administração pública? De acordo com Fazzio Júnior (2002, p. 224), incisos 1º e 2ºs, da seção I, das regras deontológicas, do capítulo I, do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, do Decreto nº 1.171, de 22 de junho do ano de 1994, a “[...] dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consistência dos princípios morais [...] devem nortear o servidor público [...]”, para que assim os seus “[...] atos, comportamentos e atitudes sejam direcionados para a preservação da honra e tradição dos serviços públicos [...]”.

Complementando, Fazzio Júnior (2002, p. 226), alínea c, do inciso 14, dos deveres fundamentais do Servidor Público, da seção II, dos principais deveres do Servidor Público, do capítulo I, do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, do Decreto nº 1.171, de 22 de junho do ano de 1994, diz que esse profissional deve ser “[...] probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter [...]”, resistir a todas as “[...] pressões de superiores hierárquicos, [...] e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas [...]”, fazendo, inclusive, a denúncia dessa forma errônea de agir.

O Estado brasileiro vem apresentando uma classificação nada elogiável no ranking geral do Índice de Percepção da Corrupção (IPCoor), por ter obtido uma nota de 2,7 em 1995, 4,0 em 2001, (tabela 1), com permanência na 69ª posição no ranking geral em 2014, em uma escala que vai de zero (extremamente corrupto) a dez (totalmente íntegro).

Tabela 1 – Índice de percepção da corrupção (IPCoor), do ano 2001

Ranking	País/ Território	IPCoor 2001
45	Polônia	4,1
46	Brasil	4,0
47	Bulgária	3,9

Fonte: Transparency Internacional, 2001.

Além disso, observou-se que os países desenvolvidos da Região da Escandinávia são os menos corruptos, como Finlândia, Dinamarca e Nova Zelândia, (tabela 2) e os países subdesenvolvidos do Continente Africano, dentre eles Bangladesh, Nigéria e Uganda, são os onde há maior corrupção, (tabela 3).

Tabela 2 - Índice de Percepção da Corrupção (IPCoor), do ano de 2001

Ranking	País/ Território	IPCoor 2001
1	Finlândia	9,9
2	Dinamarca	9,5
3	Nova Zelândia	9,4

Fonte: Transparency International, 2001.

Tabela 3 - Índice de Percepção da Corrupção (IPCoor), do ano de 2001

Ranking	País/ Território	IPCoor 2001
89	Uganda	1,9
90	Nigéria	1,0
91	Bangladesh	0,4

Fonte: Transparency International, 2001.

Observa-se a associação existente entre corrupção, contas públicas, economia estatal, interesses pessoais e de grupos e desenvolvimento e subdesenvolvimento. Assim, a respeito da relação entre ética, moralidade e corrupção percebe-se que a corrupção origina-se do desprezo da ética e das normas essenciais e fundamentais de honestidade, probidade, decência e austeridade. A melhoria na gestão pública passa pela moralidade que deve nortear a atuação do agente público como um dos princípios que constituem a Administração.

CONCLUSÃO

Ao finalizar este pequeno estudo teórico, perante o vocábulo auditoria, verificou-se que o termo em questão remete a examinar, ajustar, corrigir e certificar contas; exame de documentos contábeis e da prova de sua exatidão; o qual provém da palavra inglesa to audit, vista sua origem inglesa. No Estado brasileiro, a atividade de auditoria começou com a chegada das companhias inglesas no início do século XX, tendo expandido, consideravelmente, na década de 1970, mediante ao crescimento das companhias abertas e ingresso de capitais estrangeiros na economia nacional.

A respeito do conceito de auditoria notou-se que a mesma reporta a uma maneira de verificação da conformidade de ações e omissões, podendo ter-se ou não um processo dinâmico de averiguação, constituindo-se como um conjunto de procedimentos técnicos, os quais buscam julgar se os registros contábeis foram executados conforme os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, se as demonstrações contábeis remetem, efetivamente, a real situação econômica e financeira do patrimônio.

Ante aos objetos de verificação da auditoria constatou-se que são todos os elementos de controle do patrimônio, os quais envolvem registros, livros, documentos, fichas, papéis, arquivos e anotações, bem como os fatos relatados por quem exerce atividades relacionadas ao patrimônio e as informações obtidas externamente à empresa, tais como as associadas à confirmação de contas de terceiros e saldos bancários, tendo em vista a comprovação da exatidão dos registros e demonstrações contábeis, assim como a legitimidade dos atos administrativos.

Diante dos objetivos e finalidades da auditoria concluiu-se que é direcionada a testar a eficácia do controle do patrimônio, assim como confirmar os registros e, conseqüentemente, demonstrações contábeis, dando credibilidade às informações contidas nas mesmas, bem como visa à obtenção de um juízo de valor acerca das ações ou omissões praticadas por pessoas em face de princípios e normas contábeis e jurídico-tributárias. Então, destinando-se à descoberta de fraudes, erros ou irregularidades, tendo como enfoques a correção, a prevenção e a proposição.

A respeito da capacitação profissional e técnica dos contadores e auditores notou-se que, na atualidade, o mercado requer profissionais preparados para assumirem novas funções, como nortear os empreendimentos empresariais, devendo ter em suas formações noções de finanças, economia e gestão, bem como possuírem conhecimentos acerca do direito tributário, civil, societário, trabalhista e previdenciário, das normas, políticas e procedimentos de Contabilidade, auditoria e gestão financeira, sendo que o caráter ético é o fator preponderante de suas existências.

Perante a importância da auditoria na Contabilidade verificou-se que a mesma complementa e valoriza a Contabilidade, fiscaliza o controle do seu objeto em comum, o patrimônio, e confirma a exatidão dos meios utilizados, os registros e demonstrações contábeis, tendo o intuito de aperfeiçoar os seus fins.

Diante do conceito de auditoria governamental identificou-se que a auditoria é um exame objetivo, sistemático e independente, que tem o intuito de avaliar a gestão pública e a aplicação dos recursos públicos, mediante aos aspectos contábeis, orçamentários, financeiros e econômicos, com observância dos critérios de legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, ética e probidade, tendo como missão corrigir os desperdícios, a improbidade, a negligência e a omissão.

A respeito dos objetivos e finalidades da auditoria na gestão pública observa-se que a auditoria tem a função de comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos

administrativos, avaliando os resultados alcançados; identificar os desvios relevantes e emitir uma opinião, apresentando possíveis medidas corretivas e preventivas; é um instrumento voltado à detecção de erros e fraudes e, também, com função preventiva, orientadora e auxiliadora da gestão.

Ante as áreas de atuação da auditoria na gestão pública percebeu-se que a auditoria é exercida em todas as unidades e entidades públicas, estando presente nos controles da gestão, gestão orçamentária, gestão financeira, gestão de recursos humanos, gestão patrimonial, gestão de suprimento de bens e serviços e gestão operacional, classificando-se em auditoria de avaliação da gestão, de acompanhamento da gestão, contábil, operacional e especial.

A respeito do conceito de corrupção, verificou-se que o vocábulo em questão possui origem no latim *corruptos*, que significa quebrado, em pedaços. Tal definição pode ser definida como a utilização de poder ou autoridade em vista à obtenção de vantagens e uso do dinheiro do povo para o seu próprio interesse, de um integrante familiar ou amigo, tendo como sentido a interação entre dois indivíduos ou grupo de indivíduos que corrompem ou são corrompidos.

Diante da ética profissional na Contabilidade constatou-se que o contabilista deve pautar as suas ações com base em princípios morais, como zelo, diligência, honestidade, capacidade técnica, respeitando aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, sendo que a quebra do Código de Ética do Profissional Contador (CEPC) constitui infração ética. As possíveis penalidades para isso são a advertência reservada, a censura reservada ou a censura pública.

Perante a associação entre ética profissional e a gestão pública notou-se que os princípios que devem orientar o Servidor Público são os da dignidade, decoro, zelo, eficácia, moralidade, probidade, lealdade, justiça, tal que os seus atos têm de ser direcionados para o mantimento da honra e tradição dos serviços públicos, tendo que resistir a todas as pressões de superiores hierarquicamente, com a realização de denúncia diante desses casos.

Conclui-se este presente estudo afirmando que o tema “Auditoria na Gestão Pública: um olhar a partir do aumento do custo do combustível” foi notoriamente interessante e desafiador, o que trouxe curiosidade e motivação em executar esse trabalho. Além disso, os objetivos específicos propostos foram alcançados, sendo que se obteve informações e aprendizagens acerca do conceito, objetivos e finalidades da auditoria, bem como das áreas de atuação do auditor contábil na gestão pública. Também, entendeu-se que há relevância do

auditor contábil na prevenção e desvendamento de fraudes ocasionadas pela corrupção na gestão pública.

Por outro lado, mediante ao aprofundamento dessa proposta de pesquisa descobriu-se que o vocábulo auditoria remete a examinar, ajustar, corrigir e certificar contas. Ainda, que a auditoria possui origem na Inglaterra, bem como tem como objetos de verificação todos os elementos de controle do patrimônio, dentre registros, livros, documentos, fichas, papéis, arquivos e anotações, destinando-se à descoberta de fraudes, erros ou irregularidades, com enfoques a correção, prevenção e proposição, assim como complementa e valoriza a Contabilidade. Esse processo deve ocorrer na gestão pública para comprovar a legalidade; para punir; para orientar e auxiliar a gestão em todas as unidades administrativas.

A corrupção é uma palavra de origem no latim corruptos. No Brasil, sua origem encontra-se na troca de favores, no nepotismo e no clientelismo, herdados do Brasil Colônia. Complementando, notou-se que o Estado do Brasil vem apresentando uma classificação nada elogiável no ranking geral do Índice de Percepção da Corrupção (IPCoor), no qual os países desenvolvidos aparecem dentre os menos corruptos e os países subdesenvolvidos figuram como os onde há maior corrupção.

Enfim, ao longo da realização desse projeto de pesquisa entendeu-se que a corrupção origina-se do desprezo da ética e normas de honestidade, decência e austeridade, bem como que o profissional da Contabilidade deve atuar cumprindo os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, assim como que os princípios norteadores do servidor público. O exercício da ética profissional é o caminho para a superação da corrupção e, a auditoria, é, nesse sentido, fundamental, tanto para valorizar os profissionais éticos, quanto para punir os não éticos.

REFERÊNCIAS

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Auditoria de impostos e contribuições: IRPJ, CSLL, PIS/ PASEP, COFINS, ICMS, IPI, ISS**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRAGA, Marcus Vinícius de Azevedo. A auditoria governamental como um instrumento de promoção da transparência. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 5, n. 9, p. 51-60, jun. 2011.

BRASILPROFISSÕES. **Auditor**, 2015. Disponível em: <<http://www.brasilprofissoes.com.br/profissao/auditor/>>. Acesso em: 22 maio 2015.

CHAVES, Renato Santos. **Auditoria e controladoria no setor público: fortalecimento dos controles internos - com jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU)**. Curitiba: Juruá, 2009. 156 p.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO (CRC-SP). **O profissional da contabilidade**, 2015. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/profissao_contabil/profissional.htm>. Acesso em: 22 maio 2015.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL (CRC-RS). **Normas Brasileiras de Contabilidade: auditoria independente; auditoria interna; perícia contábil**. CRC-RS: Porto Alegre, 2007.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL (CRC-RS). **Lei orgânica da profissão contábil, código de ética e princípios contábeis**. CRC-RS: Porto Alegre, 2010.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO (CRC-SP). **O profissional da contabilidade**, 2015. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/profissao_contabil/profissional.htm>. Acesso em: 22 maio 2015.

CRUZ, Flávio da. **Auditoria governamental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Corrupção no poder público: peculato, concussão, corrupção passiva e prevaricação**. São Paulo: Atlas, 2002.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil: normas de auditoria; procedimentos e papéis de trabalho; programas de auditoria; relatórios de auditoria**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

FREITAS, Eduardo de. **O que é corrupção?** Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com/geografia/o-que-corrupcao.htm>>. Acesso em: 8 maio 2015.

GIL, Antônio de Loureiro. **Como evitar fraudes, pirataria e conivência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KAFRUNI, Simone. **Corrupção corrói força da Petrobras e afeta economia nacional**, 23 nov. 2014. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2014/11/23/internas_economia,592655/corrupcao-corroi-forca-da-petrobras-e-afeta-economia-nacional.shtml>. Acesso em: 8 maio 2015.

LISBOA, Edgar. Redução do diesel. **Jornal do Comércio**: O jornal de economia e negócios do RS, Porto Alegre, ano 82, n. 205, 13-15 mar. 2015. Política, p. 18.

RIBEIRO, Antônio Silva Magalhães. **Corrupção e controle na administração pública brasileira**. São Paulo: Atlas, 2004.

SERRA, Ludeilson Rodrigues. **Corrupção na Administração Pública**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/corruptao-na-administracao-publica/30739/>>. Acesso em: 8 maio 2015.

SÓ CONTABILIDADE. **Qual a função do contador?**, 2015. Disponível em: <<http://www.socontabilidade.com.br/conteudo/duvida2.php>>. Acesso em: 22 maio 2015.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Corruption perceptions index 2001: results**, 2001. Disponível em: <http://www.transparency.org/research/cpi/cpi_2001>. Acesso em: 19 jun. 2015.

TREVISAN AUDITORES E CONSULTORES. **Auditoria**: suas áreas de atuação. São Paulo: Atlas, 1996.

VALADARES, Josiel Lopes; COSTA, Kapeth Gaspar dos Santos da; SILVA, Edson Arlindo; et. al. Brasil e Angola: Convergências e divergências epistemológicas sobre os modelos de Administração Pública. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 15, n. 36, p. 133, ago. 2013.

A CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA E SUA UTILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA

Celso Antonio Szpanick Junior¹

Eduardo Trevizol Bonatti²

Mylena Chaves Birk³

Jussara Jacomelli⁴

INTRODUÇÃO

Nos primeiros meses do ano de 2015 nos deparamos com diversas situações e mudanças relacionadas ao aumento do valor nos transportes rodoviários de carga que resultaram em vários questionamentos entre a população, essencialmente sobre os fatores que levaram a tais aumentos. Referente a esse assunto, foram organizadas também manifestações e paralizações por parte dos caminhoneiros e da população engajada na causa.

As manifestações dos caminhoneiros nos instigaram a buscar informações sobre a legislação tributária existente no país, sobre a gestão pública desses recursos e sobre a importância de profissionais contábeis atualizados e capazes de viabilizar a transparência na gestão pública.

DESENVOLVIMENTO

Segundo Ribeiro (2013, p.10) “A Contabilidade é uma ciência que possibilita, por meio de suas técnicas, o controle permanente do patrimônio das empresas.” Por sua vez, Pohlmann (2010) conceitua essa ciência da seguinte forma:

A Contabilidade é a Ciência que investiga o patrimônio, através da classificação de seus elementos segundo sua natureza e finalidade e através da busca de suas relações

¹ Acadêmico do Primeiro Semestre do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen.

² Acadêmico do Primeiro Semestre do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen.

³ Acadêmico do Primeiro Semestre do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen.

⁴ Jussara Jacomelli: Doutora em Desenvolvimento Regional; Mestre em História e Professora e Pesquisadora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões –URI - Câmpus de Frederico Westphalen, RS. Participa dos seguintes grupos de pesquisa: AUTECC; Pesquisa em História; Direito e Cidadania na Sociedade Contemporânea. E-mails: jacomelli@uri.edu.br; jjacomelli@brturbo.com.br.

(estática patrimonial), bem como da observação, evidenciação e análise dos fenômenos patrimoniais, explicando suas causas e efeitos (dinâmica patrimonial). Tem como finalidade primordial a mensuração do patrimônio da entidade, bem como a variação dessa grandeza no tempo, o que permite a aferição do resultado da entidade em um determinado período (POHLMANN, 2010, p.14)

A Contabilidade como uma ciência que controla o patrimônio é, também, capaz de demonstrar dados, o que permite a obtenção de um resultado durante um determinado período. (POLHMANN, 2010). Por isso, ela é essencial em qualquer atividade, seja na iniciativa privada ou na iniciativa pública. Na iniciativa pública uma das características da contabilidade surge como fundamental: a contabilidade tributária.

Segundo Fabretti (2009) a Contabilidade Tributária é um ramo da contabilidade. Tem como objetivo aplicar conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da legislação tributária, de forma simultânea e adequada. Mais detalhadamente Polhmann (2010) expressa que a Contabilidade Tributária é um ramo da Contabilidade que se dedica ao estudo dos princípios, conceitos, técnicas, métodos e procedimentos aplicáveis à apuração dos tributos devidos pelas empresas e entidades em geral e é aplicada à busca e análise de alternativas para a redução de carga tributária e ao cumprimento das obrigações necessárias estabelecidas pelo Fisco. Assim, a Contabilidade Tributária permite propor alternativas, a exemplo da possibilidade de redução da carga de impostos de maneira legal.

A Contabilidade Tributária permite que a Contabilidade, vista como uma ciência social, seja aplicada na legislação referente ao Fisco, o que diz respeito à arrecadação de tributos da sociedade em geral para a manutenção das políticas de estado, a partir da gestão pública. Mas o que é gestão pública? A gestão é um processo decisório, ou seja, um ato:

[...] que ordena a conduta interna de Administração e de seus servidores, ou cria direitos e obrigações entre ela e os administrados, tais como os despachos que determinam a execução de serviços públicos, os atos de provimento de cargo e movimentação de funcionários, as autorizações e permissões, os contratos em geral (MEIRELLES, 1985, p.58)

A gestão, de forma geral, diz respeito à tomada de decisões que define a maneira do processo de Administração (MEIRELLES, 1985). Pode ser aplicada no setor privado e no setor público, diferenciadas pela natureza do setor:

A natureza da gestão pública é a de um múnus público para quem exerce, isto é, a de um encargo de defesa, conservação e aprimoramento dos bens, serviços e interesses da coletividade.

Os fins da gestão pública resumem-se em um único objetivo: o bem comum da coletividade administrada. Toda a atividade do gestor público deve ser orientada

para esse objetivo. Se dele o gestor se afasta ou se desvia, trai o mandato de que está investido, porque a comunidade não instituiu a gestão senão como meio de atingir o bem-estar social (SALDANHA, 2006, p.13).

Na gestão pública, segue Saldanha (2006, p. 13), dizendo: “Impõem-se ao gestor público a obrigação de cumprir fielmente os preceitos do direito e da moral administrativa que regem sua atuação”. Reforçando essa ideia, o Supremo Tribunal de Contas (2008) afirma que “Os gestores públicos (Presidente da República, Governadores do Estado, Prefeitos e outros) possuem várias obrigações perante o Tribunal de Contas e a população”.

Tributação nos combustíveis

O aumento nos preços da gasolina e do óleo diesel mostrou a relação entre preços e tributos. Para isso, buscamos informações sobre tributação de combustíveis junto ao Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. Com os dados construímos a tabela 1.

Tabela 1 – Tributos sobre combustíveis

Tributo	Esfera	Sobre
Cide - Combustíveis Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	A União	A importação e a comercialização de gasolina, diesel, querosene, óleos combustíveis, gás liquefeito de petróleo (GLP) e álcool etílico combustível.
Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	A União	A receita bruta das empresas.
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	Os Estados	O valor das mercadorias e serviços de transporte entre estados e municípios e serviços de comunicação.
PIS - Programas de Integração Social.	A União	As receitas de pessoas jurídicas.
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.	A União	As receitas de pessoas jurídicas.

A Cide, o Cofins, o ICMS, o Pis, o Pasep são alguns tributos que incidem sobre combustíveis (gasolina e óleo diesel). No final do mês de janeiro de 2015 nos deparamos com reajuste em alguns desses tributos. O site UOL, no 29 de janeiro de 2015, noticiou: “O governo publicou nesta quinta-feira (29) decreto que aumenta os impostos cobrados sobre combustíveis a partir de 1º de fevereiro.” Na mesma reportagem consta, “Publicado no Diário Oficial da União, ele determina o reajuste da alíquota de PIS/COFINS, o que fará com que a gasolina saia das refinarias R\$ 0,22 mais cara por litro. Para o diesel, o impacto será de R\$ 0,15 por litro.” Além do aumento na alíquota de PIS/COFINS, houve nova inserção do tributo

de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) que também foi noticiada pelo site UOL:

O decreto também estabeleceu data para a volta da cobrança da Cide, também sobre combustíveis. O tributo entra em vigor a partir de 1º de maio. Na ocasião, a alíquota de PIS/Cofins cairá, de maneira que o aumento total de impostos continue sendo de R\$ 0,22 por litro para a gasolina e de R\$ 0,15 por litro para o diesel (UOL, 2015).

Após a divulgação desses aumentos surgiram dúvidas entre a população. A partir de então, a mídia trouxe algumas explicações referentes a esse assunto expondo-os como necessários: “A intenção do governo é conter o consumo e, conseqüentemente, tentar segurar a alta da inflação” (UOL, 2015). A referida necessidade foi reforçada e justificada pelo Governo como necessária para recuperar o controle de suas contas, conforme nota explicativa publicada no portal G1: “O conjunto de medidas para equilibrar as contas e cumprir a meta de economia para 2015, anunciado pelo governo, deve aumentar a arrecadação em mais de R\$ 27 bilhões. Uma parte desse dinheiro vai ser o resultado da tributação dos combustíveis.” (G1, 2015). Mas, qual a finalidade dessas tributações?

PIS/PASEP E COFINS

O Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor (PASEP) foram criados pelo Governo em 1970, correspondendo ao PIS e à Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970 que estabelece: “Art. 1.º - É instituído, na forma prevista nessa Lei, o Programa de Integração Social, destinado a promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas.” Ao PASEP, a Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, declara: “Art. 1º - É instituído, na forma prevista nesta Lei Complementar, o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público”(BRASIL, 1970).

Tanto o PIS quanto o PASEP objetivam a arrecadação de recursos para a manutenção do pagamento de benefícios aos trabalhadores, tais como, o abono salarial e o seguro desemprego. O COFINS foi criado por meio da Lei Complementar de nº 70. Em 30 de dezembro de 1991, o Governo criou a Contribuição Social para o financiamento da Seguridade Social (COFINS),

Art. 1º Sem prejuízo da cobrança das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

(Pasep), fica instituída contribuição social para financiamento da Seguridade Social, nos termos do inciso I do art. 195 da Constituição Federal, devida pelas pessoas jurídicas inclusive as a elas equiparadas pela legislação do imposto de renda, destinadas exclusivamente às despesas com atividades fins das áreas de saúde, previdência e assistência social. (BRASIL, 1991).

Essa contribuição serve para financiar áreas fundamentais da Seguridade Social, como a Previdência Social, Assistência Social e Saúde Pública.

ICMs E O CIDE COMBUSTÍVEL

Em 13 de setembro de 1996, o Governo promulgou a Lei Complementar nº 87, referente à cobrança, por parte dos estados, do ICMS como um tributo sobre a circulação de mercadorias para uso dos Estados: “Art. 1º Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.” (BRASIL, 1996).

Por meio dessa Lei, foi legitimada a cobrança do ICMS por parte de cada Estado. Segundo o Ministério da Fazenda do Rio Grande do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, do total arrecadado do ICMS, 75% constituem a receita do Estado e 25% dos municípios. O Cide – Combustíveis foi criado pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 e definiu, no § 1º do art. 1º, a destinação do dinheiro recolhido a partir do Cide, onde consta:

§ 1º O produto da arrecadação da Cide será destinada, na forma da lei orçamentária, ao:

I - pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, de gás natural e seus derivados e de derivados de petróleo;

II - financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás; e

III - financiamento de programas de infraestrutura de transportes. (BRASIL, 2001).

Por ordem de Lei, o imposto cobrado sobre a importação e comercialização de combustíveis deve ser destinado para melhorias de estradas, a fim de facilitar o transporte e torná-lo mais seguro.

CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA E GESTÃO PÚBLICA

A tributação muda, a contabilidade é uma ferramenta também em constante melhoria. As legislações mudam e o profissional da contabilidade também deve estar em constante

aperfeiçoamento. Isso é mais significativo quando as técnicas contábeis estão a serviço da administração pública. O uso delas permite melhorar o uso dos recursos oriundos das tributações e, assim, beneficiar todos os brasileiros com uma política de transparência e de responsabilidade fiscal efetiva. Ferreira (2003) expressa que no passado as mudanças econômicas ocorriam de maneira mais lenta, sendo que era possível um contador desempenhar de forma hábil seu trabalho durante toda sua carreira apenas com o conhecimento obtido durante sua formação. Contudo, essa formação não é mais suficiente na atualidade.

Às colocações de Ferreira, soma Ribeiro (2013) ao afirmar que, na atualidade, novas exigências se impõem ao ser humano, face às transformações epistemológicas, sociais e tecnológicas que são produzidas. E, por isso, a formação continuada de profissionais e professores, bem como, as práticas pedagógicas precisam ser pensadas de forma articulada, com questionamentos, avaliações para ressignificar a relação entre formação e prática. A dissociação é prejudicial ao Desenvolvimento da competência. Essas atualizações não podem ficar restritas somente aos que atuam como formadores de profissionais, mas também devem ser agregadas aos profissionais contábeis que atuam na prática social, porque a atualização permite a esses profissionais realizar suas atividades de forma mais satisfatória, fornecendo informações tanto no âmbito público quanto no privado, para melhorar a tomada de decisões.

Com base nessas informações torna-se possível a compreensão de que os aumentos que foram realizados sobre os combustíveis fazem parte de métodos utilizados pelo Governo para suprir a necessidade de arrecadação de recursos para reorganizar a situação econômico-financeira do país. Nesse sentido, a contabilidade financeira e o conhecimento do cidadão sobre a finalidade de cada tributo são fundamentais para exigir uma boa gestão dos recursos públicos. O conhecimento e a fiscalização do uso dos recursos públicos permitem tornar efetiva a Lei da Responsabilidade Fiscal, Lei complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. (BRASIL, 2000).

CONCLUSÃO

Por meio deste estudo foi possível compreender quais impostos são aplicados sobre os combustíveis e conhecer alguns fatores que levaram ao aumento do produto. Podemos observar, a partir dos conceitos estudados, que há uma relação indissociável entre tributação e

gestão pública. Assim, a gestão pública existe exclusivamente para atender às necessidades administrativas dos recursos arrecadados da população e os gestores públicos são os responsáveis por conduzirem corretamente o processo de gestão. Para isso, a Contabilidade Tributária é uma ferramenta essencial.

Observamos que todo o tributo tem uma finalidade social, como investimentos na saúde e em estradas. Nisso reside a importância do cidadão ter conhecimento e buscar informações sobre a aplicação correta desses recursos, assim como a arrecadação deve ser justa e justificável a partir de um retorno real de benefícios para o cidadão. O profissional contábil é também um cidadão. Por isso, e, por seu conhecimento técnico, tem mais condições de avaliar as demonstrações governamentais e inferir. Contudo, precisa estar atualizado e preparado para resolver possíveis problemas referentes à legislação tributária, sendo capaz também de oferecer uma efetiva visibilidade ao sistema de tributação brasileira.

Tendo em vista as informações apresentadas acerca do aumento nos índices tributários, percebemos que essas mudanças na tributação foram adotadas com o objetivo de buscar reverter o quadro de endividamento do País. Porém, essa situação, talvez, poderia ser diferente: os cidadãos brasileiros precisam conhecer os tributos e suas finalidades e buscar informações sobre sua aplicação, bem como exigir que os recursos sejam investidos corretamente. Para isso, todo cidadão precisa dominar um pouco da contabilidade. Igualmente é importante perceber a necessidade da presença de contabilistas que, além de preparados para organizar e viabilizar uma gestão transparente e eficiente, sejam capazes de agir como cidadãos, contribuindo para a melhoria e visibilidade das contas públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp07.htm>. Acesso em: 15 maio 2015.

_____. Lei Complementar nº 70, de 30 de janeiro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/LCP/Lcp70.htm>. Acesso em: 15 maio 2015.

_____. Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/legislacao/lc8.htm>>. Acesso em: 15 maio 2015.

_____. Lei complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm>. Acesso em: 16 maio 2015.

_____. Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110336.htm>. Acesso em: 17 maio 2015.

_____. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 24 maio 2015.

FABRETTI, Láudio Camargo. In: **Contabilidade Tributária**. São Paulo: Atlas, 2009.

FERREIRA, Rosa Diná Gomes. **Educação Continuada para Contadores**: análises, tendências e perspectivas. Dissertação de Mestrado. UNB. 2003.

G1. **Governo anuncia aumento de impostos sobre os combustíveis**. 20 jan. 2015, 20h57min. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/01/governo-anuncia-aumento-de-impostos-sobre-os-combustiveis.html>>. Acesso em: 8 maio 2015.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: RT, 1985.

POHLMANN, Marcelo Colletto. **Contabilidade Tributária**. Curitiba: IESDE, 2010.

SUPREMO TRIBUNAL DE CONTAS DO BRASIL. **Obrigações dos gestores públicos**. 4 out. 2008. Disponível em: <<http://www.controlepublico.org.br/index.php/controle-social/obrigacao-dos-gestores>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil**. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SALDANHA, Clezio dos Santos. **Introdução à Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

UOL ECONOMIA. **Governo publica decreto que deixa gasolina mais cara a partir de domingo**. São Paulo: 29 jan. 2015. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/01/29/governo-publica-decreto-que-deixa-gasolina-mais-cara-a-partir-de-domingo.htm>>. Acesso em: 18 maio 2015.

CUSTO DO TRANSPORTE: DA LOGÍSTICA AO PAPEL DA CONSULTORIA CONTÁBIL E A TOMADA DE DECISÕES NA GESTÃO PÚBLICA

Caroline Trento¹

Daiana S. Mazzonetto²

Diogo Strack³

Karen Fischer⁴

Jussara Jacomelli⁵

INTRODUÇÃO

O meio de transporte mais utilizado para a distribuição de mercadorias em todo país vem sendo o caminhão. O custo desse transporte, por ser dependente do petróleo, vem impactando financeiramente as empresas e o consumidor, ocasionando aumento de custos em toda a cadeia produtiva. A paralização dos caminhoneiros mostrou que além do custo do transporte impactar toda a economia do País, esse, o País, é dependente da logística rodoviária.

Pensando nisso, buscaremos trazer a importância da consultoria contábil na tomada de decisões públicas sobre logística. Entendemos que é importante discutir isso, porque quando aumenta o custo das mercadorias, aumenta o custo de vida da população. Além disso, a consultoria é uma opção também ao empresário, que precisa tomar decisões em relação à evolução e ao desenvolvimento econômico e social do negócio.

¹ Acadêmica de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen.

² Acadêmica de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen..

³ Acadêmico de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen.

⁴ Acadêmica de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen.

⁵ Doutora em Desenvolvimento Regional; Mestre em História e Professora e Pesquisadora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões –URI - Câmpus de Frederico Westphalen, RS. Participa dos seguintes grupos de pesquisa: AUTECC; Pesquisa em História; Direito e Cidadania na Sociedade Contemporânea. Emails: jacomelli@uri.edu.br; jjacomelli@brturbo.com.br.

DESENVOLVIMENTO

A Contabilidade nasceu na era primitiva e continua até hoje. Esteve, desde o início, ligada às primeiras manifestações humanas da necessidade de proteção à posse. Depois da caça, o homem voltou-se à agricultura e ao pastoreio, dando início aos processos de divisões de terras, criando cada um sua riqueza individual e hereditária que, por ocasião da morte passaria a ser dividida entre filhos ou parentes. A atividade de produção, por sua vez, também requeria venda ou troca. Para saber os valores dos produtos criou-se a contabilidade, que estava ligada à necessidade de registros comerciais. (PORTAL DA CONTABILIDADE, 2015).

Desde então a contabilidade vem sendo utilizada no controle do patrimônio e para agregar valor aos bens e assim, também, contribui para assegurar direitos. Isso ocorre porque fornece informações e orientações necessárias para a tomada de decisões sobre a composição e as variações patrimoniais, e, sobre o resultado das atividades econômicas desenvolvidas pela entidade para alcançar seus fins que podem ser lucrativos ou meramente ideais - no sentido de investir em ações sociais, culturais, esportivas, beneficentes ou outros (FRANCO, 1997).

Marion (2009) complementa, colocando-a como uma ferramenta que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões em empresas ou em outros setores. Assim, se antigamente a Contabilidade tinha como objetivo o controle do patrimônio de uma forma mais simplificada, atualmente, com o desenvolvimento e a complexidade das atividades econômicas, a Contabilidade, para responder a mesma demanda, foi subdividida em atendimento às variáveis do patrimônio, a exemplo do custo.

CONTABILIDADE DE CUSTOS E O CUSTO DE TRANSPORTE NO CUSTO DE VIDA

A contabilidade de custos, conforme Bornia (2009), surgiu com o aparecimento das empresas industriais com o objetivo de determinar o custo dos produtos. Antes disso, os artigos eram produzidos por artesãos, que não eram declarados como pessoas jurídicas. Naquele tempo praticamente só existiam empresas comerciais que faziam uso da contabilidade financeira. Com a Revolução Industrial, o setor industrial foi desenvolvido e os produtos passaram a ser fabricados. Com a fabricação de produtos em grande quantidade foi necessário desenvolver um novo modo de contabilizar. Para responder às novas exigências, foi criada a

contabilidade de custo, mostrando a equivalência entre o valor do material a ser consumido para a fabricação do produto e o custo dos produtos vendidos.

O custo da produção sempre existiu porque a operação de qualquer negócio gera custos, que são o valor monetário despendido pelo consumo de recursos. Esse custo setorizado (produto, cliente, atividade, e outros), pode ser obtido, genericamente, pela soma dos custos dos diversos recursos utilizados. (SOUZA, 2009).

Para organizar os custos de um recurso utiliza-se o instrumental da contabilidade. Um dos principais recursos utilizados pela atividade industrial é o transporte de mercadorias. Toda mercadoria apresenta, além de outros custos, o valor de seu transporte, que acarreta diretamente no valor comercial da mercadoria. O custo da gasolina e do frete, da manutenção dos asfaltos, por exemplo, incidem diretamente no preço dos produtos.

De acordo com o G1 (2015), “[...] todos os dias, o Brasil tem exemplos de como é ruim depender tanto de transporte rodoviário. E, às vezes, isso se torna evidente, como aconteceu recentemente, durante a greve de caminhoneiros que entupiu as estradas”. Sem muita alternativa, 58% das cargas em solo brasileiro dependem de transporte rodoviário e das condições das estradas, que “[...] sem pavimentação ou não duplicadas provocam gastos com pneu, combustível e peças, colocando em risco a vida dos motoristas. Em média, o custo repassado aos produtos transportados representa 30% do valor da mercadoria” (CORREIO DO POVO, 2015, p. 1).

Ainda, conforme o Jornal Correio do Povo (2015) as dificuldades dos caminhoneiros não se restringem às condições de infraestrutura. Para quem vai começar um negócio, os principais problemas são a burocracia e a tributação, além de outros, como o roubo de cargas. Em média, as empresas de transporte gastam 12% do seu faturamento, investindo em equipamento de segurança. Isso tem impacto direto no custo logístico. No Brasil, anualmente, cerca de R\$ 1 bilhão em mercadorias e caminhões é roubado e não recuperado. E, quem paga esses gastos, no final do processo, são os consumidores, pois esses valores estão inclusos nos produtos consumidos.

CUSTO DE TRANSPORTE DE MERCADORIAS E AUMENTO DE CUSTO DE VIDA

Todo o transporte envolve custos. São eles: frete, pedágios, impostos, inflação, entre outros. O valor final da mercadoria é feita em cima de todos os gastos com o produto até sua

comercialização. Mas, como ter a visibilidade de todo o custo que envolve uma mercadoria? O contador tem o papel de analisar esses custos e apresentar a melhor opção ao empresário. Santos (2011) mostra que a demonstração contábil do custo de produção passou a ser importante desde o início do capitalismo, devido à necessidade do controle e porque, na época, era por meio da contabilidade de custos que o comerciante visualizava se estava lucrando com seu negócio. Isso o fazia, comparando as receitas com as despesas do período. Na atualidade, a contabilidade de custos responde a outras necessidades, além do confronto entre receitas e despesas, como a obtenção do preço de venda:

Uma das finalidades da contabilidade dos custos é a obtenção do preço de venda, pois, para que se tenha um bom desempenho na administração do preço de venda é necessário contabilizar o custo do produto. Porém, só isso não basta, é preciso também ter conhecimento da elasticidade da demanda e os preços dos produtos do concorrente (CAVALCANTE; SILVA, 2011, p.69).

O aumento de impostos inseridos pelo Governo nas mercadorias é um exemplo de carga tributária no setor de transportes e indexa valores aos produtos transportados, com reflexos diretamente no bolso do consumidor. Dessa forma, o aumento dos produtos corresponde ao aumento do custo de vida do cidadão. O contador ao trabalhar com a contabilidade de custo precisa considerar todos esses aspectos.

CONTABILIDADE DE CUSTOS DE TRANSPORTE E GESTÃO PÚBLICA

A gestão consiste em controlar e organizar os processos de gerenciamento empresarial ou público, de atividade ou situação, onde o objetivo é, no caso da empresa, gerar lucro e ser vista como de sucesso pela a sociedade. No caso da atividade pública, utilizar racional e adequadamente os recursos públicos. Para que isso aconteça é necessária uma gestão que faça uso de uma sistemática que atenda as metas e objetivos da mesma.

A Fatec de São Paulo (2015), ao tratar de gestão empresarial, mostra que a gestão elabora e implementa planos de negócios, utilizando métodos e técnicas de gestão na formação e organização empresarial especificamente nos processos de comercialização, suprimento, armazenamento, movimentações de materiais e no gerenciamento de recursos financeiros e humanos.

O desafio das empresas vem sendo promover o desenvolvimento econômico e social em um ambiente de mudanças que acontecem frequentemente e que impactam profundamente na sociedade. Esse desafio impõe a necessidade de repensar a questão da governança ao

mesmo tempo em que exige mecanismos inovadores de relacionamento com a sociedade. (MATIAS, 2012). É nesta parte que entra a gestão pública que deve ser entendida como algo mais amplo do que a interpretação da gestão de negócios e mais ampla do que as questões internas dos negócios de um Governo.

Segundo Matias (2012, p. 9), “[...] a gestão pública não é meramente uma questão de eficiência e eficácia, mas é também uma questão de legalidade e legitimidade e ainda de outros valores que transcendem os padrões restritivos dos negócios”. A gestão pública é o campo de conhecimento que trabalha junto com organizações que visam ao interesse público ou que agem diretamente sobre este. Bacharel em Administração Pública e mestrando em Gestão de Políticas Públicas, Martins (2015, p. 1), explica que:

“Gestão Pública” é um termo mais recente, que indica utilização de práticas novas na administração do setor público, algumas importadas do setor privado, outras recuperadas dos porões da história, outras desenvolvidas nas últimas décadas. Do ponto de vista do ensino, é mais vinculado a práticas de gestão, a funcionalidades e situação atual do Estado.

CONTABILIDADE DE CUSTOS DE TRANSPORTES: LOGÍSTICA E GESTÃO PÚBLICA

A logística está ligada aos processos que envolvem a oferta de produtos e serviços. É uma ferramenta utilizada para dispor o produto e o serviço no lugar correto, de modo que chegue mais rápido e nas condições desejadas. Dessa forma, contribui para organização do conjunto de ações que a compõe e contribui para agregar valores, onerando ou desonerando a oferta dos produtos. De acordo com o Portal da Educação (2015) “Quando a logística de uma empresa está bem estruturada, os custos com a deslocação e distribuição de seus produtos garantem menor desperdício e também diminuição de gastos.” No mesmo Portal lemos que o processo de controlar as informações elaborando e planejando fluxos eficientes de material é desenvolvido pelo setor encarregado da gestão de logística que, em seus fundamentos, propõe que o produto, desde o seu ponto de origem até seu local de consumo, possa atender às necessidades dos clientes.

Segundo a Revista Guia do Estudante (2015, p. 1), com a logística é possível avaliar, projetar e implementar “[...] sistemas de transportes, armazenamento, compras de suprimento, distribuição e entrega de produtos numa empresa, de forma econômica, rápida e segura”. Acrescenta que permite, também, o gerenciamento das “redes de distribuição”, acompanhar

“os processos de compra”, identificar “fornecedores” e negociar e estabelecer “as formas de entrega” e, ainda, permite determinar “o meio de transporte”. É através da logística que temos o cálculo do frete, o acompanhamento de pedidos e o controle de estoques para uma melhor administração da empresa.

Apesar de ser vista e entendida como um valor quase que exclusivo da economia, a logística de transporte precisa responder às necessidades sociais. As pessoas, desde as mais simples às mais sofisticadas, fazem uso da logística. Boas logísticas, no caso, de transportes, viabilizam melhores condições de acesso ao trabalho e aos bens e serviços. Também, respondem ao direito de ir e vir da população, visto que neles estão implicados o transporte de pessoas, coisas e mercadorias, direito que a gestão pública deve atender a partir de planos de ação coerentes às necessidades das populações e regiões e, visando melhores resultados para todos. (JACOMELLI, 2011).

DA LOGÍSTICA AO CUSTO DE VIDA: CONSULTORIA CONTÁBIL UM ALIADO NECESSÁRIO NA GESTÃO EMPRESARIAL E PÚBLICA

As empresas de hoje enfrentam muitos desafios para ficarem atualizadas na área de contabilidade devido às mudanças contábeis que ocorrem em ritmo acelerado e que são inseridas pelos órgãos e autoridades fiscais responsáveis pelas mesmas. Para isso, as empresas estão cada vez mais fazendo uso dos serviços de consultoria que as auxilia em todas as necessidades contábeis e financeiras para uma melhor competência e tomada de decisões internas e externas às mesmas, através de coleta de dados, elaboração de diagnósticos, soluções e alternativas para que a empresa tenha sucesso (CUEVAS, 2015). De acordo com Carlos Cuevas, (2015, p. 1), para o administrador de empresas e sócio diretor do Grupo Prolink, a vantagem de se contar com uma consultoria contábil “[...] é a implementação de melhorias que agregam valor ao produto, além de vantagens, como redução de gastos com impostos e uma eficiência maior na administração financeira, o que ajuda no desenvolvimento da empresa”.

Para a empresa ir bem com seus negócios, é necessário ter uma consultoria de qualidade para acompanhar o mercado e as mudanças que ocorrem. Notamos também que, para isso, necessita-se de um profissional que domine esse conhecimento e se responsabilize pela descrição, registro e pelo controle do movimento financeiro da mesma. Nesse sentido, a empresa que conta com um consultor, pode contar com ele para “[...] dirigir e aconselhar

empresas quanto à forma de administrar seus recursos financeiros, em função de recolhimento de impostos”. (GUIA DO ESTUDANTE, 2015). De acordo com a empresa do Rio de Janeiro, Duplo Foco Consultoria (2015), o consultor empresarial é aquele que assume a responsabilidade de auxiliar os executivos no processo de tomada de decisão na empresa onde atua. Para isso, é preciso que o consultor seja um profissional que domine seu ramo, tenha conhecimento e, principalmente, tenha em mente uma boa visão de mundo para orientar a empresa de maneira certa.

O consultor não pode tomar as decisões, ele tem a função de apontar os pontos a serem mudados ou melhorados, mostrar as melhores alternativas a serem adotadas. “O consultor empresarial deve ser visto como um conselheiro da empresa”. (DUPLO FOCO CONSULTORIA, 2015). Além de um aliado nas gestões empresariais, o consultor contábil é um aliado nas gestões públicas.

GESTÃO PÚBLICA: TOMADA DE DECISÕES A PARTIR DA CONSULTORIA CONTÁBIL

Conforme o SESI e o SENAI (2015), em se tratando de logística para o desenvolvimento empresarial colocam que, com o advento da logística moderna, vários tipos diferenciados de logística foram criados. Esses tipos variados de logística servem para programar e controlar eficientemente o direcionamento e o cuidado dos produtos, através dos melhores meios e condições possíveis. Os tipos de logísticas existentes nos dias de hoje são: Logística Intermediária, Logística como negócios e o Processo de logística. A logística Intermediária envolve a utilização de organizações externas para executar atividades intermediárias e inclui qualquer forma de atividade medianeira que anteriormente poderia ser executada dentro da própria empresa. Essa é a forma como a logística foi consolidada como conceito de negócio. Foi desenvolvida a partir da década de 50 e está vinculada aos interesses da empresa de ter menos custo e mais lucratividade, a partir, também, da produção em cadeia de suprimentos.

Essa logística de produção em cadeia de suprimentos e, vinculada ao desenvolvimento empresarial, é importante porque permite o controle dos trabalhos da empresa com a maior eficiência e a oferta de melhores preços para os clientes. Assim, à palavra logística, agregam-se vários conceitos, inclusive o de logística de transporte e o desenvolvimento da logística de transporte envolve a gestão pública. Mas como uma gestão

pública pode desenvolver programas de logísticas de transporte com mais racionalidade, ultrapassando o atendimento aos interesses dos grupos econômicos envolvidos no processo?

Jacomelli (2011), ao tratar sobre rede de transporte situa a importância de um sistema de rede de transporte de modais integrados, ou seja, uma logística não só baseada no modal rodoviário, mas também no ferroviário e no hidroviário. Para a autora, esses modais devem ser vistos como complementares, principalmente porque os meios de transporte são a opção de desenvolvimento econômico e de integração entre as regiões e fazem a comunicação entre núcleos urbanos, melhorando o fluxo de mercadorias e de pessoas. Também, a mesma autora, mostra que a partir dos anos 30, a gestão pública brasileira adotou como prioridade o desenvolvimento do transporte rodoviário, bem mais caro que o hidroviário e o ferroviário.

A logística faz parte da linha de transporte, na forma de como os produtos são levados para as cidades. O transporte rodoviário é o mais utilizado e bom para realização de operações em médias e curtas distâncias e com produtos de médio e alto valor agregado. Porém, esse meio de transporte enfrenta problemas devido à deficiência da infraestrutura das estradas de rodagem. Já o transporte ferroviário representa apenas 24% do volume transportado. É utilizado para grandes distâncias. O percentual indicado deveria ser, no mínimo, o dobro para permitir redução nos custos desse transporte. (REVISTA DE LOGÍSTICA, 2015, p. 1).

Isso implica afirma que, para os responsáveis pela Revista, o volume de mercadorias transportado por um determinado modal e a distância percorrida são questões que implicam o aumento ou diminuição de custo do transporte. Já, segundo a ANTT, Agência Nacional de Transporte Terrestre “O modal ferroviário caracteriza-se, especialmente, por sua capacidade de transportar grandes volumes, com elevada eficiência energética, principalmente em casos de deslocamentos a médias e grandes distâncias” (fonte?). E, acrescenta que esse meio de transporte apresenta “[...] maior segurança, em relação ao modal rodoviário, com menor índice de acidentes e menor incidência de furtos e roubos”, e seria uma boa alternativa para não ocorrer à escassez de produtos nos estabelecimentos comerciais, como aconteceu com a greve dos caminhoneiros em meados de fevereiro e início de maio. (REVISTA DE LOGÍSTICA, 2015, p. 1).

O transporte aquaviário e aeroviário são os menos utilizados no Brasil. O modal aquaviário representa apenas 13% do volume transportado e por motivos semelhantes ao transporte ferroviário, os produtos são transportados à longa distância e indica que esse percentual deveria ser bem maior. No caso do transporte aquaviário, existem dois pontos

críticos que se situam na infraestrutura, insuficiente e inadequada para atender às necessidades do País. O modal aeroviário tem um impacto muito pequeno no transporte de carga, sendo relevante apenas para produtos de altíssimo valor agregado e cargas expressas e vem sendo mais utilizado para o transporte de passageiros. (REVISTA DE LOGÍSTICA, 2015).

CONCLUSÃO

A partir das pesquisas feitas sobre o que é contabilidade, podemos dizer que a contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa, como pessoa física, por exemplo. Também é ferramenta fundamental na gestão dos recursos públicos.

Sobre a logística de transportes, pode-se dizer que no Brasil a maior parte do transporte de mercadoria acontece pelo modal rodoviário, atualmente de custo elevado devido aos fretes, impostos, pedágios, inflação entre outros, valores agregados ao valor final do produto.

Sobre a consultoria contábil na gestão pública, observamos que permite um melhor uso dos recursos públicos porque seu papel aponta os pontos negativos e, também, contribui com ideias para uma melhoria no uso dos recursos. Obviamente, isso exige profissionais contábeis éticos e honestos. O melhor uso dos recursos públicos diminui a necessidade de impositar.

No caso da rede de transporte no Brasil, a consultoria é uma ferramenta eficiente para fazer, por exemplo, o estudo da viabilidade dos tipos de modais, dos gastos em manutenção e outros como a possibilidade da integração de modais. É preciso entender a importância do bom gerenciamento dos recursos, principalmente na atividade pública, responsável pela manutenção das vias de transportes e responsável pela garantia do direito de circulação, conforme Constituição Federal.

A partir deste estudo concluímos que a contabilidade é indispensável, não somente em empresas, mas também no setor público. Com a greve dos caminhoneiros vimos a importância de questionar a dependência que temos em relação a praticamente um modal de transporte: o rodoviário. Diante disso, nossa busca foi estudar relações possíveis entre consultoria e gestão pública na tomada de decisões, tendo como foco a questão transportes de mercadorias e o custo de vida. Assim, percebemos que a contabilidade de custos começa na

produção e eclode na venda, pois é ela quem determina o valor final do produto. Nesse percurso, o transporte é fundamental e soma no custo.

A logística está ligada aos processos que envolvem os produtos e serviços. Os modais e tipos de transportes fazem parte da logística. A logística é a ferramenta utilizada pelos gestores para dispor o produto e o serviço no lugar correto, de modo que chegue mais rápido e nas condições desejadas. Ao mesmo tempo em que contribui pra organização, ajuda para um crescimento e para a criação de valores. E é através da consultoria que a empresa sabe a melhor logística a ser empregada no transporte para que haja redução no custo do valor final.

Para finalizar, podemos dizer que a logística de transportes deve ser uma das prioridades no desenvolvimento das políticas públicas, por isso, o gestor deve fazer uso de dados contábeis, principalmente porque precisa considerar o interesse público e somar para uma diminuição do custo de vida da população. Ao mesmo tempo, uma boa logística de transporte viabiliza às empresas melhor organização, distribuição e valorização de seus produtos com menor custo agregado. Assim, boas estradas, oferta de diferentes modais e modais complementares podem diminuir o custo do transporte, o que é bom para as empresas, os clientes, os trabalhadores, o Governo e todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

BORNIA, Antonio Cezar. **Análise Gerencial de Custos: aplicação em empresas modernas.** 2ed. São Paulo. Editora Atlas, 2009.

CAVALCANTE, Carmem Haab Lutte; SILVA, Catiane. Custo da prestação de serviço, **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, Ano XXXVI, n.165, Maio/Junho 2011.

CORREIO DO POVO. **Estradas ruins multiplicam gastos com transporte rodoviário. 2015.** Disponível em: <<http://www2.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=532935>>. Acesso em: 13 maio 2015.

DUPLO FOCO CONSULTORIA. **Papel do consultor empresarial. 2012.** Disponível em: <<http://www.duplofoco.com.br/consultoria-empresarial/consultor-empresarial/>>. Acesso: 4 maio 2015.

FATEC AMERICANA. **Gestão empresarial.** São Paulo. Disponível em: <http://www.fatec.edu.br/html/fatecam/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=69>. Acesso: 20 abr. 2015.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral.** 23 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GUIA DO ESTUDANTE. **Logística. 2012.** Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/administracao-negocios/logistica-686493.shtml>>. Acesso: 27 abr. 2015.

GUIA DO ESTUDANTE. **O que faz um consultor em Contabilidade?** 2011. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/orientacao-vocacional/consulte-orientador/faz-consultor-contabilidade-628649.shtml>>. Acesso: 3 maio 2015.

G1. Dependência do transporte rodoviário impõe custo alto a produção agrícola. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/04/dependencia-do-transporte-rodoviario-impoe-custo-alto-producao-agricola.html>>. Acesso em: 3 maio 2015.

JACOMELLI, Jussara. **Políticas públicas e rede de transporte no norte Rio-Grandense (1889-1955).** Passo Fundo. Editora UPF, 2011.

MATIAS, Pereira José. **Manual de gestão pública contemporânea.** São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica.** 10 ed. São Paulo. Editora Atlas, 2009.

MARTINS, Manoel. **O que é gestão pública?** 2005. Disponível em <http://www.gestaopublica.net/blog/?p=50>>. Acesso: 20 abr. 2015.

PORTAL DA CONTABILIDADE. **A história da contabilidade.** Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm>>. Acesso: 11 abr. 2015.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. A logística e seus fundamentos. ----- Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/contabilidade/artigos/53546/a-logistica-e-seus-fundamentos>>. Acesso: 27 abr. 2015.

REVISTA DE LOGÍSTICA. **O transporte de cargas.** 2015. Disponível em: <http://www.imam.com.br/logistica/artigos/serie-transporte-de-cargas/1525-o-transporte-de-cargas-no-brasil>>. Acesso: 20 nov. 2015.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento.** Ed. 02. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1999.

SANTOS, Joel José. **Contabilidade e Análise de Custos.** 6ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SESI E SENAI. **Tipos de logística.** Disponível em: <http://ebeplogistica.blogspot.com.br/p/tipos-de-logistica.html>>. Acesso: 11 maio 2015.

SOUZA, Marcos Antônio de. **Gestão de custos: uma abordagem entre contabilidade, engenharia e administração.** São Paulo: Atlas, 2009.

**PARTE III: GESTÃO PARTICULAR E
CONTABILIDADE**

CONTABILIDADE DE CUSTOS: UMA FERRAMENTA AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO DE UMA ATIVIDADE DE TRANSPORTE

Gustavo Froner¹

Jeferson de Melo²

Gustavo de Oliveira³

Douglas Lapazin Antonello⁴

Jussara Jacomelli⁵

INTRODUÇÃO

A greve dos caminhoneiros nos remeteu à importância de estudar como o custo operacional de transporte pode interferir diretamente na vida ativa de uma empresa, o qual importante é para uma empresa ter bem claro a finalidade da contabilidade de custos para a tomada de decisão.

O aumento do custo de vida para população brasileira vem sendo um motivador de debates, tanto em conversas informais quanto na mídia em geral. Algumas classes e segmentos da população vêm mostrando com maior evidência a sua insatisfação em relação a algumas políticas adotadas pelo Estado brasileiro e que vêm onerando as atividades produtivas. Um caso que chamou bastante atenção foi o protesto dos caminhoneiros, os quais reivindicaram direitos voltados a sua classe, como “[...] redução nos preços do diesel, dos pedágios e dos impostos, melhorias nas estradas e um valor mínimo para o frete por quilometro rodado.” (JORNAL O ALTO URUGUAI, 2015, p.4).

O protesto dos caminhoneiros desencadeado no mês de fevereiro de 2015 foi um fato sentido por todos. Alguns alimentos, principalmente frutas e outros perecíveis, faltaram nos supermercados. No campo, os produtores de leite, não conseguiam realizar o escoamento da

¹ Acadêmico do 1º semestre do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões Câmpus de Frederico Westphalen.

² Acadêmico do 1º semestre do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões Câmpus de Frederico Westphalen.

³ Acadêmico do 1º semestre Curso de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões Câmpus de Frederico Westphalen.

⁴ Acadêmico do 1º semestre do curso de ciências contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões Câmpus de Frederico Westphalen.

⁵ Doutora em Desenvolvimento Regional; Mestre em História e Professora e Pesquisadora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões –URI - Câmpus de Frederico Westphalen, RS. Participa dos seguintes grupos de pesquisa: AUTECC; Pesquisa em História; Direito e Cidadania na Sociedade Contemporânea. Emails: jacomelli@uri.edu.br; jjacomelli@brturbo.com.br.

produção e, também, não tinham local pra armazenamento. Assim aconteceu com os aviários, em que parte da produção morreu por falta da ração que não chegou até as propriedades. Isso tudo aumenta o custo de produção e de circulação da mercadoria.

Tendo presente que todo o custo reverte no preço final do produto, entendemos que o contador deve saber fazer uso da contabilidade de custos, um desafio necessário. Para nós, acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis, o estudo deste tema nos permite enxergar como, no exercício de nossas profissões, poderemos auxiliar na gestão e na tomada de decisões em uma empresa e, até mesmo, na nossa vida familiar. Por isso, a intenção é compreender como a contabilidade de custo operacional de transporte pode auxiliar no desenvolvimento de uma atividade de transporte.

DESENVOLVIMENTO

Para entender sobre Custo operacional de transporte de mercadorias e o que o mesmo exige, iniciamos buscando informações sobre o que é Contabilidade e sua importância. Segundo Oliveira (2005, p.1) “A Contabilidade é uma ciência social que desenvolveu processos próprios com a finalidade de estudar e controlar os fatos que podem afetar as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de uma entidade.” Complementa Marion, (2009, p.28), explicando que pode ser um instrumento que permite o controle do patrimônio e “[...] que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa,” porque a Contabilidade não deve ser feita visando basicamente atender às exigências do governo, mas para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Para Franco (1997, p.21):

Assegurar o controle do patrimônio administrativo, através do fornecimento de informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição e as variações patrimoniais, bem como sobre o resultado das atividades econômicas pela entidade para alcançar seus fins, que podem ser lucrativos ou meramente ideais (sociais, culturais, esportivos, beneficentes ou outros).

O profissional formado em Ciências Contábeis exerce muitas funções dentro do seu cargo. Nele são implicados deveres, desde os mais simples até a gestão e tomada de decisões em uma empresa, o que exige competência técnica. Quando ocorrem mudanças de Legislação ou imprevistos, é dever do contador apontar estratégias cabíveis para a adequação de empresa à norma. Segundo Ferreira (2009. p.1), “a Contabilidade de Custos é a área da Contabilidade

que trata dos gastos incorridos na produção de bens e serviços. Tem aplicação em qualquer empresa na qual se deseje controlar os gastos necessários à produção de bens ou serviços.” Segue o autor, dizendo que a Contabilidade de Custos pode ser dividida em Contabilidade de Serviços e Contabilidade Industrial.

A maioria das empresas tem como finalidade a busca pelo lucro, mas nem todas conseguem obtê-lo, contudo toda atividade empresarial gera um custo. Esse custo gerado pode ser analisado e gerenciado pelo profissional contábil. Isso fica evidenciado quando Leone (1997 p. 19-20) afirma que “A Contabilidade de Custos é o ramo da Contabilidade que se destina a produzir informações para os diversos níveis gerenciais de uma entidade, como auxílio das funções de determinação de desempenho, de planejamento e controle das operações e de tomada de decisões”. A Contabilidade de Custos pode ser dividida em duas áreas: Contabilidade de serviços e Contabilidade industrial. A Contabilidade de Serviço é aplicável nos conjuntos empresariais com a finalidade de prestar serviços, como é o caso da prestação de serviços hospitalares, escolares, bancários, de comunicação, de transporte. (FERREIRA, 2009).

GESTÃO E CUSTOS OPERACIONAIS

A Contabilidade é uma das ciências mais antigas existentes no mundo. Estudos mostram que as civilizações antigas já possuíam varias técnicas contábeis. A expansão dos usuários da contabilidade tem origem na necessidade das empresas em “[...] coletar, resumir, analisar e relatar, em termos monetários, informação acerca de seus negócios” (ATKINSON, 2000, p.38). Segundo Crepaldi (2008, p.5), “[...] a Contabilidade trata da coleta, apresentação e interpretação dos fatos econômicos. Usam-se os termos contabilidade gerencial para descrever essa atividade dentro da organização e contabilidade financeira quando a organização presta informações.”

A Contabilidade Financeira tem por finalidade principal fazer elaborações e demonstrações das finanças da empresa para organização externa, como acionistas, sócios e autoridades governamentais. Contabilidade Gerencial ou Controle Gerencial é uma informação do contador gerencial que deve passá-la para a administração da empresa que toma as melhores decisões estratégicas de longo prazo. Segundo Socontabilidade (2015), para a IFAC - Federação Internacional de Contabilidade - o contador gerencial é um profissional que:

Identifica, mede, acumula, analisa, prepara, interpreta e relata informações (tanto financeiras quanto operacionais) para uso da administração de uma empresa, nas funções de planejamento, avaliação e controle de suas atividades e para assegurar o uso apropriado e a responsabilidade abrangente de seus recursos.

Para ter um bom desempenho esse profissional precisa ir além das informações contábeis: “O contador gerencial deve esforçar-se para assegurar que a administração tome as melhores decisões estratégicas para o longo prazo.” (CREPALDI, 2008, p. 5). A Contabilidade Financeira e Gerencial, conforme tabela 01, apresenta algumas particularidades, no entanto são complementares.

Tabela 1: Características básicas das contabilidades financeira e gerencial

	Contabilidade Financeira	Contabilidade Gerencial
Clientela	Externa: acionistas, credores autoridades tributárias	Interna: funcionários, administradores, executivos
Propósito	Reportar o desempenho passado às partes externas; contratos com proprietários e credores	Informar decisões internas tomadas pelos funcionários e gerentes; feedback e controle sobre desempenho operacional; contratos com proprietários e credores
Data	Histórica, atrasada	Atual, orientada para o futuro
Restrições	Regulamentada: dirigida por regras e princípios fundamentais da contabilidade e por autoridades governamentais	Desregulamentada: sistemas e informações determinadas pela administração para satisfazer necessidades estratégicas e operacionais
Tipo de Informação	Somente para mensuração financeira	Mensuração física e operacional dos processos, tecnologia, fornecedores e competidores
Natureza da Informação	Objetiva, auditável, confiável, consistente, precisa	Mais subjetiva e sujeita a juízo de valor, validade, relevante, acurada
Escopo	Muito agregada; reporta toda a empresa	Desagregada; informa as decisões e ações locais

Fonte: ATKINSON et al. 2000, p.38.

Praticamente toda empresa possui em seu histórico as duas realidades expostas no quadro. Na projeção de suas atividades, a contabilidade gerencial precisa considerar a contabilidade financeira, por isso, encontram-se integradas.

A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE TOMADA DE DECISÕES

A maioria das empresas ainda não sabe aproveitar ao máximo a quantia de informações que podem ser obtidas com o uso da Contabilidade. Parte delas sequer sabe da real importância que uma boa contabilidade pode trazer para uma empresa. O uso da mesma permite considerar questões como:

Através de um Sistema de Contabilidade implantado e atualizado com informações de qualidade você pode ter respostas, entre outras, para as seguintes perguntas:

- Os custos aumentaram ou diminuíram?
 - O patrimônio aumentou ou diminuiu?
 - A operação comercial de compra e venda deu lucro ou prejuízo?
 - As dívidas aumentaram ou diminuíram?
 - Os produtos vendidos e embarcados no dia de hoje quanto deram de lucro?
- (SANTOS, 2011, p.1).

Santos (2011) apresenta a importância de um Sistema de Contabilidade. Explica que não basta apenas implantar, mas sim mantê-lo constantemente atualizado. Além disso, Hoss e outros (2008, 10) explicam que as pessoas devem tê-la como uma aliada para conseguir entender como se comportam as riquezas em um mundo capitalista: “As pessoas necessitam entender como se comportam suas riquezas porque o mundo está estruturado em torno do poder e da riqueza.” Segue os mesmos autores informando que:

As pessoas devem entender de contabilidade para atenderem suas necessidades de informações patrimoniais e subsidiarem as suas decisões. Acreditamos que é altamente crítico viver sem dinheiro e sem saber como “funciona” o raciocínio capitalista. Se as pessoas, empresas e governos não souberem quanto dinheiro ganham, não saberão quanto poderão gastar. Se não souberem como ganham dinheiro, não saberão como ganhar. Se não souberem onde e por que gastam o dinheiro, jamais saberão onde foi parar o dinheiro que ganharam. Sem contabilidade é complicado saber se se está mais rico ou mais pobre e muito menos o porquê da situação. (HOSS, et.al. 2008, p.9)

O mercado financeiro nos dias atuais está cada vez mais concorrido e, para se sobressair, o empreendedor tem que buscar o aperfeiçoamento e as ferramentas que possam ajudá-lo no dia a dia do negócio. Surge, então, o contador, como suporte ao empreendedor que nele pode buscar o máximo de informações possíveis para a tomada de decisões corretas e para gerir da melhor maneira possível o seu negócio. É preciso “ter em mente que a análise das alternativas de investimento é apenas um passo de um processo de solução de um problema. De nada adianta uma boa técnica de análise de alternativas se estas não forem adequadamente geradas.” (CASAROTTO FILHO; KOPITTKKE, 2010, p. 344).

A tomada de decisão é considerada uma ferramenta de grande importância para os contadores, pois é com o auxílio dela que os mesmos poderão identificar os problemas que virão a existir e saberão tomar o melhor caminho para solucioná-lo. Para a tomada de decisão, é preciso partir da identificação do problema. Identificado o problema devem-se decidir as soluções, identificar as causas dos mesmos, definir ações necessárias para solucioná-los. O processo de criar alternativas para solução de problemas deve ser criativo, com propostas de

alternativas espontâneas que terão resultados eficientes e em curto prazo. Para isso, o suporte técnico de um contabilista é fundamental.

CONCLUSÃO

A proposta inicial dessa pequena construção teórica foi compreender como a contabilidade de custo pode auxiliar no desenvolvimento de uma atividade de transportes. Ao concluir esse estudo podemos dizer que a Contabilidade de Custo Operacional é uma ferramenta importante para o desenvolvimento de uma atividade porque permite ao empreendedor tomar decisões com base em informações precisas e propondo alternativas, estratégias voltadas para a obtenção de resultados mais eficientes, com atenção aos prazos previstos.

O aumento do combustível trouxe insatisfação para a população brasileira devido aos custos maiores nos produtos e serviços fundamentais à vida, como alimentos, transportes, saúde. Algumas classes e segmentos da população vêm mostrando com maior evidência a sua insatisfação em relação a algumas políticas adotadas pelo Estado brasileiro e que vêm onerando atividades produtivas. O custo de uma atividade ou mercadoria é evidenciado pela Contabilidade como um conhecimento importante porque se trata de uma Ciência Social desenvolvida com a finalidade de estudar e fornecer o máximo de informações úteis para a tomada de decisão e para poder controlar os fatos que podem afetar as situações patrimoniais e financeiras de uma entidade.

A Contabilidade de Custos é a área da contabilidade que trata dos gastos ocorridos na produção de bens e serviços dentro da empresa, que tem como fim a busca pelo lucro. Toda atividade desenvolvida pela empresa gera um custo, que pode ser controlado, analisado e gerenciado pelo profissional contábil. A contabilidade financeira tem por finalidade principal, fazer elaborações e demonstrações das finanças da empresa. Essa parte da contabilidade pode ser identificada como Gestão empresarial ou Contabilidade Gerencial.

O profissional que desempenha esse tipo de atividade tem o dever de ter competência, para que a administração da empresa tome as melhores decisões estratégicas a serem realizadas. Para um bom desempenho desse profissional é necessário que ele ultrapasse as informações contábeis e venha a contribuir com a gestão. Isso acontece quando elabora com relevância e clareza os dados e as estimativas que poderão auxiliar na tomada de decisão que é uma ferramenta de gestores: permite identificar os problemas e potencialidades, para a obtenção de resultados eficientes.

Juntando todas essas informações, podemos concluir que a Contabilidade é uma ciência necessária para a formação de profissionais em diversas áreas e que ela abrange desde a produção até o consumo. É assim, uma ferramenta indispensável para controlar e tomar as decisões corretas no gerenciamento de um empreendimento. Em relação ao custo de transportes de mercadorias, entendemos que quanto melhor o gerenciamento, melhores são os resultados para todos, porque se o produto chegar ao consumidor com preço menor, o consumo será maior. Também entendemos que os governos, na gestão pública, devem considerar os bancos de dados contábeis, tanto para a arrecadação de impostos, como para a aplicação das arrecadações, porque aplicando bem os recursos públicos, em estradas, por exemplo, haverá menos custo operacional na manutenção das próprias estradas, dos caminhões e, com certeza, os resultados serão benéficos para todos.

REFERENCIAS

ATKINSON, Anthony A. et al. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000.

CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITTKKE, Bruno Harmut. **Análise de investimento**. São Paulo: Atlas, 2010.

CREPALDI, Silvio Aparecido, **Contabilidade gerencial: teoria e pratica**. 4º ed. Editora Atlas, 2008.

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade de Custos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2009.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

HOSS, Osni. et al. **Contabilidade: ensino e decisão**. São Paulo: Atlas, 2008.

JORNAL O ALTO URUGUAI. Greve dos Caminhoneiros: Os reflexos no abastecimento. Frederico Westphalen, p. 4, 28 fev. 2015.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Curso de Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas, 1997.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SANTOS, Joel José. **Contabilidade e Análise de Custos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SOCONTABILIDADE. O perfil do profissional contábil. 2015. Disponível em: <<http://www.socontabilidade.com.br/conteudo/noticia3.php>> . Acesso em: 3 maio 2015.

CONTABILIDADE E ENCARGOS SOCIAIS

Alice Aparecida de Souza¹

Izadora Grassi²

Noel Kerber³

Samara da Costa Widmar⁴

Jussara Jacomelli⁵

INTRODUÇÃO

Toda pesquisa requer planejamento. O planejamento é uma ferramenta importante para que uma atividade tenha o resultado esperado. Para planejar há que se ter conhecimento de causa. Uma pesquisa precede e sucede o planejamento. Ainda, a pesquisa é a base para a solução de problemas.

As organizações sociais, políticas e econômicas da atualidade, além de complexas, trazem para o cenário uma série de problemas que requerem investigação. A atividade da pesquisa precisa estar vinculada ao entendimento do homem, da sociedade e do mundo.

Estudar sobre contabilidade e encargos sociais tem importância para nós, futuros contadores, que vamos trabalhar com isso. A greve dos caminhoneiros deflagrada em fevereiro de 2015 teve como uma de suas reivindicações a revisão da legislação sobre a jornada de trabalho e sobre as horas extras do caminhoneiro, ou seja, diz respeito aos encargos sociais e a outros custos. Neste texto, buscamos listar alguns encargos sociais.

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Câmpus de Frederico Westphalen.

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Câmpus de Frederico Westphalen

³ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Câmpus de Frederico Westphalen.

⁴ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Câmpus de Frederico Westphalen.

⁵ Doutora em Desenvolvimento Regional; Mestre em História e Professora e Pesquisadora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus de Frederico Westphalen, RS. Participa dos seguintes grupos de pesquisa: AUTECC; Pesquisa em História; Direito e Cidadania na Sociedade Contemporânea. Emails: jacomelli@uri.edu.br; jjacomelli@brturbo.com.br.

DESENVOLVIMENTO

Creep (2002) situa a contabilidade como uma das ciências mais antigas do mundo. A respeito da função da contabilidade, explica que com o desenvolvimento do mercado acionário e o fortalecimento da sociedade anônima, a contabilidade passou a ser considerada como um importante instrumento para a sociedade, pois é a ciência que estuda e controla o patrimônio das entidades mediante o registro de dados.

Santos et al. (2006) diz que a contabilidade foi criada quando o homem começou a trocar a vida nômade e passou a fixar moradia. Isso se deu a partir do momento que o homem abandonou a vida de coleta e de troca por um modo de vida mais segura. Santos (2003) diz que a contabilidade tem apresentado mudanças significativas nos últimos anos. A contabilidade teve seu início no período pré-histórico, mas o século XIII foi considerado um marco de mudanças, porque registra o fim da contabilidade antiga e o início da contabilidade moderna. Isso aconteceu devido ao desenvolvimento do comércio e à necessidade de controlar o patrimônio. No século XIV surgiram os primeiros livros contábeis, contendo débitos e créditos em parágrafos verticalmente dispostos.

Santos (2003, p. 63) explica que “[...] os principais fins da contabilidade são os de assegurar o controle do patrimônio e fornecer informações sobre sua composição e as variáveis patrimoniais, bem como sobre o resultado das atividades econômicas desenvolvidas pelas entidades.” Assim, a contabilidade tem por objetivo fornecer informações para tomada de decisões. As informações podem ser financeiras, econômicas e sociais. Apesar de sua importância para a organização da vida econômica de todos; a contabilidade tem sido usada principalmente pelos proprietários de empresas que podem ser acionistas, cotistas, sócios, executivos e gestores, Governo, bancos e outros fornecedores de capital de juros. Isso porque, por envolver recursos financeiros, a contabilidade é um instrumento de gestão importante para a obtenção de lucro (ALBERTON; GUIDINI, 2014).

ENCARGOS SOCIAIS

Encargos sociais são as taxas e contribuições pagas pelo empregador para financiamento das políticas públicas. Políticas públicas que beneficiam o trabalhador de forma indireta (SPECHT, 2005). Os encargos sociais compõem a seguridade social conforme o artigo 1º da Lei n. 8.212/91:

A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único. A Seguridade Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) universalidade da cobertura e do atendimento;
- b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- d) irredutibilidade do valor dos benefícios;
- e) equidade na forma de participação no custeio;
- f) diversidade da base de financiamento;
- g) caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados. (MODENA, et. al., 2013, p. 396).

Os encargos sociais são vários e deles fazem parte os encargos trabalhistas como: seguridade e previdência social, FGTS, Pis/Pasep, férias, aviso prévio, décimo terceiro salário (SPECHT, 2005). Em qualquer instituição, os encargos sociais são uma obrigatoriedade e um direito do trabalhador.

CONCLUSÃO

Com base nos autores estudados, podemos dizer que contabilidade é uma das ciências mais antigas usadas pelo homem, tendo como função assegurar o controle de um patrimônio. Atualmente é imprescindível em qualquer gestão.

Todas as empresas, sejam elas autônomas ou organizações sem fins lucrativos, devem cumprir com os encargos sociais. Encargos sociais são taxas que do empregador deve pagar porque é de direito do trabalhador. Fazem parte das políticas públicas, como os encargos trabalhistas.

A partir deste pequeno estudo sobre encargos sociais e sobre contabilidade, como acadêmicos do primeiro semestre do Curso de Ciências Contábeis, podemos dizer que a Contabilidade é uma ciência antiga, atual e fundamentalmente necessária. Toda a empresa precisa honrar com os encargos sociais e, para isso, a contabilidade é fundamental. Com base nela o gestor pode saber sobre seu patrimônio e sobre seus encargos.

Os encargos sociais, para o trabalhador, é um conjunto mínimo de direitos, mas, para o empregador é um dever, que, na soma do todo pode se tornar elevado, se não houver planejamento com base em dados contábeis precisos.

REFERÊNCIAS

ALBERTON; J. R; GUIDINI, D. M. Gestão financeira em micro e pequenas empresas familiares: um estudo em empresas pertencentes a região da rota dos trigais (rs), **Revista brasileira de contabilidade**, Brasília, n. 210, p. 71-83, nov/dez. 2014.

CREEP, Aparecido Sílvio. **Contabilidade gerencial, teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MODENA, Anize, et al. **Desoneração da folha de pagamento em um estabelecimento varejista de Caxias do Sul-RS**, v.4, n.2 (2013). Disponível em: <<http://ojs.fsg.br/index.php/anaiscontabeis/article/viewFile/394-410/778>>. Acesso em: 11 maio 2015.

SANTOS, Roberto Fernando dos, et al. **Introdução à contabilidade: noções fundamentais**. São Paulo: 2006.

SANTOS, J. L. **Introdução à contabilidade: atualizada pela minirreforma tributaria: lei nº 10.637./02**. São Paulo: Atlas, 2003.

SPECHT, Vandoir. **O impacto dos encargos sociais e trabalhistas sobre a folha de pagamento**: Monografia, 2005. Disponível: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis294256>>. Acesso em: 11 maio 2015.

A CONTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

Carini Petter Ardenghi¹

Luana Vargas Figueiró²

Tainá De Cezaro Gandin³

Taine Graciane Frozza⁴

Jussara Jacomelli⁵

INTRODUÇÃO

O manifesto dos caminhoneiros ocorrido em fevereiro no Estado do Rio Grande do Sul trouxe diversos prejuízos na cadeia leiteira, desde a produção ao consumo. Um dos principais prejudicados foi o produtor agrícola, visto que o bloqueio das rodovias, organizado pelos caminhoneiros, impedia o transporte de insumos e o transporte da produção dos agricultores para as indústrias ou postos de recebimento. Podemos dizer que a reivindicação dos caminhoneiros foi justa, mas o fato social nos levou a pensar em alternativas contábeis para a cadeia leiteira a partir do uso de informações para tomadas de decisões, evitando, em outras ocasiões, o descarte do leite, como visto na reportagem a seguir, publicada pela Rádio Municipal de Tenente Portela (2015, pg?), conforme segue:

A greve dos caminhoneiros que paralisa mais de 30 rodovias no estado já afeta o recolhimento de leite em diversos municípios gaúchos. Conforme relatos de agricultores da região noroeste, as empresas Italc, Nestlé, CCGL, Santa Mônica, Tirol, Confepar, CoperA1 e Perdigão não carregaram o produto no dia de ontem, em virtude dos bloqueios. Com isso, os produtores estão descartando o produto.

Em alguns locais, além da falta de pagamento de produtos como o leite, por causa da falência de empresas, o estabelecimento de quantidade mínima para o recolhimento da

¹ Acadêmica do 1º Semestre de Bacharelado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Frederico Westphalen (RS)

² Acadêmica do 1º Semestre de Bacharelado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Frederico Westphalen (RS)

³ Acadêmica do 1º Semestre de Bacharelado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Frederico Westphalen (RS)

⁴ Acadêmica do 1º Semestre de Bacharelado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Frederico Westphalen (RS)

⁵ Doutora em Desenvolvimento Regional; Mestre em História e Professora e Pesquisadora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões –URI - Câmpus de Frederico Westphalen, RS. Participa dos seguintes grupos de pesquisa: AUTECC; Pesquisa em História; Direito e Cidadania na Sociedade Contemporânea. Emails: jacomelli@uri.edu.br; jjacomelli@brturbo.com.br.

produção leiteira e a paralização dos transportes somaram-se aos prejuízos. Por isso, a pergunta proposta para este estudo é: como a contabilidade pode auxiliar no planejamento da agricultura familiar?

A nossa região, do Médio Alto Uruguai, é caracterizada como agrícola e com predomínio da pequena agricultura. Muitos agricultores, empobrecidos, veem os filhos buscar alternativas de melhores condições de vida na cidade. Essa realidade poderia mudar, talvez, com a utilização de alguns recursos da contabilidade, visto que na agricultura familiar, geralmente, não acontece a organização de dados contábeis. O agricultor não faz um balanço diferenciado par cada atividade, o que inviabiliza a visibilidade do resultado final relativo a cada atividade e ao conjunto de atividades. Por isso, propomos, como problema, nesse estudo, procurar entender como a contabilidade pode auxiliar no planejamento da agricultura familiar.

DESENVOLVIMENTO

Segundo Schmidt e Santos e Kloeckner (2006), a contabilidade surgiu ainda antes de Cristo. Um dos registros de seu uso foram fichas e tabelas construídas em pedras. Exemplifica isso as 49 fichas acompanhadas de uma tabela de pedra com inscrições cuneiformes, achadas em 1920 em Nuzi (Norte da Babilônia), listam um pequeno rebanho de carneiros, pertencente ao segundo milênio a.C. As 49 fichas encontradas representavam a garantia de que o pastor havia recebido o rebanho e possuía uma dívida com o proprietário. Cada animal do rebanho era representado por uma ficha mantida em receptáculo. Ao ser, o animal, transferido para um pastor, ou para outra pastagem, ou mesmo para tosquia, a transferência era registrada com a colocação de ficha correspondente ao animal em outra caixa, registrando essa ocorrência.

A partir do sistema de fichas e tabelas em pedras, foram sendo utilizados outros recursos como a escrituração por partidas dobradas. Essa forma de registro mostra a importância da contabilidade no século XIII e XIV, na atividade comercial, no Norte da Itália. O criador das partidas dobradas foi Pacioli, considerado o primeiro codificador da contabilidade. Escreveu um livro chamado *Summa de arithmetica, geometria, proportione et proportionalità*. O livro era principalmente um tratado de matemática, mas incluía uma seção sobre o sistema de escrituração por partidas dobradas.

A atividade agrícola foi a primeira forma de atividade econômica produtiva organizada pelo homem. Desde então ela esteve presente não somente na produção, mas também na distribuição e na satisfação das necessidades humanas (ALOE; VALLE, 1981). Conforme Crepaldi (2005, p. 23), “A agricultura representa toda a atividade de exploração da terra, seja

ela o cultivo de lavouras e florestas ou a criação de animais, com vistas à obtenção de produtos que venham a satisfazer às necessidades humanas”.

A agricultura familiar começou com as necessidades do agricultor e de suas famílias, em vista que a produção era para seu próprio consumo. Como diz o autor,

[...] a atividade agrícola foi exercida, e o continua sendo em grande parte, por famílias que atuavam no processo produtivo e no de consumo, constituindo uma entidade autossuficiente. Entretanto, com a divisão do trabalho e o desenvolvimento do comércio, houve uma dissociação entre o processo de produção e o de consumo, quando então o agricultor não se limitou mais a produzir para seu consumo e o de sua família, mas especialmente para a venda no mercado consumidor (ALOE; VALLE, 1981 p. 14).

A contabilidade pode ser utilizada tanto pela pessoa jurídica, quanto pela pessoa física. É, no entanto, pouco ou nada utilizada na agricultura familiar. A utilização desse recurso, de forma simplificada, pode tornar mais visível o patrimônio do agricultor familiar e a potencialidade de suas atividades porque,

O objetivo da contabilidade é o controle de um patrimônio. O controle é feito através de coleta, armazenamento, e processamento das informações oriundas dos fatos que alteram essa massa patrimonial. Portanto podemos definir contabilidade como o sistema de informação que controla o patrimônio de uma entidade (PADOVEZE, 2009, p. 3).

Contabilidade é um sistema de informação e, como um sistema de informação, é útil para todos. Nesse sentido, é um sistema amplo, porque,

A contabilidade, na qualidade de ciência aplicada, com metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja esta pessoa física, entidades de finalidades não lucrativas, empresa ou mesmo pessoa de Direito e Público, tais como Estado, Município, União, Autarquia etc., tem um campo de atuação circunscritos às entidades supramencionadas, o que equivale a dizer muito amplo (IUDÍCIBUS et al., 1998, p. 21).

Observamos no exposto, o quanto é amplo o campo de atuação da Contabilidade. Oliveira e Nagatsuka (2000, p.20) colocam a contabilidade como uma ciência social que “Estuda, analisa, interpreta e controla o patrimônio das entidades.” No entanto, a Contabilidade tem sido utilizada, com especial ênfase, na área empresarial. Inclusive, a maior parte das construções teóricas tem a empresa como objeto de aplicação contábil. Para Marion (2012, p.2) a contabilidade tem como objetivo “O patrimônio da empresa, ou seja, o conjunto de bens, direitos e obrigações para com terceiros, pertencentes a uma empresa com ou sem

fins lucrativos [...]”. A essa ênfase empresarial, precisa-se agregar a função social, como mostra a sua história. Ou seja, conforme o mesmo autor, a contabilidade não é uma ciência exata, é ciência social. Esta agregada a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial.

A contabilidade, então, além de ser uma ciência econômica, é uma ciência social e “Para atingir essa missão ela utiliza-se dos Princípios Fundamentais da Contabilidade, como o Registro pelo valor original, e de várias metodologias para analisar, classificar e registrar diversos fatos que ocorrem durante as atividades cotidianas das empresas e demais entidades” (OLIVEIRA; NAGATSUKA, 2000, p.20).

Segundo Rokembach (2007, p. 32) os princípios contábeis representam o seu núcleo central por sua condição de ciência social, porque “Os princípios constituem sempre as vigas mestras de uma ciência revestindo-se dos atributos de universalidade e veracidade, conservando validade em qualquer circunstância.” Seus princípios valem para todos os tipos de patrimônios.

As funções agrícolas são pertinentes as de organismos de produção, sendo assim, além da função técnica de produção, também contém outras funções complementares, que são próprias de qualquer empresa de caráter econômico:

- 1 – função técnica, de produção agrícola, zootécnica e agroindustrial;
- 2 – função comercial, de compra de adubos, sementes, inseticidas, implementos agrícolas, reprodutores etc.; a venda de produtos agrícolas, animais e agroindustriais;
- 3 – função financeira, de recebimentos e pagamentos, obtenção de financiamentos, depósitos bancários, retiradas de depósito etc.;
- 4 – função econômica, de obtenção de lucros e conseqüente aumento do patrimônio;
- 5 – função social, de criação de bens econômicos, para satisfazer as necessidades humanas (ALOE; VALLE, 1981).

CONCLUSÃO

Em relação aos resultados alcançados por meio de estudos bibliográficos, podemos dizer que a agricultura familiar é diferente da agricultura rural e, por isso, a prática contábil na agricultura familiar não pode ser entendida como uma obrigatoriedade, mas como uma necessidade. Igualmente não pode ser entendida como atividade empresarial, por isso, deve ser compreendida como suporte ou como banco de dados a ser construído pelo próprio agricultor para

ter a visibilidade e a compreensão de suas atividades, do custo-benefício de cada atividade por ele desenvolvida.

Concluimos que a Contabilidade é importante para todas as pessoas, porque seu uso facilita o controle de seu patrimônio. A Contabilidade é utilizada para dar transparência às informações, tendo como alicerce os princípios fundamentais da prudência, entidade e continuidade. Isso facilita a tomada de decisões. Na agricultura familiar, o agricultor também precisa tomar decisões. Ao organizar seu banco de dados, simples e fácil, o agricultor pode planejar melhor suas atividades e investir nas que lhe trazem maior retorno.

Precisamos enxergar, na pequena propriedade agrícola, um micro-organismo econômico e levar essa ideia para o pequeno agricultor. Nesse sentido, sentimos a importância e a necessidade de continuarmos com esta pesquisa, buscando dados empíricos da Região para apresentar uma proposta de banco de dados contábil, fácil, prático e possível de ser utilizado na agricultura familiar na Região do Médio Alto Uruguai.

REFERÊNCIAS

ALOE, Armando; VALLE, Francisco. **Contabilidade Agrícola**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1981.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Contabilidade Introdutória**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, Jose Carlos. **Normas e práticas contábeis: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 2012.

PADOVEZE, Clovis Luís. **Manual da Contabilidade Básica: Contabilidade introdutória e intermediária**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Luís Martins de; NAGATSUKA, Divane Alves da Silva. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Futura, 2000.

RADIO MUNICIPAL DE TENENTE PORTELA. Com recolhimento suspenso pela greve dos caminhoneiros produtores jogam leite fora. 2015. Disponível em:

<<http://www.radiomunicipalam.com/com-recolhimento-suspenso-pela-greve-dos-caminhoneiros-produtores-jogam-leite-fora/>>. Acesso em: 24 mai. 2015.

ROKEMBACH, Rogerio (coord.). **Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade**. 6. ed. Porto Alegre: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2007.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; KLOECKNER, Gilberto. **Avaliação de empresas: foco na gestão de valor da empresa : teoria e prática**. São Paulo, SP: Atlas, 2006

PARTE IV: EDUCAÇÃO FINANCEIRA

EDUCAR PARA A CONTABILIDADE DE CUSTO E ORÇAMENTÁRIO FAMILIAR

Acacio Alves Neto¹

Adrieli Buznello²

Ediane Dalmedico³

Sibeli Rodrigues⁴

Jussara Jacomelli⁵

INTRODUÇÃO

A greve dos caminhoneiros foi um acontecimento que apontou para a importância e o valor da contabilidade de custos. A margem de lucro para o caminhoneiro diminuiu nos últimos cinco meses, ao mesmo tempo em que o custo da gasolina e do diesel aumentaram e os escândalos sobre desvios de recursos da Petrobrás vieram a público. Para os caminhoneiros isso tudo não é bom, nem para nós. Também os produtores rurais de leite, no período de greve, tiveram muitos prejuízos e parte da produção foi eliminada por falta de transporte.

Pensamos, por isso, em estudar a contabilidade de custos, conhecer sua função e sua aplicabilidade porque é um conhecimento significativo para todos, não somente para empresários. Em nossas casas também podemos aplicar a contabilidade de custos para melhorar o uso do orçamento familiar. O início do ano de 2015 foi de indicativos de crise no abastecimento de produtos em várias áreas de produção e consumo, devido ao protesto dos caminhoneiros no final de fevereiro e início de março. Segundo o setor em greve, o custo operacional do transporte ficou elevado. No dia 25 de fevereiro, no Correio do Povo, Dornelles (2015, p.1) publicou:

Os protestos dos caminhoneiros atingem pelo segundo dia, diversas regiões do RS e mais oito estados, causando grandes transtornos pelas rodovias. O grande problema é a ameaça de desabastecimento para a população de vários produtos, como verduras, frutas, carnes, leite e também de gasolina. A população teme sérios

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai das Missões

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai das Missões

³ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai das Missões

⁴ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai das Missões

⁵ Doutora em Desenvolvimento Regional; Mestre em História e Professora e Pesquisadora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões –URI - Câmpus de Frederico Westphalen, RS. Participa dos seguintes grupos de pesquisa: AUTECS; Pesquisa em História; Direito e Cidadania na Sociedade Contemporânea. Emails: jacomelli@uri.edu.br; jjacomelli@brturbo.com.br.

problemas. A paralisação dos caminhoneiros também está afetando seriamente a agroindústria. Pelo menos dois frigoríficos de suínos suspenderam os abates. Algumas plantas seguem operando, porém com capacidade reduzida. Em alguns pontos de bloqueio está sendo permitida a passagem de caminhões com carga viva. Mas a maior preocupação da indústria, a partir de hoje, será com a alimentação de animais, ameaçada pela possível falta de ração. O presidente da Agas, Antônio Cesa Longo, admite que caso a situação persista haverá perda de carnes, hortifrutigranjeiros e leites nos supermercados, mas ele não teme desabastecimento.

A economia brasileira é dependente, como mostra a reportagem, do transporte rodoviário. Por isso, o problema que propomos investigar é a relação entre contabilidade de custo e orçamento familiar.

DESENVOLVIMENTO

Segundo Marion (1995, p.6), a contabilidade não é só para contadores, porque “[...] o conhecimento como sistema de informação, avaliação de desempenho e da comunicação, dentro das entidades de qualquer natureza, dimensão e finalidade deixou de ser uma preocupação ou uma ferramenta de contadores.” Desta forma, a contabilidade pode ser praticada por todos, visto que:

A contabilidade desempenha, em qualquer organismo econômico, o mesmo papel que a história na vida da humanidade, sem ela não seria possível conhecer o passado nem o presente da vida econômica da entidade, não sendo também possível fazer para o futuro nem elaborar planos para a orientação administrativa. (FRANCO, 1997, p.22).

A contabilidade, como coloca Franco, é como a história, ela permite conhecer o passado e planejar o futuro. Para Crepaldi (2002) a contabilidade pode ser definida de diversas formas. “Numa visão geral, contabilidade é uma ciência, uma disciplina, um ramo de conhecimento humano e uma provisão que tem por objetivo o estudo do fenômeno patrimonial.” Ainda explica que como um instrumento da função administrativa, é utilizada para o controle do patrimônio, para apurar os resultados, viabilizar informações e permitir seu uso. No mesmo sentido, Neves (2003, p.1) diz:

A contabilidade é uma ciência que desenvolveu uma metodologia própria com a finalidade de controlar o patrimônio das empresas, apurar o resultado das atividades das empresas, prestar informações as pessoas que tenham interesse na avaliação da situação patrimonial e do desempenho dessas entidades.

A contabilidade foi essencial para as gerações passadas, assim como está sendo para a atualidade, pois é um instrumento da função administrativa que tem uma história. Estudiosos dizem que a contabilidade nasceu quando o homem deixou de ser nômade e passou a ser sedentário. A partir disso, o homem abandonou a vida de coleta e passou a cultivar alimentos, criar animais e juntar alguns bens para servir de troca por outros, indispensáveis para sua sobrevivência. Nesse momento é que surgiu o desejo de planejar e negociar melhor suas trocas. Aparecendo, assim, os primeiros registros de contabilidade. A contabilidade teve seu marco em 1494 com a publicação de Luca Pacioli (*IUDÍCIBUS*; MARION, 2008).

A publicação do sistema de partidas dobradas, marco operacional da contabilidade é datado de 1494, mas a contabilidade de custos, um ramo específico da contabilidade, nasceu com a Revolução Industrial. Segundo Borna (2009, p.11):

A contabilidade de custos surgiu com o aparecimento das empresas industriais (Revolução Industrial) com o intuito de determinar os custos dos produtos fabricados. Antes disso, os artigos normalmente eram produzidos por artesãos que, via de regra, não constituíam pessoas jurídicas, e praticamente só existiam empresas comerciais, as quais utilizavam a contabilidade financeira basicamente para a avaliação do patrimônio e a apuração do resultado do período. O resultado era obtido subtraindo-se o custo dos produtos vendidos da receita obtida pela empresa. Desse lucro ainda eram deduzidas as despesas incorridas para o funcionamento da empresa.

A contabilidade de custos é um ramo da contabilidade que designa informações para diversas atividades de uma entidade, sendo um instrumento de auxílio ao desenvolvimento mais coerente das atividades. Ela trabalha com dados operacionais de várias formas, podendo ser históricos, estimados, padronizados e produzidos. Também pode e deve fornecer informações de custos diferentes para anteder às necessidades gerenciais diferentes. (LEONE, 1997). O custo é agregado ao produto e é entendido como a parte do gasto que se agrega ao produto. É a parcela do esforço produtivo que é transferida ao produto. Ou seja, “[...] pode incluir também as perdas, isto é, aquela parcela do esforço produtivo que deveria ter sido agregada ao produto, e não o foi devido a erros operacionais ou características intrínsecas das tecnologias utilizadas.” (SOUZA; DIEHL, 2009, p. 10).

A contabilidade de custos deve andar em sintonia com a contabilidade, segundo os seus princípios. O objetivo é fixado de acordo com as necessidades apresentadas pelos níveis gerenciais, são muitos objetivos dentre os quais se destacam: a entidade, como um todo; os produtos e bens, faturáveis ou não. (LEONE, 1997). Do ponto de vista econômico, entende-se por custo toda e qualquer aplicação de recursos, de diferentes formas e expressa em seu valor

monetário, para a produção e distribuição de mercadorias (ou prestação de serviço), até o ponto em que se possa receber o preço convencionado. (LIMA, 1982).

Todo custo, seja de produção, de tributação e outros, são embutidos no produto final, como ocorre com o custo operacional do transporte de produtos. Uma das formas mais visíveis para o consumidor do custo operacional de transporte acontece quando há aumento no preço de produtos como combustíveis e energia elétrica.

CUSTO OPERACIONAL DE TRANSPORTE E ORÇAMENTO FAMILIAR

A falta de educação sobre o custo da mercadoria e dos serviços e sua relação com o orçamento familiar é uma questão para ser pensada e problematizada no Brasil. O endividamento familiar dos últimos anos mostra que os brasileiros não sabem cuidar de seus recursos econômicos e investimentos. Para Felipe Carlos Scheffler da Messem, agente autônomo de Investimento Ltda, citado por Osni Machado Empresários & Cia (2015), Há várias formas de se investir. As formas de investir dependem, contudo, do perfil do investidor e dos objetivos que estão sendo buscados.

Além do brasileiro não saber realizar um planejamento financeiro, sofre com as sucessivas tributações. Assim, segundo a reportagem de Osni Machado Empresários & cia (2015, p. 11), os brasileiros, em 2015, vão trabalhar 151 dias para pagar tributos federais, estaduais e municipais, como impostos, taxas e contribuições. De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, os brasileiros pagavam apenas 106 dias, ou seja, até o dia 8 de maio e arrecadação chegava a 672 bilhões em tributos, conforme Impostômetro 2015. Com os aumentos, só no Rio Grande do Sul, até maio deste ano, os gaúchos já arrecadaram mais de 6 bilhões de reais em impostos. Também o endividamento familiar vem aumentando. Segundo reportagem do Jornal Frederiquense, “[...] a pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), mostra que, em maio, o percentual de famílias endividadas alcançou 62,4%.” (JORNAL FREDERIQUENSE, 2015).

Segundo o Sescon-Rs (2015, p. 11), é preciso: “[...] reduzir a carga tributária para gerar mais emprego e aquecer a economia. Essa deveria ser a prática dos governos em tempos de crise. No entanto, nem mesmo a projeção da queda do PIB (-1,18%) parece motivar a diminuição dos impostos.” Essas sucessivas mudanças nas tributações pesam no orçamento familiar porque na ponta de todo o processo de produção está o consumidor final. O brasileiro

precisa saber gerenciar os seus recursos, precisa entender de contabilidade de custos para realizar seu planejamento orçamentário.

CONCLUSÃO

Em relação à contabilidade de custos, foi evidenciado que é um ramo da contabilidade que pode ser definida de várias formas por diversos autores. Surgiu com o aparecimento de indústrias para dar auxílio a análise dos custos dos produtos fabricados. Para alguns autores, ela surgiu após os homens deixarem de serem nômades para serem sedentários.

Também observamos que a contabilidade pode fornecer informações de custos diferentes para atender às necessidades gerenciais diferentes. Para a economia, custo é toda e qualquer aplicação de recursos. Todo custo, seja de produção, de tributação e outros, são embutidos no produto final. Além disso, notamos que a contabilidade de custo tem, também, a função de fazer a coleta, a classificação e o registro dos dados operacionais das diversas atividades da entidade, denominados de dados internos, bem como, algumas vezes, coleta e organiza dados externos.

Em relação ao custo de produção de uma mercadoria, a tributação, o transporte, entre outros, observamos, que são embutidos no produto final acarretando um maior gasto para o consumidor. Devido à alta constante dos produtos alimentares, combustíveis entre outros, há um maior endividamento familiar, pois, a maior parte dos brasileiros não tem controle sobre seu orçamento devido aos sucessivos aumentos salariais.

A greve dos caminhoneiros foi um incentivo para mostrar como a contabilidade de custos é importante no nosso dia a dia. A contabilidade não é só para contadores, mas sim para todos. Esse conhecimento, como sistema de informação, desempenho, comunicação, dentro das entidades de qualquer natureza, dimensão e finalidade, deixou de ser uma preocupação de contadores. O endividamento familiar dos últimos anos mostra que os brasileiros não sabem cuidar de seus recursos econômicos e investimentos e, evidencia a necessidade, não só de estudar a contabilidade de custos relacionada ao orçamento familiar mas de aplicá-la no planejamento do uso desse orçamento.

REFERENCIAS

BORNIA, Antônio Cezar. **Análise Gerencial de Custos: aplicação em empresas modernas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil**. São Paulo: Atlas, 2002.

DORNELES, Felipe. Bloqueio de rodovias atinge setor produtivo. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 25 fev. 2015.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade de custo**. São Paulo: Atlas, 1997.

JORNAL FREDERIQUENSE. Percentual de famílias inadimplentes aumenta em 2015. Ano IX., n. 383, 01 jul. 2015. p. 10-11.

LEONE, George Sebastião Guerra, **Curso de Contabilidade de Custo**, São Paulo: Atlas, 1997.

LIMA, Jose Geraldo de. **Custos: cálculos, sistemas e análises**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1982.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

NEVES, Silvério Das. **Contabilidade Avançada e Análise Das Demonstrações Financeiras**. São Paulo: Saraiva 2003.

OSNI MACHADO EMPRESÁRIOS & CIA. Especialista alerta para a necessidade de educação financeira. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, maio 2015, p.3.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. São Paulo: Atlas, 2008

SESCON-RS. Brasileiros trabalham até 31 de maio para pagar tributos. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, n. 51, maio. 2015. p. 3.

SOUZA, Marcos Antônio de; DIEHL, Carlos Alberto. **Gestão de Custos: uma abordagem integrada entre contabilidade, engenharia e administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA AGRICULTURA FAMILIAR

Marta Luana Marques Machado Zanin¹

Sara Andreolla²

Thaise Moraes de Souza³

Jussara Jacomelli⁴

INTRODUCAO

Devido à paralisação mobilizada pelo Sindicato dos Caminhoneiros, ocorrida no final de fevereiro do ano de 2015, aconteceram vários empecilhos para a produção agrícola de animais de corte e para a produção leiteira. As notícias mostram negociações entre os setores produtivos e o governador José Ivo Sartori e seu secretário da agricultura, visando diagnosticar os impactos da paralisação dos caminhoneiros. Na oportunidade, foram levantadas questões como; a falta de recursos para o envio de alimentos aos animais até as propriedades, o armazenamento dos produtos finais, tanto nos locais de produção leiteira como nos de corte, e sobre as dificuldades para o transporte dos produtos para a comercialização.

Segundo Noticiado pelo Jornal do Comércio (2015), o presidente do setor Leiteiro, afirma que em fevereiro de 2015, foram postos fora mais de 5 milhões de litros de leite pela falta do recolhimento. Os produtores não possuíam resfriadores para armazenar quantidades acumuladas. Na produção da suinocultura, muitos animais deixaram de ser abastecidos com ração. Além disso, o diretor executivo do setor da suinocultura, teria afirmado que a atividade deixou de atender ao mercado interno e as exportações. José Eduardo dos Santos, diretor executivo do setor da avicultura, por sua vez, enfatizou a possibilidade de muitos proprietários ficarem, naquela oportunidade, sem alimentos para as aves.

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões Campus de Frederico Westphalen.

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões Campus de Frederico Westphalen.

³ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões Campus de Frederico Westphalen.

⁴ Doutora em Desenvolvimento Regional; Mestre em História e Professora e Pesquisadora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus de Frederico Westphalen, RS. Participa dos seguintes grupos de pesquisa: AUTECC; Pesquisa em História; Direito e Cidadania na Sociedade Contemporânea. Emails: jacomelli@uri.edu.br; jjacomelli@brturbo.com.br.

Com a greve dos caminhoneiros, as atividades agrícolas (leiteira, avicultura, suinocultura) decaíram significativamente nos meses de paralisação. Os produtos perderam qualidade, conseqüentemente houve uma queda na sua valorização financeira, atingindo o produtor rural. Como o pequeno agricultor foi o mais atingido na área agrícola, neste texto, buscamos refletir sobre a necessidade de uma contabilidade organizada na agricultura familiar, para que, diante de situações como essas, o produtor possa ver sua real situação financeira e o quanto precisa investir para repor suas perdas. Iniciamos, nesse ensaio, conhecendo os conceitos sobre contabilidade e agricultura familiar.

DESENVOLVIMENTO

Estudar sobre a agricultura familiar e contabilidade exige a construção de seus conceitos. Para isso entendemos que é importante buscarmos junto a alguns autores da contabilidade a conceituação desta ciência. Contribui Ribeiro (2002, p. 32) dizendo que “A contabilidade é uma ciência que permite, através de suas técnicas, manter um controle permanente do Patrimônio da empresa.” Já Franco acrescenta que a contabilidade é:

A ciência (ou técnica segundo alguns) que estuda, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a relação desses fatos, com o fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico de corrente da gestão da riqueza patrimonial (FRANCO, 1997,p.32).

Para Crepaldi a contabilidade é:

Um instrumento da função administrativa que tem como finalidade: controlar o patrimônio das entidades; apurar o resultado das entidades; prestar informações sobre o patrimônio e sobre o resultado das entidades aos diversos usuários das informações contábeis. Contabilidade pode ser definida de diversas formas. Numa visão geral, contabilidade é uma ciência, uma disciplina, um ramo de conhecimento humano, uma profissão que tem por objeto o estudo dos fenômenos patrimoniais. (CREPALDI, 2002, p.16).

Com base nas citações entendemos que além de uma ciência social, a contabilidade é uma ciência econômica porque trabalha com o patrimônio, e tem por objetivo mostrar a real situação de uma determinada empresa ou entidade, como a rural, seja ela empresarial ou familiar.

Para Marion (2009, p. 22), “Empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo através do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de

determinados produtos agrícolas.” Se dividem de acordo com seu ramo de atividade, sendo que cada uma possui características próprias tendo por sua vez contabilidade diferente visando atender as necessidades específicas de cada ramo. Empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo através do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas (MARION, 2009). A agricultura familiar não é considerada uma empresa rural, mas sofre todos os processos decorrentes do sistema econômico global e competitivo.

As consequências da globalização exigem das famílias um comportamento mais independente em relação à organização de seu setor financeiro. Muitos dos problemas econômicos das pequenas propriedades rurais estão associados a essa falta de conhecimento para corrigir seus deslizes ou até mesmo para o melhoramento o desempenho de suas atividades e da qualidade de sua produtividade.

Esta falta de capacitação e formação das famílias reflete na queda da produção e do rendimento das atividades rurais. Segundo Mior (2005), nos últimos anos as estruturas agrícolas e agroindustriais apresentam um processo de mudança crescente fazendo com que a produção se torne cada vez mais “perfeita”, com escala cada vez maior. Assim as cadeias produtivas, agroindustriais, de agricultores familiares teriam redes associadas à agroindustrialização convencional e redes ligadas à agroindústria familiar rural.

O desenvolvimento rural consiste na criação de produtos e serviços diferenciados, além de novos mercados que abranjam a reconfiguração dos recursos rurais. A reforma implica-se como parte de transformação e funcionamento da agricultura familiar. Nesse processo, a mão de obra e a renda gerada pelas atividades passam a ser importantes.

A agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando à agregação de valor e de troca que se realiza na comercialização. Enquanto isso, a atividade de processamento de alimentos e matérias-primas visa prioritariamente à produção de valor de uso que se realiza no autoconsumo.

Segundo, a reportagem de Scheffler (2015), editada no Jornal do Comércio, no dia 18 de maio do ano de 2015, a falta de conhecimento financeiro acarreta em grandes perdas para o setor, por não se aproveitar como deveria as condições de alcance no setor de investimentos. De acordo com Mior (2005), a globalização provocou grande complexidade nos processos de transformação do meio rural, além de vários debates, temas e teorias sobre a problemática no desenvolvimento deste meio.

Ao mesmo tempo em que cresce a necessidade de produção de alimentos, não só no Brasil, como no mundo todo, observa-se uma política tendenciosa para a concentração da produção agroindustrial de grande escala em detrimento do desenvolvimento da produção familiar. Nesse sentido, situa Maluf (2004):

De um lado, assiste-se à continuidade da concentração do processamento agroindustrial para fazer frente aos requisitos da produção em grande escala, ainda que as novas tecnologias permitam que a maior escala de produção seja acompanhada da diferenciação dos produtos finais. Uma das consequências dessa tendência tem sido o comprometimento da sobrevivência da agricultura familiar nas regiões e nas cadeias produtivas onde ela tem presença tradicional, como demonstra a seleção que as grandes corporações promovem entre os agricultores integrados que lhes fornecem matéria-prima na avicultura, na suinocultura e na pecuária leiteira. De outro lado, a valorização de produtos com atributos diferenciados de qualidade cria novas oportunidades de mercado, muitas das quais, acessíveis aos agricultores de pequeno e médio porte. As novas oportunidades incluem, desde a inserção desses agricultores em mercados de nicho nacionais e internacionais, como se verifica nos produtos artesanais, com denominação de origem e nos orgânicos, até o *aprimoramento* dos circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos abordados adiante. (MALUF, 2004, p.304).

Se, conforme Maluf (2004), algumas tendências se abrem para os pequenos e médios produtores rurais, porque está difícil a manutenção do homem no campo? Nesse sentido, figura como importante a Educação Financeira. A educação financeira permite ao agricultor, aprender a trabalhar com anotações, organizadas por atividade desenvolvida, podendo, assim, controlar os gastos e manter sua propriedade equilibrada para alcançar os lucros.

Também é importante considerar que empresa rural é diferente de agricultura familiar. A empresa rural requer a atividade contábil, até por questões legais. Ela o faz também porque, como empresa, está voltada essencialmente para o lucro. A agricultura familiar, no entanto gira com poucos recursos e, por isso, não conta com serviços contábeis, mas precisa ser capacitada para realizar e construir seus próprios bancos de dados.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA VISÃO DA CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar tem uma enorme importância, pois além de ser uma atividade geradora de emprego e renda, também contribui diretamente para a alimentação de toda a população.

O Módulo Fiscal tem serventia apropriada, pois estabelece parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Pequena Propriedade – É o imóvel rural cuja área compreendida tem de 1(um) a 4(quatro) módulos fiscais; Média Propriedade – É o imóvel rural cuja a área é superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais. Serve também de parâmetro para definir os beneficiários do PRONAF (pequenos agricultores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários de até 4 (quatro) módulos fiscais). (JURISWAY, 2015).

Pela legislação é considerada pequena propriedade, o imóvel rural com área de 1 a 4 módulos fiscais. A partir dessa área a classificação é de média e grande propriedade. Ainda na lei dos módulos fiscais, constam as características de uma pequena propriedade de agricultura familiar:

Art. 1 Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Art. 2 A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.

Art. 3 Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011).

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1 O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2 São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquículturas que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011).

VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º.(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011).

§ 3 O Conselho Monetário Nacional - CMN pode estabelecer critérios e condições adicionais de enquadramento para fins de acesso às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, de forma a contemplar as especificidades dos seus diferentes segmentos. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

§ 4 Podem ser criadas linhas de crédito destinadas às cooperativas e associações que atendam a percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados ou associados e de matéria-prima beneficiada, processada ou comercializada oriunda desses agricultores, conforme disposto pelo CMN. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009).

Art. 4 A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios:

I - descentralização;

II - sustentabilidade ambiental, social e econômica;

III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;

IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Art. 5 Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas:

I - crédito e fundo de aval;

II - infraestrutura e serviços;

III - assistência técnica e extensão rural;

IV - pesquisa;

V - comercialização;

VI - seguro;

VII - habitação;

VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária;

IX - cooperativismo e associativismo;

X - educação, capacitação e profissionalização;

XI - negócios e serviços rurais não agrícolas;

XII - agroindustrialização.

Art. 6 O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário à sua aplicação.

Art. 7 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2006).

A contabilidade é uma ciência bastante aplicada em empresas, pois é obrigatório para todas as entidades que possuem CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) é também indispensável, para o seu planejamento e sua organização. A contabilidade rural é utilizada com a finalidade de controlar, estudar, interpretar, registrar e prestar informações sobre a situação da entidade, mas nem sempre se obriga a utilização da contabilidade rural.

Como um conceito geral, o Fluxo de Caixa é a relação das entradas e das saídas de recursos financeiros em determinado período, visando prever a necessidade de captar empréstimos ou aplicar excedentes de caixa nas operações mais rentáveis. Em síntese, consiste em discriminar as entradas e saídas de numerário em determinado período (realizado ou previsto), apurando, assim, o saldo de caixa e possibilitando várias outras análises. (CREPALDI, 1998, p. 259).

Segundo Crepaldi, (1998) o produtor rural de pequeno e médio porte, não precisará escriturar em livros contábeis todos os seus movimentos, porém será facultativo, a utilização

do livro Caixa, nele são registrados todos os recebimentos e pagamentos em dinheiro, lançados de forma cronológica (dia, mês e ano). Ainda assim, o produtor rural que possuir receita maior ou igual a R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais) deverá atestar obrigatoriamente no livro caixa, todas as receitas, despesas com documentações reais. A contabilidade é obrigatória na empresa rural. Na pequena agricultura não o é. No entanto, isso, não exige sua necessidade e importância. É preciso considerar que a pequena propriedade é um microrganismo econômico. Nesse caso a contabilidade é uma possibilidade de planejar e de demonstrar lucro ou do prejuízo em uma atividade.

Conforme Canal Rural (2014, p.1), no ano de 2014, apesar dos recursos liberados pelo governo federal, “pelas contas da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), cerca de 1 milhão de famílias de pequenos produtores têm dívidas. O endividamento chega a 15,5 bilhões.” Toledo e Oliveira (2015), colocam que O Pronaf é um programa governamental. Foi criado em 1996, pelo Decreto nº 1.946 com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda através da oferta do crédito fundiário.

Crédito é uma palavra que vem do latim “creditum”, que significa confiança ou segurança na verdade de alguma coisa, relação de confiança entre duas ou mais partes em um acordo. Um banco ao ofertar crédito corre o risco da inadimplência por parte do cliente, ou seja, o risco significa não pagamento dos créditos pelos clientes inadimplentes. A inadimplência só ocorre após a liberação do crédito. (TOLEDO; OLIVEIRA, 2015). Ainda os mesmos autores (2015, p. 24) situam que:

De acordo com dados da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF, 2009), ligada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), a inadimplência nas linhas de agricultura familiar no Brasil é em torno de 2,5%. Esse percentual varia de acordo com as regiões do País e também em relação ao volume de recursos aplicados e à quantidade de operações de crédito, além das questões demográficas, divisão territorial dos estados e culturais. A divisão em número de contratos entre 1999 e 2008 para as regiões do País estava assim distribuídas: Sul 42%, Nordeste 30%, Sudeste 15%, Norte 9% e Centro-Oeste 4%. Analisando a evolução das contratações, percebemos que os estados do Norte e Nordeste tiveram incremento superior a 50% em número de contratações a partir de 2003 em relação ao ano anterior, enquanto os estados do Sul e Sudeste mostram estabilidade. Somente o estado do Pará aumentou de 5376 contratos em 2002 para 22.068 contratos em 2003 e 53.789 contratos para 2004, ou seja, um incremento de 1000% em dois anos [...].

Silva (2009), ao estudar a inadimplência da agricultura familiar em Altamira, Região da Transamazônica, mostra uma ascendência à busca de crédito, por parte dos agricultores

familiares. Ao mesmo tempo, aponta para o problema da inadimplência. Cita três fatores como básicos: primeiro, o aumento das contratações, devido a uma aparente democratização do crédito na agricultura familiar; segundo, distribuição de crédito a uma grande quantidade de agricultores sem experiência e cultura de crédito; terceiro, a rapidez no desembolso de operações que inviabiliza o estudo e a conclusão para se efetuar projetos de desenvolvimento sustentável no longo prazo, prejudicando o desenvolvimento da região.

Silva (2009) traz noções sobre a realidade da agricultura familiar em Altamira, os fatores que levanta, permitem refletir sobre a necessidade de educar o brasileiro para o uso de suas finanças. Toledo e Oliveira (2012) mostram a expressividade da tomada de crédito pela agricultura familiar no Sul do Brasil. Brito et. al (2012) situam a importância da Educação Financeira. Para eles ela “possibilita entender, como fatos que ocorrem na economia interna e externa interferem no dia a dia das pessoas, e a partir deste entendimento viabiliza a tomada de decisão no que diz respeito a assuntos ligados ao consumo, poupança ou utilização de crédito pessoal.” Ou seja, observa-se uma correspondência clara que mostra que o baixo grau de conhecimento financeiro contribui para o endividamento e dificulta a formação de patrimônio e reservas financeiras.

CONCLUSÃO

Ao iniciarmos o texto propomos conceituar contabilidade e agricultura familiar a partir de autores renomados. Concluímos então que a contabilidade é indispensável para a organização de qualquer atividade e, que, na agricultura familiar deve ser utilizada na forma, por exemplo, de livros caixas, com anotações simples e objetivas, mas que permitam ao agricultor familiar ter noção clara sobre seus investimentos e patrimônio.

O pequeno proprietário rural, apesar de ter até 4 módulos fiscais de área de terra, está dentro de um sistema global competitivo e que não considera as suas limitações. Por isso, é bom que este produtor saiba como controlar o seu patrimônio para investir em atividades de melhor retorno.

Para ter uma boa Educação Financeira que chegue a todos e, em especial aos agricultores que praticam agricultura familiar, indicamos a criação de programas municipais, vinculados às secretarias da Agricultura e da Educação e, também, indicamos a institucionalização desse ensino como parte da base curricular nas escolas de Ensino Fundamental. Esses programas devem integrar profissionais formados na área e acadêmicos dos Cursos de Ciências Contábeis.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 24 maio 2015. Brasília.
- CANAL RURAL. Endividamento impede que 40% dos agricultores familiares acessem o pronaf. 2014. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/endividamento-impede-que-dos-agricultores-familiares-acessem-pronaf-9983>>. Acesso em: 25 jun. 2015.
- CREPALDI Silvio Aparecido, **Curso Básico de Contabilidade de Custos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- FRANCO Hilário, **Contabilidade Geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- BRITO, Lucas da Silva, et al. A importância da educação financeira nos contextos da academia e profissional: Um levantamento de dados com alunos universitários. In: IX SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA. AEDB, 2012. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/49616595.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2015.
- JURISWAY, **Módulos Rurais e Módulos Fiscais**, 2015. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=5955>. Acesso em: 24 mai. 2015.
- MALUF, Renato S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Revista Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 25, n.1, p. 299-322, abr. 2004. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2061/2443>>. Acesso em: 25 mai. 2015.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
- MIOR, Luis Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.
- RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- SCHEFFLER, C. F. Especialista alerta para a necessidade de educação financeira. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 18 mai. 2015. Folha mercado financeiro, p.11.
- SILVA, Gilson Walter da. **A inadimplência da agricultura familiar na Transamazônica: o caso da agência do Banco do Brasil em Altamira**. Altamira, PA: UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26293/000746204.pdf?sequence=1>. Acesso em: 3 maio 2015.
- TOLEDO, A. K. L.; OLIVEIRA, I. C. de. **O risco de crédito no Pronaf: a inadimplência na agricultura familiar no município de Santa Izabel do Oeste – PR**. 2012. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/113.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2015.

PARTE V: O PROFISSIONAL CONTABIL

ÉTICA: UM COMPROMISSO PROFISSIONAL E SOCIAL

Ana Paula Wodzik¹

Caroline Queiroz Mazzon²

Luciani Kossman³

Milena Catarina Barbieri⁴

Jussara Jacomelli⁵

INTRODUÇÃO

Esse estudo visa conhecer alguns aspectos do Código de Ética do Contabilista. Ser ético é essencial na vida de qualquer ser humano. Um profissional ético é fundamental para auxiliar no investimento do dinheiro público, particular e empresarial, tornando possível o desenvolvimento do país e a promoção humana das pessoas. Mas, um dos principais problemas encontrados hoje no Brasil, por exemplo, é a corrupção que acontece devido à falta de ética e comprometimento profissional.

Hoje, o contabilista ético, responsável e competente, ajuda o gestor público e o gestor empresarial a analisar o patrimônio, possibilitando assim, a busca das melhores soluções para os problemas e de possibilidades melhores para a aplicação dos recursos. Por isso, entendemos que estudar sobre “ética profissional” requer conhecer o Código de Ética do Contador. Por isso, buscamos nesse texto conhecer alguns princípios do Código de Ética do Contador.

¹ Acadêmica do primeiro semestre de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

² Acadêmica do primeiro semestre de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do alto Uruguai e das Missões.

³ Acadêmica do primeiro semestre de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

⁴ Acadêmica do primeiro semestre de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, secretária da rádio fortaleza FM 89.9.

⁵ Doutora em Desenvolvimento Regional; Mestre em História e Professora e Pesquisadora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus de Frederico Westphalen, RS. Participa dos seguintes grupos de pesquisa: AUTECC; Pesquisa em História; Direito e Cidadania na Sociedade Contemporânea. Emails: jacomelli@uri.edu.br; jjacomelli@brturbo.com.br.

DESENVOLVIMENTO

Segundo Oliveira e outros (2003, p.19), a contabilidade é “a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro dos atos e fatos de uma administração econômica servindo como ferramenta para o gerenciamento da evolução do patrimônio de uma entidade.” Franco, por sua vez, diz que a contabilidade tem por função:

Registrar, classificar, demonstrar, auditar e analisar todos os fenômenos que ocorrem no patrimônio das entidades, objetivando fornecer informações, interpretações e orientação sobre a composição e as variações desse patrimônio, para tomada de decisões de seus administradores (FRANCO, 1996.p.19).

Além de ser considerada uma ciência social, a contabilidade é uma ciência econômica porque trabalha com o patrimônio, é utilizada, conforme Franco (1996, p.19), “[...] principalmente, para prestação de contas entre sócios e demais usuários, entre os quais se destacam as autoridades responsáveis pela arrecadação dos tributos de uma nação ou região.” Guimarães (2007) coloca que o bom uso do patrimônio gera benefícios sociais:

A contabilidade é uma ciência que estuda a mensuração do patrimônio de uma empresa e o gerencia, ou seja, tem o domínio das informações da “máquina de engrenagem” que auxilia as tomadas de decisões, mas se este (poder) for usado de forma errônea pode causar “marcas irreparáveis” do ponto de vista material, profissional e humano. Mas se o “poder” for usado adequadamente, poderá transformar e auxiliar grandes trabalhos em prol da sociedade incentivando a participação das empresas no plano social aumentando suas receitas que conseqüentemente gerará mais empregos e melhor distribuição de rendas (GUIMARÃES, 2007, p. 23).

Observa-se a contabilidade como uma ciência econômica e social. Econômica porque contribui para a visibilidade do patrimônio e sua boa gestão, e social porque, quando bem utilizado, o patrimônio pode trazer benefícios, como ampliação de oportunidades de trabalho e renda para mais pessoas. A partir do decreto – lei nº9, 295 de 27 de maio de 1946 foram criados Conselho Federal de Contabilidade, o Conselho Regional de Contabilidade e o Código de Ética Profissional, esse, que tem por objetivo fixar a forma pela qual se devem conduzir os profissionais de contabilidade (CRC, 2014).

O Código de Ética estabelece como deveres do profissional de contabilidade, exercer a profissão com zelo, honestidade, capacidade técnica, observando a legislação; guardar sigilo, ressalvadas casos previstos em lei; zelar pela competência; comunicar cliente ou empregador, adversidades em documento reservado; conhecer todas as circunstâncias para emitir opinião;

renunciar as funções se observar falta de confiança por parte do cliente ou empregador sem prejudicar os interesses dos mesmos; informar o substituto sobre a situação do cliente habilitando para a função; informar impedimento para o exercício da função; ser solidário com os movimentos de defesa da dignidade profissional; cumprir os programas de educação continuada; comunicar ao CRC a mudança de domicílio e interesse profissional e fatos necessários ao controle e fiscalização profissional; auxiliar a fiscalização do exercício profissional (CRC, 2014).

O mesmo Conselho coloca o que é vedado ao profissional, anunciar conteúdo que resulte na diminuição do colega, da organização contábil ou da classe; assumir serviços de qualquer natureza que tragam prejuízo ou desprestígio pra classe; receber proventos lícitos; assinar documentos elaborados outrem; supervisão e fiscalização; facilitar o exercício da profissão; manter organização contábil; valer-se de agenciador de serviços; concorrer para realização de ato contrária a legislação; receber vantagens para aplicação ilícita; prejudicar, interesse confiado ao profissional; recusar-se a prestar informações de quantias que lhe foi confiado; reter livros confiados a sua guarda; aconselhar o cliente ou empregador em lei ou contra os princípios da contabilidade; exercer atividades com finalidades ilícitas; revelar negociação confidenciada pelo cliente; emitir referência que identifique o cliente autorizado por eles; iludir a boa fé de cliente e empregador com falsas informações; não cumprir o prazo estabelecido pelo CRC; intitular-se com categoria profissional que não possua; executar trabalhos sem observância dos princípios de contabilidade; renunciar a liberdade profissional que possa prejudicar a eficácia de seu trabalho; publicar trabalho do qual não tenha participação; aproveitar-se de informações que lhe foi confiada; exercer de forma incapaz a profissão; não apresentar documentos e informações solicitados pela CRC (CRC, 2014).

As regras contábeis tratam de responsabilidade social e de classe. A ética e a moral são fundamentais no equilíbrio social. Para Gallo (2003, p.15), “[...] os valores morais adquirem relevância social e tornam-se referência de conduta dos indivíduos em relação ao conjunto social, formando as normas morais um sistema essencial ao equilíbrio da sociedade. A moral [...] é um cimento social.” Segundo Bittar (2014, p. 25), “A ética corresponde ao exercício social da reciprocidade, respeito e responsabilidade.” Ela ajuda o ser humano a reconhecer e a adquirir valores. A corrupção, a desonestidade são atitudes contrárias a ética.

Um exemplo da importância da ética profissional é colocado por Antunes e Alves (2008). Segundo eles, atualmente a realidade empresarial é caracterizada por um cenário globalizado e competitivo e de rápidas mudanças na área da informática, da produção e das

telecomunicações. Nesse cenário, o sistema integrado de gestão, que se define como sistema gerencial e contábil, viabiliza uma visão integrada das áreas da empresa, e permite unir e integrar todos os sistemas da mesma a partir de um fluxo de informação entre todos os departamentos e funções, inclusive sobre a gestão de ativos intangíveis. Nesse sentido, um profissional contábil competente e ético, é fundamental para o bom desempenho da gestão empresarial, isso porque esse profissional tem acesso a todas as informações da empresa podendo auxiliar na gestão empresarial.

A postura ética de um profissional pode garantir a confiança e a fidelização do cliente. A ética e a moral são componentes das relações sociais. Elas permitem a solidariedade e a vivência das normas estabelecidas, como comuns a todos. A ética e a moral são conceitos de vida em sociedade, extensivos a todos. Mas, a ética para o contador é, ainda mais importante, porque essa profissão trata do patrimônio, o que exige comprometimento e honestidade com as entidades civis e jurídicas, particulares e públicas e, essa última, extensiva a todos os cidadãos. Conforme Rezende (2006):

Ética, expressão de origem grega entendida como interioridade do ato é, na concepção de Aurélio, feminino substantivado derivado do adjetivo ético, aplicada no estudo dos juízos de apreciação que se refere à conduta humana susceptível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativo a determinada sociedade, seja de modo absoluto para qualquer tempo e lugar, quer para grupo e/ou pessoa. A moral, termo de origem latina, no sentido substantivo implica em codificação de regras, leis, normas, valores e motivações que governam o agir e a conduta humana.

A ética e a moral são conceitos que, conforme Rezende (2006), ultrapassam os tempos. Um debate constante, já que a sociedade é composta por relações humanas sem limites e que apresentam comportamentos bons e maus. Assim, trabalhar a ética e a moral nas relações humanas têm sido uma forma de melhorar as relações sociais na sociedade. Contudo, conforme Pedro (2014), a ética e a moral são complementares, mas não tem o mesmo significado: a ética estuda a própria moral e, mesmo ligadas uma a outra, são independentes entre si. A ética é essencialmente especulativa, não se devendo dela exigir um receituário quanto a formas de viver com sucesso, dado que se preocupa, sobretudo, com a fundamentação da moral. A moral, por sua vez, é “prática, voltada para a ação concreta e real, para um certo saber fazer prático-moral e para a aplicação de normas morais consideradas válidas por todos os membros de um determinado grupo social. Por outro lado, a ética não é um conjunto de proibições nem a moral algo definível somente num contexto de ordem religiosa” (PEDRO, 2014).

Observa-se que a ética leva a reflexão sobre a moral. Por isso, a junção de ambas é desejável e necessária. Não há moral sem ética e vice-versa. São importantes, tanto para o dizer, quanto para o fazer prático-moral, nos diversos contextos de vida do sujeito. (PEDRO, 2014, p.1).

CONCLUSÃO

Ao final de nosso estudo concluímos que ter ética profissional é ter a capacidade de refletir sobre a atuação e atuar com competência nos serviços realizados, tanto no trabalho, como nas atividades particulares, e na sociedade. Entendemos que ética corresponde ao exercício de uma atividade com compromisso social que ajuda a reconhecer e adquirir valores ao ser humano com base na prática dos princípios morais da sociedade. O contabilista deve seguir e aplicar os conceitos codificados no Código de Ética. O Conselho Regional de Contabilidade criou o Código de Ética que estabelece, como um dever do profissional da contabilidade, o exercício da profissão com responsabilidade e comprometimento, garantindo o sigilo de todos os casos que o profissional ético contábil vier a auxiliar. Seguir o Código de Ética dá credibilidade e mais segurança ao profissional contábil. Todas as pessoas devem ser orientadas pela reflexão ética sobre seu falar e agir, sobre seu fazer prático-moral. Ética e moral são palavras inseparáveis e que humanizam o homem.

REFERENCIAS

ANTUNES, M.T.P;ALVES,A.S. A adequação dos sistemas enterpriseresourcesplanning (erp) para a geração de informações contábeis de natureza intangível: um estudo exploratório.

Revista Brasileira de Gestão de Negócios, São Paulo,v.10, n.27,abr/jun.2008. p.161-174.

BITTAR, E. C. B. **Curso de Ética Jurídica: Ética Geral e Profissional**. São Paulo: Saraiva 2014.

CRC. **Vade-Mécum do Profissional da Contabilidade**. 2 ed. Porto Alegre: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2014.

FRANCO, H. **Contabilidade geral**. 23.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GALLO, Z.M.C. **Código de Ética Profissional do Assistente Social Comentado**. Frederico Westphalen: Grafimax, 2003.

GUIMARAES, Klicia Maria Silva. A Contribuição de Michel Foucault nas abordagens da teoria contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, 2007, n.168, p.23. nov. dez. 2007.

OLIVEIRA, L.M et al. **Manual de contabilidade tributária, sistema tributário nacional**. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PEDRO, Ana Paula. Ética, moral, axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum. In: Kriterion: **Revista de Sociologia**. V.55, n.130, Belo Horizonte: 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2014000200002>. Acesso em: 23 maio 2015.

REZENDE, Manoel Barbosa. Ética e moral. In: **Revista Paraense de Medicina**. v.20, n.3, Belém, set. 2006. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-59072006000300001>. Acesso em: 20 maio 2015.

CONCLUSÃO

Concluir é retomar. Retomar é voltar ao início. Este é o potencial da ciência: finalizar sem finalizar, pelo contrário, permitir a problematização, a crítica e o incentivo. Refletir sempre é uma boa opção. Registrar as reflexões e buscar fundamentos teóricos para elas significa dar-lhes uma dimensão simbólica maior.

Com certeza após a produção desses ensaios teóricos, cada acadêmico e profissional envolvidos no processo, mudou. Mudou em relação à percepção inicial do tema, do interesse, da caminhada e do próprio conceito sobre a Ciência Contábil, sobre Cidadania, sobre Metodologia da Ciência e da Pesquisa. Isso porque o conhecimento, por menor que seja, muda o intelectual, muda o pensamento, muda as ações.

As constantes inovações, o marketing produzido pela mídia, atraem consumidores em busca de novas tecnologias e facilidades para o mundo dos negócios e da vida cotidiana, gerando, não raro, descontrole orçamentário e desconfortos e desgastes na vida do indivíduo e de sua família. Por isso, tomar consciência sobre os limites e as possibilidades do uso do orçamento individual, familiar e de uma coletividade, deve ser assumido como uma filosofia de vida. O uso dos dados contábeis minimiza impactos econômicos, sociais e ambientais negativos e potencializa a possibilidade de impactos positivos. A socialização do uso do instrumental contabilístico, através de ações orientadas, educativas e coordenadas, promove conhecimento e atitudes voltadas para o bem comum, visto que a Contabilidade caracteriza-se como uma Ciência Social e, como tal, deve ser projetada, divulgada e trabalhada.

Também se caracteriza como Ciência Econômica porque o ser humano estabeleceu regras econômicas para a vida social. Oriunda da percepção humana da necessidade de controlar o patrimônio trouxe a dimensão da organização orçamentária para dentro da vida, não só das instituições, mas, pessoal, de cada um. Sua importância e significado social fluem nas problematizações de fatos sociais que os autores apresentam neste segundo volume da “Série: Cenários e Leituras Sociológicas”. Esse segundo volume da série, foi dividido em cinco partes nas quais os autores trouxeram para o debate o valor interdisciplinar da contabilidade, sua referência milenar e social, um instrumental prático para o controle orçamentário pessoal e para a análise das contas públicas.

Na parte da auditoria, contabilidade tributária, custo de transporte, contabilidade de custo, encargos sociais, agricultura familiar, os autores, enfatizaram a importância do conhecimento contabilístico produzido pela humanidade para organização de nossas

atividades diárias. Contudo, explicam que as pessoas precisam compreender e conhecer formas de utilizar esse conhecimento aplicando-o no dia a dia. De forma complementar ao conjunto do debate, nos temas orçamento familiar; educação financeira; contabilidade de custos e outros, os autores trazem reflexões sobre a educação como um condicionante para capacitação das pessoas para o uso e a aplicação das técnicas contábeis na vida cotidiana, com enfoque para a ideia de orçamento familiar e de investimentos, principalmente na agricultura familiar, em que pequenas anotações sobre os débitos e créditos inerentes à cada atividade desenvolvida podem fazer o diferencial e contribuir para tornara a tividade viável.

Envolvendo o todo, o conjunto da vida em sociedade, os autores trataram também sobre cidadania, sobre ética profissional, sobre políticas públicas e orçamento Nele os autores problematizam a importância e o significado da formação constante do profissional da contabilidade, principalmente tendo em vista as mudanças frequentes na legislação que incidem diretamente nas práticas contábeis e o significado da ética e da moral no desempenho das atividades contabilísticas, seja para pessoas físicas, jurídicas, públicas e/ou privadas. Enfatizam o conhecimento contabilístico como um elemento de vivência da cidadania, visto que o uso desse conhecimento possibilita ao cidadão situar-se melhor nos trâmites do orçamento público, identificando, por exemplo, as fontes de captação, distribuição e de usos dados ao erário público, conhecimento que potencializa a capacidade fiscalizadora a capacidade fiscalizadora do cidadão.

Os textos contribuem para que o leitor tenha mais consciência sobre os limites e as possibilidades orçamentárias, sobre como gerir recursos com mais eficiência, o que soma para uma vida familiar mais feliz na medida em que viabiliza maior clareza sobre o orçamento familiar, origem, usos, limites e possibilidades. Mostram que não há conhecimentos restritos a alguns, reservados a classes ou grupos sociais. Os textos, aqui em reflexão, alimentam a vontade de ultrapassar barreiras e de participar do processo de produção e de veiculação do conhecimento, bem como, de exercer a cidadania.

De modo geral, nos diversos assuntos apresentados neste e-book percebe-se que a gestão da informação pode evitar prejuízos e desenvolver a consciência coletiva em prol do bem comum, principalmente em se tratando de política pública. A própria evolução da educação, com as facilidades de compartilhamento de informações a tempo real, induz a sociedade a desenvolver um pensamento crítico sobre o que acontece no cotidiano. A educação é primordial nesse processo de educar, de construir a consciência de cada ser. É preciso ensinar a pessoa, desde a infância, sobre a importância de saber cuidar e organizar seu

orçamento. Também, é preciso uma reeducação com relação ao uso e o consumo dos recursos financeiros.

No processo educativo para a gestão dos recursos particulares, públicos e jurídicos, a academia situa-se como palco indutor de processos que levam a pensar possibilidades para o aprimoramento e a divulgação do saber contabilístico e sua função na prática social. Em vista de seu compromisso social, o Curso de Ciência Contábil, além de trabalhar os cálculos e as teorias, busca potencializar a reflexão, o pensar e a prática, sobre os atos que envolvem a vida financeira pessoal, social e política, bem como, sobre as metodologias e sistemas empresariais, além de tratar do significado da responsabilidade do profissional contábil com toda sua ética perante a sociedade. Este ensaio teórico mostra esta característica do Curso, que desde o primeiro semestre, busca inserir o acadêmico na relação ensino, pesquisa e extensão.

Nada mais justo, diante das construções e reflexões teóricas apresentadas neste e-book que parabenizar aos acadêmicos que assumiram esse desafio, já no primeiro semestre e, desejar aos leitores, não só uma leitura agradável, mas o desejo de buscar e levar para as praticas cotidianas o conhecimento contabilístico, tornando-o uma ferramenta para melhorar gestão orçamentaria na família, no trabalho, nas instituições sociais, e entidades jurídicas públicas e privadas.

Alzenir José de Vargas

Mirian Azevedo Rodrigues

Osmar Antonio Bonzanini

Jussara Jacomelli

A presente edição foi composta pela URI,
em caracteres Times New Roman,
formato e-book, pdf, em julho de 2018.